

Luta dos pescadores

Vitória da unidade contra a prepotência e o boicote

Pág. 7

EM FOCO

Cuba

As comemorações do 40º aniversário do desembarque do «Granma» e os progressos económicos alcançados em 1996

■ Miguel Urbano Rodrigues

Págs. 16 e 17

Inglaterra

A questão da moeda única está a transformar a geografia política

■ Manoel de Lencastre

Pág. 15

INTERNACIONAL

Guatemala

A paz finalmente

Os acordos de paz assinados em 29 de Dezembro culminam um conturbado processo de negociações e põem termo, espera-se, a uma guerra civil que fez quase 200 mil mortos

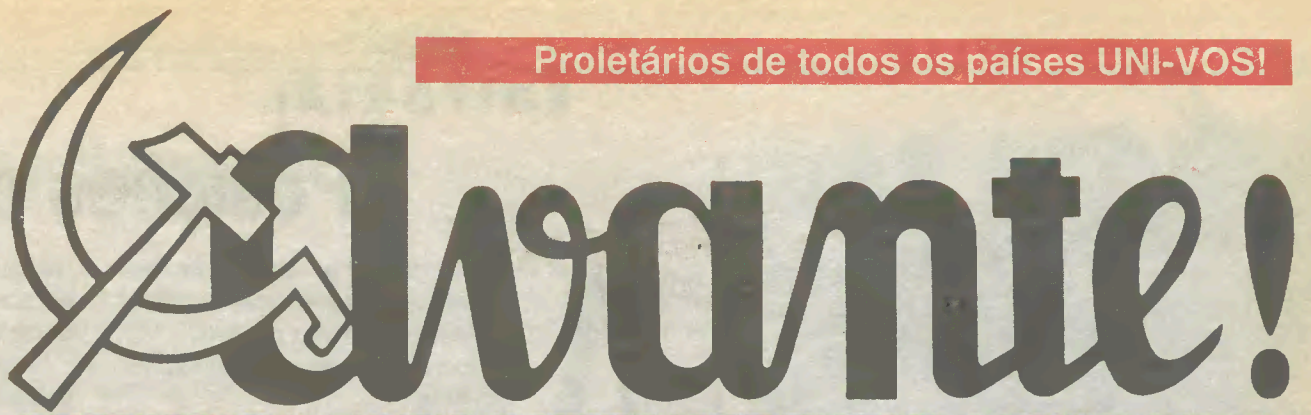
Pág. 10

Federação Russa

Reforçar posições para vencer a crise

Depoimento de Iuri Burlutzki, do CC do PC da Federação Russa

Pág. 14



Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1885 • 9 de Janeiro de 1997 • Preço: 150\$00 (IVA incluído) • N.º 1206 • Director: Carlos Brito

A crise na PSP e as grandes opções de Segurança Interna

DEMOCRATIZAR É URGENTE

• entrevista com João Amaral

Por iniciativa do PCP, discute-se hoje na Assembleia da República um projecto de lei sobre grandes opções de Segurança Interna. O projecto comunista procura responder às preocupações que ganharam nos últimos tempos maior projecção pública.

Centrais

Aumentos de preços

Os aumentos de preços de um conjunto de bens essenciais, decididos pelo Governo, penalizam as famílias em benefício das empresas. O Grupo Parlamentar do PCP requereu a realização de um debate de urgência na AR.

Pág. 9



AÇORES

Fazer frente aos efeitos dos temporais e garantir o desenvolvimento da Região Autónoma

Comunicado da Comissão Política Pág. 5

EDITORIAL

Posições claras



Os pescadores de Matosinhos cumpriram cinco dias de greve

RESUMO

1
Quarta-feira

Os pescadores de Matosinhos iniciam uma greve de cinco dias ■ O preço da electricidade sobe 1%, as chamadas locais 8% e a gasolina custa mais dois escudos por litro ■ Jorge Sampaio, na sua mensagem de ano novo, afirma que «nada autoriza o pessimismo e a lamúria» dos portugueses ■ Um soldado israelita fere sete palestinianos num tiroteio indiscriminado num mercado da cidade de Hebrón, na Cisjordânia ■ Duas bombas destroem parcialmente um comboio na Índia provocando um número indeterminado de mortos ■ Os revolucionários do Tupac Amaru libertam mais 7 reféns ■ O número de vítimas do mau tempo na Europa eleva-se: 160 mortos.

2
Quinta-feira

Caem fortes nevões no Norte e no Centro do país ■ A Guiné-Bissau e a Indonésia normalizam as suas relações diplomáticas ■ O acordo sobre Hebrón é mais uma vez adiado ■ As autoridades sírias acusam agentes israelitas de colocarem a bomba que matou nove pessoas no interior de um autocarro de Damasco ■ O Partido de Acção Popular vence as eleições gerais da cidade-Estado de Singapura ■ O «número dois» do Ministério dos Negócios Estrangeiros grego demite-se, alegadamente devido a divergências quanto à forma de conduzir as relações com a Turquia.

3
Sexta-feira

O general Gabriel Teixeira é exonerado do cargo de comandante-geral da PSP, sendo substituído pelo superintendente-chefe Mário Gonçalves Amaro ■ Depois do Norte e do Centro, neva nos distritos de Leiria e Portalegre ■ Um relatório da Resistência Timorense dá conta de mais violações dos direitos humanos no território por parte da Indonésia ■ Um grupo de colonos israelita tenta ocupar terras palestinianas na Cisjordânia, enquanto mais de metade dos ministros do governo judaico fazem saber que não aceitam o acordo de Hebrón ■ O Governo sérvio reconhece a vitória da oposição em alguns círculos eleitorais ■ A Câmara dos Representantes do Parlamento bósnio aprovam o novo governo para a Bósnia-Herzegovina, com autoridade sobre as entidades autónomas sérvia e croato-muçulmana.

4
Sábado

Comemora-se o 37º aniversário da Fuga do Forte de Peniche ■ Manuel Alegre admite abandonar os seus cargos no PS ■ Milhares de búlgaros protestam nas ruas, exigindo eleições antecipadas ■ Helmut Kohl desloca-se a Moscovo para discutir o alargamento da NATO aos países de Leste ■ Os revolucionários do MRTA vol-

tam a criticar a arrogância do presidente Fugimori ■ O Vaticano confirma que o papa João Paulo II irá deslocar-se a Cuba no início do próximo ano ■ Aumentam as mortes na Europa devido ao frio.

5
Domingo

Os pescadores de Matosinhos voltam à faina, depois de cumprirem cinco dias de greve, prometendo parar novamente se as suas reivindicações não forem satisfeitas ■ Yasser Arafat, presidente da Autoridade Palestiniana, e Benjamin Netanyahu, primeiro-ministro israelita, mantêm um encontro secreto de quatro horas em Erez, para tentar ultrapassar os diferendos sobre Hebrón ■ Os soldados franceses matam dez militares da República Centro-Africana em ataques de represália pela morte de dois oficiais franceses ■ A oposição sérvia continua a protestar em Belgrado, na Jugoslávia ■ Um comando islâmico massacra 18 civis nos arredores da Argel.

6
Segunda-feira

Várias portagens localizadas nas auto-estradas da Brisa sofrem aumentos ■ O novo bispo de Bacau, D. Basílio do Nascimento, é consagrado pelo Papa ■ A Holanda inaugura a sua presidência na União Europeia ■ Na Coreia do Sul, milhares de pessoas manifestam-se contra a nova lei de despedimentos, originando confrontos com a polícia antimotim ■ Dezoito mil soldados e sargentos da UNITA são oficialmente incorporados nas Forças Armadas Angolanas... ■ ... no dia em que Jonas Savimbi se encontrará com Nelson Mandela na África do Sul para lhe dar conta do processo de paz em Angola ■ O IRA perpetra um ataque a uma esquadra de polícia de Belfast e anuncia que colocou mais seis bombas na cidade ■ Na África do Sul, um grupo desconhecido, as Tropas de Ataque Boer, reivindica a autoria dos recentes atentados antimuçulmanos ■ Pela segunda vez, a eutanásia é aplicada na Austrália a uma doente terminal.

7
Terça-feira

Natalino Viveiros anuncia candidatura à liderança do PSD/Açores ■ A Confederação Nacional de Acção sobre o Trabalho Infantil encontra-se com secretário de Estado do Emprego a quem reitera a exigência de integrar a recém-criada Comissão Nacional de Combate ao Trabalho Infantil ■ O PCP defende que o Governo exija a Bruxelas verbas adicionais para fazer face aos prejuízos causados pelos temporais no arquipélago dos Açores ■ ... e ministro do Equipamento, João Cravinho, promete aos Açores verba para o financiamento desses trabalhos ■ Acaba greve dos trabalhadores da obra da Ponte 25 de Abril ■ Atentado bombista no centro de Argel provoca 13 mortos e cerca de cem feridos.

crise da PSP, que pôs em evidência a fragilidade e o carácter equívoco da política de segurança interna do Governo PS, marcou a vida política nacional neste início do ano.

A Distinguiu-se, com nota especialmente positiva, a posição clara, séria e responsável assumida pelo PCP face a esta crise que afecta áreas tão melindrosas como, entre outras, a da segurança e dos direitos dos cidadãos, a prevenção da criminalidade e a própria credibilidade da polícia e dos tribunais.

A posição dos comunistas foi tomada, no momento mais agudo da crise, quando o primeiro-ministro se remetia ao silêncio, o ministro da pasta hesitava confundido, sem linha de rumo nem autoridade, balanceando ao sabor das pressões contraditórias que recebia, e os partidos da direita aproveitavam a ocasião para, invocando hipocritamente a segurança dos cidadãos, forçarem para que triunfasse o reforço da militarização da polícia.

Foi nesta situação que Jerónimo de Sousa, falando em nome da Comissão Política do PCP, apontou a «democratização da PSP» como a tônica dominante das reformas e medidas que urge adoptar. «Essas medidas», esclareceu, «passam pelo aprofundamento da sua vertente civilista, desmilitarizando a estrutura, entregando o Comando a uma personalidade civil de reconhecida idoneidade, como acontece nas organizações congéneres da União Europeia.»

Entre as medidas adiantadas pelo PCP foi salientada também, evidentemente, a «resposta às reivindicações concretas dos polícias quanto à dignificação e à melhoria do seu estatuto profissional, incluindo o direito à criação do Sindicato de Polícia».

As posições dos comunistas em relação aos problemas da segurança interna traduzem uma profunda reflexão e uma visão global que leva em conta a sua grande importância em relação à evolução da democracia, à defesa da liberdade, à garantia dos direitos e da segurança dos cidadãos, à eficácia na prevenção da criminalidade.

Esta reflexão está traduzida no projecto de lei do PCP sobre as grandes opções de segurança interna que hoje mesmo é discutido na Assembleia da República.

Falando ao «Avante!», na importante entrevista que inserimos nesta edição a propósito do debate sobre o projecto de lei do PCP, João Amaral, deputado e membro do CC do partido, distingue assim as suas orientações: «Há claras diferenças de modelo e objectivos da política de segurança interna. Nós colocamos a tônica na prevenção do crime, na proximidade dos cidadãos, no respeito pelos direitos, no cunho civilista das forças de segurança.»

É a esta luz, naturalmente, que os comunistas intervêm na crise da PSP e apreciam o acto de posse do novo Comandante, bem como as declarações e as promessas de novos rumos que nele foram produzidas.

Da mesma forma, as posições do PSD e do PP na crise traduzem, para além de tiradas demagógicas ou hipócritas, uma visão da segurança interna que privilegia a militarização e o carácter repressivo da polícia.

É esta visão que João Amaral responsabiliza pela crise, ao salientar: «O que se passou nestes dias é o resultado da

política seguida pelo PSD, que acentuou a militarização, e do facto de, contra as expectativas e as promessas, o PS não ter mudado essas orientações.»

O país ainda tem na memória as violentas cargas policiais, entre outras, sobre os manifestantes na ponte 25 de Abril, sobre os vidreiros da Marinha Grande e sobre concentração de estudantes em S. Bento, tudo na governação do PSD, e o espancamento de trabalhadores de Santo Tirso, já com o Governo PS, para poder avaliar das situações a que conduz esta política do PSD e do PP e que o PS, afinal, tem seguido.

Apesar disso, Marcelo Rebelo de Sousa insiste nela e nem deixa de deitar mão do anticomunismo para a sustentar, como fez há dias, ao agitar o fantasma de que o Sindicato da Polícia seria uma vitória do PCP. Claro que o PCP sempre apoiou o exercício dos direitos sindicais pelos polícias, incluindo com projectos de lei (que aliás não foram únicos), mas não é esta justiça histórica que preocupa o líder do PSD. O que quer é impedir a todo o transe que esses direitos sejam reconhecidos, por saber que isso alterará radicalmente o carácter de polícia repressiva que defende. Vergonhosas foram também as acusações caluniosas feitas à ASPP pela UGT, no fundo, conducentes ao mesmo objectivo do PSD.

O debate sobre o projecto de lei do PCP que, estando agendado há tempo, surge assim na melhor oportunidade, vai proporcionar uma grande clarificação sobre toda a matéria da segurança interna e sobre a posição do Governo e dos diferentes partidos, o que representa só por si mais uma contribuição dos comunistas para a defesa dos direitos e segurança dos cidadãos, para a prevenção da criminalidade e a dignificação da polícia.

Distinguiu-se, com nota especialmente positiva, a posição clara, séria e responsável assumida pelo PCP face a esta crise que afecta áreas tão melindrosas como, entre outras, a da segurança e dos direitos dos cidadãos, a prevenção da criminalidade e a própria credibilidade da polícia e dos tribunais.

O relevo assumido neste princípio ano pelas questões relativas à segurança interna, pode ter deixado menos em evidência a complexa e aguda situação social.

Não pararam as lutas dos trabalhadores, com destaque para a greve dos pescadores de Matosinhos e muitas outras importantes acções reivindicativas, ou contra a burla das 40 horas que constituem só por si uma séria responsabilização do Governo e da sua política.

Uma frenética propaganda governamental não cessa, porém, de querer criar a falsa imagem de que está tudo a melhorar: «o desemprego está sustido», o que é notoriamente falso, «os preços aumentam, mas muito abaixo da inflação», outra rematada mentira.

Assumindo uma posição de firme desmascaramento desta demagogia, o PCP, através do seu Grupo Parlamentar, desencadeou um debate-urgência na Assembleia da República sobre o aumento de preços de bens e serviços essenciais decidido pelo Governo.

No ofício enviado ao Presidente da A.R., os deputados do PCP salientam: «Os preços que aumentam mais que a média são fundamentalmente suportados pelas famílias, e os que crescem abaixo dessa média são os suportados pelas empresas.»

Esta descarada opção pelo capital é que comanda realmente toda a política do Governo e não «a preocupação social» apregoada, cada vez de forma mais tímida, é verdade...

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socio Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socio Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 48390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7.º-A, 1100 Lisboa
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!» — Av. Almirante Reis, 90, 7.º-A,
— 1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL:

DELTA PRESS
Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linhd — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B. Li. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.º-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7.º-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Hielka Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EUROPA
50 números: 6 750\$00; 25 números: 3 487\$50	50 números: 24 750\$00
ESPAÑA	EXTRA-EUROPA
50 números: 13 300\$00	50 números: 39 950\$00
GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU — 50 números: 26 650\$00	
* IVA e portes incluídos	
Nome _____	
Morada _____ Telef. _____	
Código Postal _____	
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.	

A arte de furta-se

Tão aberrante como os tabus de Cavaco, foi o cerrado silêncio a que António Guterres se remeteu no período mais agudo da crise que abalou a PSP e pôs em cheque a política de segurança do Governo.

Foi um recolhimento de quase três semanas.

E o Primeiro-Ministro revelou um tal zelo em proteger o seu silêncio, nessa altura, que se deslocou secretamente ao Algarve para falar com o Presidente da República, quando, ao que imprensa revelou, este se propunha recebê-lo, como é da praxe, no Palácio de Belém, em Lisboa. Só que Belém estava infestado de jornalistas, antenas da rádio, câmaras de televisão e é também da praxe que após as entrevistas com o Presidente haja declarações à imprensa.

Assim temos como um líder político que se popularizou fazendo a apologia do diálogo se revela agora, instalado no poder, um tão exímio executor da arte de se calar e da arte de furta-se às questões mais polémicas, incómodas ou complicadas.

O que aconteceu com a crise da PSP é um caso extremo, por se verificar numa situação

em que o Ministro da pasta claramente claudicava e uma natural ansiedade se estabelecia no país, perante uma situação que atingia a credibilidade da polícia, dos tribunais e das próprias instituições democráticas e que as forças da direita exploravam para os seus objectivos.

A tendência da parte do primeiro responsável do Governo e do PS para deixar passar a onda das dificuldades e só aparecer depois a tirar conclusões quando o pior já lá vai, tem-se verificado em praticamente todas as questões mais buidas.

Foi assim com o totonegócio e as sucessivas crises que têm atingido os Ministérios da Educação e da Saúde. É assim, mais recentemente, com a buria das 40 horas, a escandalosa privatização da Tabaqueira, o folhetim do cinenegócio, as graves acusações de Campos ao ministro da Agricultura e as ásperas questões que se levantam no interior do PS.

Dir-se-á que Cavaco fazia o mesmo. Pois essa é que é essa. Nem já os estilos se distinguem. A personalização do poder é boa para

os momentos de glória e os enunciados de sucesso, não para assunção das responsabilidades e para enfrentar os reveses quando batem à porta.

Mas tal como os tabus não salvaram Cavaco, a arte de furta-se, por mais engenhosamente executada, não evita os desastres de uma política errada e não resolve a sacada de problemas com que Guterres entra em 1997.

Assim, perante a força da contestação, o Primeiro-Ministro teve que comprometer-se publicamente com as orientações que se estão a impor na PSP: «uma resolução feliz», como disse. O que talvez não estivesse nos seus planos.

Pior ainda, tem que entrar a fundo, e mais cedo do que pensava, seguramente, no agudo diferendo que opõe Campos e os «históricos» do PS ao ministro da Agricultura, que está a fragilizar o Governo e onde não vê nenhuma «resolução feliz»...

■ Carlos Brito

Estado de quê?

Governantes em peso e PS mais ou menos insistem obsessivamente na supervalorização da política pelo Governo de engenheiro António Guterres. Dir-se-ia que nos interiores do Governo e do Partido um imperativo toque a rebate desencadeou esta síncrona vaga de auto-elogios cuja, a continuar, ameaça derrubar o Governo... pelo ridículo.

A electricidade aumenta? Manífico!, gritam eles, cheios de entusiasmo cozinhado. O telefone vai por aí acima? Ótimo!, exclamam, maquiados de euforia. Os combustíveis sobem mais uns degraus? Estupendo, gemem, ajudados sob o peso do dever cumprido. As portagens galgam o preço por quilómetro de estrada? Sublime!, suspiram artisticamente embevecidos. O gás trepa que se farta pelos orçamentos familiares? Espectacular!, dizem, organizadamente rendidos perante tantas bondades, onde é que alguma vez se viu coisa igual?, minhas senhoras e meus senhores, respeitável público, atendem no milagre que é subirem tão pouquinho os salários (e ainda menos as reformas e as pensões) e subirem tanto tantos bens essenciais e, apesar disto, ser-nos garantido que vivemos melhor do essencialmente os que trabalham e vivem do seu trabalho os quais, assim, vêem o seu futuro cada vez mais cor-de-rosa; e pasmem perante os milagres logrados pelo governo do Engenheiro Guterres.

Tantas e tão boas são as prendas prodigalizadas pelo Governo que, segundo fontes credibilíssimas, há já quem, no Governo e no PS, ache que é de mais, que é tempo de pôr um travão neste regabofe: governar bem, está bem, é necessário, mas nem tanto ao mar nem tanto à terra, assim é de mais, além de que sabe-se lá se não será pecado isto de estar o Governo a distribuir a todos, na Terra, os banquetes de bem aventu-

rança e abastança que, no Céu, são reservados apenas a alguns... (resposta para isto há-de tê-la, na ponta da língua, o padre Melícias que um dia destes me apareceu na 4 em franciscano hábito - franciscano no aspecto que não na modéstia já que coisa assim não se encontra em armazém de pronto a vestir da Rua dos Fanqueiros antes parece peça feita de pano bom e à medida, num qualquer selecto Ermenegildo Zegna, ou coisa assim - nas se a tem, à resposta, não no-la dá, limitando-se simplesmente a abençoar as suas governamentais ovelhinhas, tão boas, tão puras, tão simples, coitadinhas, até amanhã se Deus quiser). Mas, voltando à matéria de primeiro: às tantas, entra-nos em casa o Ministro da Economia que, preciso e conciso - com siso? - nos explica o milagre, nos elucida sobre as vantagens que todos estes aumentos de preços nos trazem, tantos por cento a mais para aqui, tantos por cento a menos para ali, em nenhum outro país europeu se conseguiram por centos como estes (onde é que eu já ouvi isto?), do nada se fez tudo, mais do que oásis isto é um paraíso, eis que as rosas se transformam no pão nosso de cada dia, amém. Trata-se, obviamente, do milagre segundo Mateus e sob inspiração de António.

Perante tudo isto a prestimosa comunicação social traduz, por palavras suas, o discurso do Governo e do PS garantimo-nos que o Governo continua em estado de graça. O que tem imensa graça. Porque, ouvir dizer que continua em estado de graça é, hoje, a preocupação primeira do Governo PS. Que sabe que os gigantes esforços para aparentar esse estado de graça assentam na certeza certa da inevitável chegada ao evidente estado de desgraça.

■ José Casanova

Pressentimentos para 1997

Neste primeiro ano de Governo do PS, há na comunicação social um fenómeno curioso e que consiste num frenético recurso a sondagens nunca antes visto fora de conjunturas eleitorais, ao mesmo tempo que o debate político-partidário, de carácter efectivamente pluralista, foi praticamente reduzido a zero, designadamente nas televisões. A tal ponto que, exceptuando o programa «Parlamento» - em má hora desterrado para a RTP/2 -, não nos conseguimos recordar de um só debate televisivo de composição pluripartidária que tenha ocorrido depois de Outubro de 95, não sendo preciso ser bruxo para adivinhar quem é que só tem a ganhar com isso.

De qualquer forma, a onda das sondagens aí está, e por isso vale a pena recordar que, ao contrário dos frequentes festejos do PS, há em muitas delas

resultados bem devastadores para o seu Governo. É, sem dúvida, o caso de uma recente sondagem publicada pelo «Expresso» sobre a forma como os portugueses encaram o ano de 1997.

Com efeito, repare-se bem. O Governo insiste em que a inflação vai descer. Mas a sondagem o que revela é que só 18% dos inquiridos partilha dessa expectativa, contra 24% que acha que vai aumentar e 52% que pensa que se vai manter.

O Governo proclama, dia sim dia não, que a economia nacional vai crescer mais do que no conjunto da União Europeia. Mas a sondagem o que indica é que só 14% acompanha o Governo neste optimismo, contra 40% que pensa que vai crescer menos e 38% que calcula que vai crescer o mesmo.

O Governo propagandeia continuamente que o nível de

vida da população, ainda que moderadamente, vai melhorar. Mas a sondagem o que demonstra é que só 11% tem tal opinião, contra 33% que entende que vai piorar e 50% que prevê que se vai manter.

O Governo anuncia persistentemente que o desemprego vai baixar. Mas a sondagem o que aponta é que só 18% alinha em tal esperança contra 76% que pensa que vai aumentar.

O Governo acena constantemente com a ideia de que a situação na indústria e na agricultura vai melhorar. Mas o que a sondagem diz é que só 9% acredita nisso, contra 49% que considera que vai piorar e 37% que considera que vai manter-se igual.

Finalmente, o Governo insinua frequentemente que a sua política de «diálogo» e de «concertação estratégica» trarão uma diminuição dos conflitos laborais e sociais. Mas o que a son-

dagem atesta é que só 8% tem essa ideia, contra 70% que pensa que vão aumentar e 15% que julga que vão manter-se.

Não há volta a dar-lhe: o que estes dados revelam, cruamente, é o reduzidíssimo crédito que a opinião pública concede às principais apostas da «mensagem» do Governo e às perspectivas cor-de-rosa que propaga. E quem sabe se, para além de dinamizar a indústria de caixilharia, não terá sido para contrariar este «pessimismo» dos cidadãos que o Gabinete do Eng^o Guterres resolveu enviar a fotografia oficial do Primeiro-Ministro (certamente em pose sorridente e optimista) para as quatro mil Juntas de Freguesia do país, num gesto inédito depois do 25 de Abril que parece ilustrar como certas bafientas tradições voltam a ser o que eram.

■ Vítor Dias

AS REGRAS do jogo

Na famigerada Conferência de Berlim de 1884, em que as potências europeias partilharam entre si a África (nesses tempos as coisas eram feitas em público...) as rivalidades anglo-franco-alemãs permitiram que fosse a Bélgica a ficar com um dos maiores e mais ricos países de África: o actual Zaire. O Zaire possui riquezas naturais colossais. Mas a esmagadora maioria dos seus 40 milhões de habitantes vive numa profunda miséria. Entre esses, não se inclui Mobutu Sese Seko, seguramente um dos mais sanguinários e corruptos ditadores mundiais. Só que a sua gigantesca fortuna pessoal é apenas a comissão paga pelos verdadeiros beneficiários do seu regime de terror (as grandes transnacionais e as grandes potências - França, Bélgica, EUA, Alemanha e outros) ao capataz que há mais de 30 anos lhes protege a coutada. A prová-lo está a vergonhosa história de como Mobutu conseguiu sobreviver às numerosas revoltas e sublevações dos zairenses contra o seu regime de terror e opressão.

O ex-Congo Belga conquistou a sua independência em 1960, graças à luta das forças patrióticas dirigidas por Patrice Lumumba. De imediato, a antiga potência colonial belga e as outras potências imperialistas iniciam a sua intervenção, sob a capa de movimentos secessionistas (as FLAs e FLAMAs do sítio). Lumumba pede ajuda à ONU. Numa das páginas mais negras da sua história, as tropas da ONU colaboram na entrega de Lumumba aos revoltosos que, enquadrados por «mercenários» belgas, o assassinam. A «normalização» do Zaire não foi porém fácil. Mobutu, que entretanto se tornara chefe das Forças Armadas, chega ao poder em 1965 através de um golpe. Mobutu respondeu sempre à contestação dos zairenses com massacres: 1969 (estudantes), 1980 (no Kasai), 1989 (em Kinshasa), 1990 (300 estudantes mortos em Lubumbashi), 1992 (Kinshasa), 1995 (Kinshasa), para citar apenas alguns. E quando as forças de Mobutu se mostravam incapazes de controlar a situação, as «democráticas» potências ocidentais intervinham de forma directa. Em 1977 e 1978 a Frente Nacional de Libertação do Congo libertou grande parte da província do Shaba (ex-Katanga), ameaçando a sobrevivência de Mobutu. A França, Bélgica, EUA e RFA enviaram enormes quantidades de material militar (que passou por território português) e intervieram directamente (sempre por razões «humanitárias», claro...) para salvar a pele do «humanitário» ditador. Em inícios da década de 90 por toda a África se realizavam eleições multipartidárias. Revoltas de rua estalaram na capital Kinshasa em 1990 e 91. O poder de Mobutu ruía. Chegaram os pára-queda franceses e belgas. Mobutu ficou. Eleições nunca houve. E durante todo este tempo, o dinheiro solidário não faltou a Mobutu. O FMI (sempre tão exigente com governos que pensem nos seus povos) emprestou milhões de dólares ao «rigorosamente» corrupto ditador em 1978, 79, 83, 85, 88, 89... E já em finais dos anos 70 o FMI tinha passado a controlar directamente a contabilidade do país! Só que o rigor do FMI não se aplica aos seus serventários corruptos e assassinos: é por exigência do FMI que em Março de 1991 Mobutu despediu metade da função pública do país, ou seja 300 000 pessoas (*L'Humanité*, 19.10.95)! O FMI fiscalizou, Mobutu roubou, as transnacionais prosperaram e o povo zairense pagou. São as «regras do jogo».

O ditador encontra-se agora às portas da morte. O movimento de resistência zairense, herdeiro da tradição de Lumumba, passou à ofensiva no Leste do país e ocupa já uma vasta zona. Libertou centenas de milhares de refugiados ruandeses que os autores do genocídio de 1995 impediam de regressar às suas casas. A França quer intervir para, mais uma vez, salvar os seus interesses. Mas já não recolhe o consenso das restantes potências imperialistas, que olham gananciosas para as riquezas do Zaire. A era pós-Mobutu está aberta. É de esperar que os próximos tempos tragam novas manobras, intervenções, e guerras inter-imperialistas travadas na África Central. As regras do jogo são as mesmas de sempre: roubar, pilhar, enriquecer a qualquer custo. Mas a última palavra caberá aos povos e às forças patrióticas da região.

■ Jorge Cadima

SEMANA

Portugueses entre os que mais trabalham

Que os trabalhadores portugueses no contexto da Europa comunitária auferem dos mais baixos salários e dispõem das mais modestas prestações sociais não constitui propriamente uma novidade para ninguém. Agora que estejam entre os cidadãos europeus que mais trabalham, embora já se desconfiasse, só mais recentemente tivemos a confirmação. É o Instituto Europeu de Estatística (EUROSTAT) que o garante, no seu últi-

mo "Inquérito sobre as forças de trabalho", relativo a 1995, citado em relatório do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) agora divulgado.

Ficamos a saber, por exemplo - no momento em que se trava a batalha pelo cumprimento da legislação das 40 horas -, que enquanto na Bélgica ou em Itália os trabalhadores não viram a sua jornada semanal ultrapassar as 38,4 horas, em Portugal esse período atingiu

as 41,2 horas, só superado nos Estados membros da União Europeia pelo Reino Unido onde chegou às 43,9 horas.

A agricultura continua a ser o sector onde o período semanal de trabalho é maior, com um valor médio que atinge as 42,9 horas, horário que, no caso das mulheres portuguesas e gregas, sofre substancial agravamento, situando-se, respectivamente, nas 45,1 horas e 46,8 horas.



150 mil explorações agrícolas desapareceram

Cerca de 150 mil explorações agrícolas desapareceram no nosso país no período compreendido entre 1989 e 1995, revela um estudo do Instituto Nacional de Estatística (INE) agora publicado. A dimensão da propriedade e a orientação técnico-económica são duas das razões apontadas para a eliminação ou abandono verificados, de

acordo com o "Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas". A acompanhar esta quebra no número de explorações agrícolas, correspondente a aproximadamente 25 por cento do seu total (em 1989 existiam pouco mais de 600 mil), verificou-se igualmente uma pequena redução, na ordem dos dois por cento, da super-

fície agrícola útil (SAU). Apesar deste ligeiro declínio, a SAU média por exploração aumentou de 6,7 para 8,7 hectares, valores que mesmo assim estão muito aquém da média comunitária situada em 1993 nos 16,4 hectares. Embora haja quem considere esta evolução decorrente da nossa adesão à Comunidade Económica

Europeia como "não preocupante", analisando a questão exclusivamente a partir de um ponto de vista técnico e de estrita racionalidade económica, a verdade é que subsiste uma questão para a qual não tem sido dada resposta: então e o que é feito dessas 150 mil pessoas, mais as respectivas famílias, que abandonaram os campos?



Timor-Leste tem segundo bispo

Basílio do Nascimento Martins foi ordenado bispo pelo Vaticano, passando a chefiar a recém-criada diocese de Baucau, a segunda em território de Timor-Leste. Antigo

assistente de Ximenes Belo, o novo bispo tem à sua espera um trabalho encarado pelos observadores como particularmente complexo, dado desenvolver-se

numa área onde foram cometidas grandes atrocidades pelos indonésios e onde actualmente a resistência armada evidencia estar muito activa.

Nascido em Timor, onde iniciou os seus estudos, D. Basílio do Nascimento Martins concluiu a sua formação em filosofia e teologia no Seminário Maior de Évora. Depois da sua ordenação como sacerdote em Portugal, rumou em direcção a Paris, onde trabalhou na área pastoral das migrações. Regressado ao nosso país em 1982, desenvolveu a sua acção como pároco em vários locais do Alentejo, após o que volta a Timor-Leste em Setembro de 1994.



PSP tem novo chefe

O ministro da Administração Interna demitiu o general Gabriel Teixeira do comando da PSP, nomeando, em sua substituição, o superintendente-chefe Gonçalves Amaro, antigo militar que optou pela carreira na corporação. Esta mudança no topo da hierarquia da PSP, já esperada depois dos recentes acontecimentos de Évora que envolveram o agente Severino, foi classificada por Alberto Costa como "um virar de página" na

vida da instituição que, disse, vai "evoluir para um modelo europeu". Para a Associação Sócio-Profissional da Polícia (ASPP), que recebeu do ministro a garantia de que seriam alargados os direitos de participação sindical na vida da corporação, as grandes questões continuam a ser para além do direito à sindicalização a alteração ao estatuto remuneratório e a melhoria das condições sociais dos profissionais da PSP.

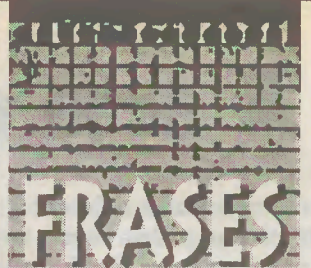


Transparência no Ministério da Agricultura

O eurodeputado socialista António Campos reiterou todas as suas afirmações a propósito de falta de transparência e de ligações suspeitas e eticamente reprováveis na gestão de fundos comunitário pelo Ministério da Agricultura. Em causa está concretamente a relação existente entre a empresa Agrogres, que tem a responsabilidade de fiscalizar a gestão desses fundos, e o ministro Gomes da Silva. A Agrogres, de que o filho do ministro é sócio, venceu recentemente importantes concursos lançados pelo Ministério da Agricultura, havendo quem tenha sérias

dúvidas quanto aos critérios e justificações que presidiram a tais escolhas.

As declarações do eurodeputado provocaram reacções desencontradas no interior do Governo e do PS, com António Guterres, por exemplo, a distanciar-se das suas afirmações e a solidarizar-se publicamente com o seu ministro, enquanto Manuel Alegre, por seu lado, não hesitou em colocar-se ao lado de António Campos, manifestando-se indignado e em "estado de choque" pela forma como o assunto foi tratado nos órgãos dirigentes do seu partido.



"Fará sentido continuar a pertencer ao Secretariado Nacional, cujas funções parecem ter sido transferidas para a Comissão Nacional?"

Manuel Alegre, Expresso, 4-1-97

"Estou em estado de choque."

Manuel Alegre, comentando a manifestação de solidariedade do Governo a Gomes da Silva, Semanário, 4-1-97

"Pergunto-me se não se está a sobrepor o governamentalismo e a lógica do poder ao respeito que é devido a um militante (...). Pergunto-me, por fim, se haverá outras solidariedades mais importantes fora do partido."

Idem

"O prof. Marcelo (Rebello de Sousa), esse, precisa de uma boa ideia ou, melhor ainda, de uma boleia."

João Carreira Bom, Expresso, 4-1-97

"Sampaio tentará levar o país a esquecer o estilo monárquico e popular do antigo Presidente e a adoptar o seu, mais republicano e circunspecto. (...) Vão surgir zonas de atrito com o executivo. Mas não haverá conflitos institucionais porque Guterres furtar-se-á, por todos os meios, ao confronto com o Presidente."

José António Saraiva, Expresso, 4-1-97

"A única ocasião em que sou obrigado a pôr a porcaria de um laço é quando tenho de subir lá a escadaria de Cannes."

Paulo Branco, produtor de cinema, suplemento «DNA» do Diário de Notícias, 4-1-97

"O Brasil está novamente a ser colonizado por portugueses!"

Diogo Infante, suplemento «DNA» do Diário de Notícias, 4-1-97

"A minha aspiração é que ela (a Expo'98) obtenha o seu estatuto de menoridade. Não quero viver num país em que esta obra seja o espanto, quero que ela seja a banalidade."

Cardoso e Cunha, Diário de Notícias, 5-1-97

"Ser herói, dar a vida por uma causa, pode ser compreensível, mas a força não pode ser vencida pela força, mas sim pela subtilidade, pelas negociações."

D. Basílio do Nascimento Martins, novo bispo de Baucau, Timor-Leste, Diário de Notícias, 6-1-97

Fazer frente aos efeitos dos temporais e garantir o desenvolvimento dos Açores

José Decq Mota, membro do Comité Central e coordenador do PCP/Açores, exigiu que o Governo central negocie com a União Europeia a

atribuição de novos meios para fazer face às graves destruições causadas pelo mau tempo e evitar a paralisia nas actividades da Região. Na conferência de imprensa realizada na passada terça-feira, em Lisboa, na qual participaram igualmente Luís Sá, membro da Comissão Política, e Joaquim Miranda, membro do Comité Central e deputado do Parlamento Europeu, foi divulgado um documento que faz a análise e propostas do PCP para o arquipélago.

Entre 9 de Novembro último e o final do ano, abateram-se sobre as ilhas da Região Autónoma dos Açores graves temporais que, como é sabido, provocaram elevadíssimos prejuízos sociais, económicos e materiais.

No passado dia 27 de Dezembro, o Governo central declarou, nos termos legais aplicáveis, a situação de calamidade pública no Arquipélago estabelecendo o prazo de 2 anos para que vigorem as medidas previstas na Resolução respectiva.

Entretanto, o Governo Regional dos Açores, as Autarquias Locais e os serviços da administração pública regional têm desenvolvido as acções de emergência inadiáveis tendo em vista minorar os efeitos mais negativos dos temporais.

Para o PCP, é essencial que os trabalhos de emergência prossigam num ritmo muito vivo, mas é também essencial aprofundar a análise da situação criada por forma a que da detecção de causas e da observação de consequências possam vir a surgir as medidas mais adequadas a diversos níveis.

O PCP tem procurado contribuir desde o primeiro minuto para que a acção dos órgãos regionais e de soberania se desenvolva de forma eficaz e muito embora mantenha essa posição de colaboração activa no combate a uma situação de calamidade, não pode deixar de, em termos de maior profundidade, apresentar um conjunto de observações, sugestões e propostas directamente ligadas às consequências dos temporais e às medidas a tomar nos curto, médio e longo prazos.

Necessárias medidas de fundo

Muito embora os efeitos dos temporais sejam visíveis em todas as ilhas da Região é inegável que, no plano social e no plano das consequências imediatas para as populações, as ilhas de S. Miguel e Flores foram as mais atingidas.

No que respeita a famílias desalojadas ou com as suas habitações e haveres destruídos ou gravemente danificados, o maior número de casos verificase em algumas zonas de S. Miguel por duas causas fundamentais: ou por cheias provocadas por chuvas muito abundantes, ou pelo efeito destruidor do mar nos locais onde galgou a terra.

Para além da anormalidade dos factores naturais nos momentos dos desastres há que chamar a atenção para o facto de existirem situações sociais e ambientais que potenciem os efeitos negativos dos temporais atlânticos deste tipo.

Sublinhe-se, por exemplo, que o facto do parque habitacional na ilha de S. Miguel utilizado por famílias desprovidas de recursos não dispor, em centenas de casos, de um mínimo de condições, torna essas habitações altamente vulneráveis; sublinhe-se também que o facto de muitas e muitas famílias de trabalhadores terem sido empurradas, ao longo dos tempos, a construir as suas habitações em zonas não produtivas da orla marítima, zonas essas designadas por "calhau", transformam essas famílias e essas casas em vítimas certas sempre que o mar toma as proporções anormais que agora tomou.

Registe-se, por outro lado, que a inexistência de medidas em termos de política de ambiente, que

garantam a limpeza e desobstrução dos cursos de água e que assegurem um elevado grau de permeabilidade dos terrenos, torna muito mais prováveis e frequentes as situações de cheias incontroláveis, como aconteceu nalguma localidades.

As medidas de emergência que estão a ser tomadas no que respeita a realojamento de famílias e compensação por perdas não substituem, assim, medidas de fundo no plano da política de habitação, como não substituem medidas de fundo no plano das políticas de ambiente, do ordenamento do território, da protecção da orla marítima, dos caminhos de penetração, do aproveitamento dos recursos hídricos e outras.

Toda a economia afectada

São numerosas as infra-estruturas destruídas ou gravemente danificadas.

Desde o dia 9 de Novembro que a principal ponte da estrada de maior tráfego da ilha das Flores (a ponte da Ribeira da Cruz) se encontra destruída, bem como a ponte da Ribeira Grande (já destruída em 1995) e que foi substituída por uma estrutura provisória novamente destruída.

São vários os portos de pesca que ficaram inoperacionais ou mesmo completamente destruídos, como é o caso do porto da Ribeira Quente, impedindo que parte importante da frota artesanal se faça ao mar.

São muitas as estradas profundamente danificadas e caminhos agrícolas destruídos.

Assumem especial importância e gravidade os prejuízos verificados em portos comerciais fundamentais como o de Ponta Delgada e o de São Roque do Pico, sem esquecer os estragos verificados em diversos outros.

Os prejuízos nos sistemas de transporte e distribuição de energia eléctrica e na rede de comunicações também são importantes e significativos.

Este tipo de estragos em infra-estruturas essenciais à vida económica e social do Arquipélago introduz, em termos de custos, uma dimensão extremamente grave e vultosa nas consequências dos temporais.

Os grandes prejuízos verificados na agricultura e lavoura, com destruição de culturas e de alimentação para o gado criou uma situação extremamente difícil que se prolongará pelo tempo e que se irá reflectir nos rendimentos de todo o próximo ano.

A redução da actividade piscatória, por inoperacionalidade de alguns portos, para além de criar a impossibilidade de dezenas de famílias garantirem de imediato o seu sustento, provocará uma redução significativa de capturas com importantes consequências na actividade económica.

A destruição, em vários casos, de estabelecimentos comerciais também provocará consequências económicas importantes.

As indústrias directamente derivadas de certas produções agrícolas (beterraba, tabaco, por exemplo) também sentirão os efeitos negativos dos temporais.

Estas consequências directas na economia regional também introduzem, por si sós, uma dimensão muito séria na presente situação.



Combater as consequências

Face ao exposto levanta-se para o Partido Comunista Português uma questão central e de decisiva importância: como fazer face a toda esta situação, nos seus múltiplos e diversificados aspectos, sem impossibilitar a Região Autónoma dos Açores de utilizar os recursos a que constitucionalmente tem direito no seu processo de desenvolvimento?

Como se sabe a economia regional açoriana vive um difícil momento de adaptação a todo um novo quadro envolvente; o desemprego disparou em 93 e é hoje mais alto do que no resto do País; o custo de vida é gravosamente mais elevado; os trabalhadores açorianos por conta de outrem ganham, em média, menos de 10% do que no Continente; as situações de pobreza e de pobreza extrema permanecem e têm-se agravado; a criação de novos postos de trabalho tem sido profundamente insuficiente; a situação de habitação das famílias sem recursos é muito grave.

A recente alteração do quadro político institucional regional, a queda do PSD e a inexistência de maiorias absolutas na Assembleia Legislativa Regional, abriram uma perspectiva de evolução política que não pode ser contrariada, com uma situação objectiva de carência de recursos.

A Região Autónoma dos Açores precisa urgentemente de novas políticas económicas e sociais, não sendo aceitável que a actual situação derivada dos temporais seja utilizada para evitar os debates e as decisões que são urgentes.

Assim sendo é necessário encontrar as orientações e os meios que possibilitem, simultaneamente, a resolução dos graves problemas criados pelos temporais, a adopção de medidas que diminuam, no futuro, os efeitos negativos de tais situações e o lançamento de políticas económicas e sociais que enfrentem, verdadeiramente, os graves problemas regionais existentes.

Com este quadro de preocupações, o PCP propõe:

a) Que seja reforçado no ano de 1997 o auxílio financeiro de emergência por forma a que atinja uma percentagem mais significativa da avaliação dos estragos e não os 20% actualmente atribuídos.

b) Que sejam elaborados programas de compensação de rendimentos para os trabalhadores, produtores e comerciantes cujas actividades foram paralisadas ou prejudicadas significativamente.

c) Que sejam elaborados programas de reordenamento do território e de cobertura de carências habitacionais básicas que permitam, para além das acções de realojamento imediato, melhorar o par-

Os comunistas afirmam que os temporais não podem ser pretexto para continuar a adiar o desenvolvimento dos Açores

que habitacional e proteger as famílias carenciadas do efeito das catástrofes naturais.

d) Que sejam elaborados programas de desobstrução dos cursos de água e tomadas medidas de fundo de normalização da protecção das povoações e da orla marítima, diminuindo, no grau possível, os pontos mais vulneráveis.

e) Que sejam elaborados projectos de recuperação dos portos, pontes, rede viária, rede de saneamento e outras infra-estruturas, privilegiando projectos aptos a enfrentar melhor as situações de tempestade.

f) Que todos os programas e projectos referidos atrás sejam candidatáveis a fundos comunitários sem que as acções fundamentais previstas no PEDRA II tenham que ser adiadas ou anuladas.

g) Que o processo tendente à elaboração e aprovação de uma lei de finanças regionais, substitutiva do actual relacionamento financeiro entre a Região e o Estado, seja acelerado, por forma a que o PMP 97 - 2000 possa ter os níveis de financiamento indispensáveis.

Inadiáveis novas políticas

O PCP continuará a desenvolver todos os esforços quer a nível dos Órgãos de Soberania, quer na Assembleia Legislativa Regional, quer no Parlamento Europeu, onde tudo fará para reforçar o poder negocial do Governo português, no sentido das medidas apontadas e outras do mesmo tipo poderem vir a ser adoptadas e executadas.

Para o PCP é essencial que a solidariedade nacional tenha expressões efectivas, como é essencial que a autonomia regional seja escrupulosamente respeitada na preparação e na execução das medidas necessárias. É também essencial que os órgãos da União Europeia demonstrem essa solidariedade e abertura para que sejam criados acessos extraordinários a fundos comunitários. Não é suficiente pretender-se apenas reprogramar fundos comunitários já atribuídos, sendo indispensável garantir acessos a novos fundos.

Os temporais de 1996 não poderão ser invocados como razão "para que sejam adiados alguns sonhos". Ao contrário os temporais de 96 abriram muitas feridas que ajudam a mostrar e a compreender que são urgentes e inadiáveis novas políticas económicas e sociais na Região Autónoma dos Açores.

O Partido Comunista Português reafirma uma vez mais a sua inteira solidariedade para com as populações dos Açores e o seu empenhamento em contribuir, por todos os meios, para o desenvolvimento global, harmónico e equilibrado daquela Região Autónoma.

Promessas não cumpridas marcam ano governativo

O Partido Socialista não está a cumprir as promessas feitas durante a campanha eleitoral, é a conclusão generalizada que as organizações do PCP tiram da análise que fazem à situação social, económica e política das respectivas regiões, mais de um ano passado sobre a tomada de posse do Governo.

A Direcção da Organização Regional de Évora do PCP, no comunicado de imprensa onde divulga as conclusões da sua reunião de segunda-feira passada, manifesta o seu profundo protesto pela política desenvolvida pelo Governo PS no primeiro ano de governação, que levou entretanto à perda na região de mais mil postos de trabalho e 4 mil habitantes e ao aumento do desemprego. São números do Ministério para a Qualificação e Emprego e não «invenções da oposição», dizem os comunistas, interrogando o Governo sobre as promessas que fez de um plano de emergência e de medidas concretas para o desenvolvimento da região e fixação das populações no Alentejo.

Também as medidas urgentes de apoio à imprensa regional apontadas pelo Governo PS no seu Programa se traduziram, afinal, pelo anúncio de um corte de dez por cento no porte pago, o que irá necessariamente significar maiores dificuldades para muitas destas empresas e a liquidação de muitos jornais locais.

O nosso país passou a ter a gasolina e a electricidade mais caras da Europa e o aumento dos medicamentos trouxe dificuldades acrescidas às camadas mais desfavorecidas, designadamente aos reforma-

dos e pensionistas, denuncia ainda a DOREV, considerando uma hipocrisia do primeiro ministro vir no dia de Natal pedir contenção aos trabalhadores nas suas reivindicações e de seguida proceder ao agravamento de preço de um vasto conjunto de produtos.

Para o PCP, os recentes acontecimentos com a segurança pública em Évora fazem não só ressaltar a falência da política social do Governo como a ausência de uma política de segurança que dotando a PSP da estrutura, meios humanos, materiais e financeiros necessários, aproxime simultaneamente os agentes de segurança das populações.

Santiago do Cacém

Também a Comissão Concelhia de Santiago do Cacém do PCP afirma que a situação económica e social do concelho continua a agravar-se e denuncia a falta de cumprimento pelo Governo do PS das suas promessas eleitorais, designadamente no que se refere ao cumprimento da lei das Finanças Locais.

Referindo depois as propostas apresentadas pelo seu Grupo Parlamentar, de inclusão no PIDDAC de 97 de alguns projectos para o conce-

lho - a construção do Hospital Distrital, a reconstrução da EN 121 e a construção do Quartel de Bombeiros Voluntários de Santo André -, o PCP denuncia os votos contra que essas propostas mereceram por parte do PS e regista com curiosidade os votos a favor do PSD que quando era Governo votou contra.

Os eleitos comunistas e os seus aliados na CDU vão continuar a tra-

balhar em prol do desenvolvimento local e ao serviço da população, garante a Concelhia do PCP. E referindo como exemplo vivo dessa determinação a recente discussão e votação do orçamento municipal para 1997, regista também aqui a atitude das outras forças políticas presentes na Câmara, como a do PS que votou contra e do PSD que se absteve.

Câmara de Aveiro esquece comissão

A inoperacionalidade da Comissão de Acompanhamento do Plano de Urbanização da Cidade de Aveiro, há um ano constituída pela Assembleia Municipal, está na base do pedido de demissão de membro desta Comissão, apresentado na sexta-feira passada, por António Salavessa, eleito do PCP.

O eleito comunista reconhece como muito positiva a experiência de trabalho das Comissões na Assembleia Municipal de Aveiro e por isso sublinha ser este seu pedido de demissão «de natureza extraordinária», continuando o PCP «a orientar-se pelo princípio da participação em todas as Comissões» que visem a melhoria do funcionamento e da intervenção da Assembleia. Ressalva, contudo, as situações que «exagerem» no esvaziamento deste órgão, como é o caso.

Embora a responsabilidade caiba em primeiro lugar ao PP que tendo a Presidência da Comissão deveria ter promovido a sua dinamização e coordenação, cabem também responsabilidades à Câmara Municipal de Aveiro, que solicitou a constituição da Comissão e a esqueceu, e à Mesa da Assembleia, «alvo de repetidas chamadas de atenção em diversas sessões».

É convicção de António Salavessa e do PCP «que a citada inoperacionalidade não é casual». Ela assenta nas opções de fundo do PP, que tem privilegiado a alienação do concelho aos interesses empresariais privados, contrariando a intervenção da Assembleia Municipal e das forças vivas do Concelho num processo participado de construção da cidade».

Por fim, o eleito comunista afirma que a Câmara de Aveiro «inverte a lógica do planeamento municipal». Quando subalterna o Plano de Urbanização nos documentos camarários e dá continuidade a um sem-número de Planos de Pormenor, «ao sabor das pressões» de interesses, está a condicionar as opções de fundo daquele Plano.

CAMARADAS FALECIDAS

Maria Idalina da Silva Nicho Baganha

Vítima de acidente de viação, faleceu recentemente, com 56 anos de idade, a camarada Maria Idalina da Silva Nicho Baganha. Membro do Partido desde 1974, a camarada militava na Organização Concelhia de Monchique.

José Luís da Silva Sousa Bastos de Lacerda

Com 76 anos de idade, faleceu no passado dia 20 de Dezembro o camarada José Luís da Silva Sousa Bastos de Lacerda. Militante do Partido desde os finais dos anos 40, tendo também pertencido ao MUD, o camarada era actualmente membro do Organismo de Seguros, sector onde desde 1974 militava.

Victor Manuel dos Santos Cabrita

Faleceu no passado dia 23 de Dezembro, com 54 anos, o camarada Victor Manuel dos Santos

Mais democracia Para maior segurança

Por iniciativa do PCP, realizou-se no dia 31 de Dezembro, na sede da Associação Sócio-Profissional da PSP, em Lisboa, um encontro entre delegações do PCP e da direcção desta Associação que integravam respectivamente o Secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, e o presidente da ASPP, José Carreira.

No encontro - que se inseriu no quadro da preparação da discussão que hoje se efectua na Assembleia da República, de um projecto de lei do PCP que define as grandes opções de política de segurança interna e preconiza um conjunto de medidas imediatas e indispensáveis à defesa da segurança dos cidadãos - foi também abordada a actual situação na segurança pública.

Entretanto, mantendo-se preocupado com o clima de instabilidade criado nesta área, o PCP, na sexta-feira passada, pela voz de Jerónimo de Sousa, membro da sua Comissão Política, considerou como «incompreensível e inaceitável» o silêncio do primeiro-ministro sobre o processo e afirmou que «o conjunto mais importante de reformas» que a situação exige «centra-se nas medidas de democratização da PSP».

Para Jerónimo de Sousa essas medidas passam pelo aprofundamento da vertente civilista da PSP, «desmilitarizando a sua estrutura» e «entregando o Comando a uma personalidade civil de reconhecida idoneidade e isenção». São reformas «que o PCP há muito propugna» e que devem entretanto ser acompanhadas de um conjunto de outras medidas, algumas das quais previstas no Projecto de Lei do PCP relativo às Grandes Opções em matéria de Segurança Interna.

De entre essas medidas, o dirigente comunista salientou as que vão no sentido do restabelecimento da confiança dos cidadãos nas Forças de Segurança e do reforço dos meios materiais e financeiros necessários ao cumprimento das missões policiais; as relativas à adequação e à melhoria da qualidade da formação cívica dos profissionais e ao estabelecimento de um código deontológico pelo qual os agentes pautem a sua conduta; e, por fim, as de resposta a reivindicações concretas quanto à dignificação e à melhoria do estatuto profissional dos policiais, incluindo o direito à criação do Sindicato de Polícia.

Matosinhos PCP apoia pescadores

Com a duração de uma semana e uma adesão de praticamente 100 por cento, a greve dos pescadores de Matosinhos terminou no passado dia 5. Os pescadores, que colocaram um prazo de 3 semanas aos armadores para o pagamento do subsídio de Natal ou negociação do seu pagamento, dizem que se não houver resposta entrarão de novo em greve, desta vez, aos fins-de-semana.

O subsídio de Natal, que os armadores não pagaram ainda, é um direito dos Pescadores, finalmente consagrado pela Lei 88/96 de 3 de Julho, que veio reparar com um atraso de muitos anos uma grande injustiça.

A Comissão Concelhia de Matosinhos do PCP, que tem vindo a denunciar a situação, considera em nota à imprensa, de solidariedade com a greve à faina da pesca que os pescadores iniciaram no passado dia 1 de Janeiro, que o pagamento do subsídio de Natal é «um imperativo de lei e de justiça».

A Direcção da Organização Regional do Porto do PCP saudou também a coragem e determinação dos pescadores de Matosinhos e, manifestando-lhes o seu apoio, apelou à unidade e à solidariedade dos pescadores de outros portos.

A greve, como realçou também a Direcção do Sindicato dos Trabalhadores de Pesca do Norte, foi uma vitória da unidade contra a prepotência e o boicote dos armadores que tudo fizeram para desmobilizar e dividir os pescadores. Constituiu também um sério aviso ao Governo do PS para que faça cumprir as leis que defendem os direitos destes trabalhadores.

O êxito desta greve que mobilizou pescadores do arrasto costeiro e das redes de cerco de Matosinhos, Póvoa e Afurada é tanto mais importante quanto não tem havido de há muitos anos a esta parte uma luta de pescadores, em defesa de direitos específicos, com um tão acentuado cunho de classe.

A recuperação da confiança dos trabalhadores das suas próprias forças e a unidade atingida serão seguramente um contributo muito forte para a vitória e a concretização das suas justas reivindicações. Outro contributo será certamente a solidariedade dos pescadores de outros portos.



Peniche assinala aniversário de fuga

No passado dia 3 de Janeiro completaram-se 37 anos sobre aquela que foi das mais famosas fugas de presos políticos de cadeias fascistas. A efeméride foi comemorada no passado sábado, pelos comunistas e democratas de Peniche que, enchendo completamente o salão Nobre do Museu de Peniche, ouviram Joaquim Gomes, um dos dez participantes desta histórica fuga, contar como a mesma foi preparada e executada.

A propósito dos perigos que os comunistas então enfrentavam, Joaquim Gomes saudou a revolução de Abril que, portadora da liberdade, pôs fim às cadeias políticas mas advertiu para outras «cadeias» que hoje «procuram desviar os comunistas do seu caminho», também elas «perigosas» e com «muita força».

E considerando que as forças do capital jamais abdicarão de livre vontade dos seus privilégios, apontou a luta como o único caminho para os trabalhadores e os comunistas conquistarem uma sociedade justa.

Os trabalhadores portugueses esperavam que, após «dez anos de cavaquismo», o Governo PS implementasse uma política de melhoria de vida para as camadas mais desfavorecidas mas isso não aconteceu. «A política do PS não seria a mesma» se o PCP tivesse mais deputados na Assembleia da República, mais eleitos nas autarquias e uma maior intervenção na vida nacional, garantiu Joaquim Gomes, apelando ao trabalho dos comunistas nesse sentido.



Trabalhadores das Obras da Ponte 25 Abril em greve

Trabalhadores de três empresas ligadas às obras de reforço da Ponte 25 de Abril entraram segunda-feira em greve, iniciando um processo de luta pelo pagamento do subsídio de Natal e férias de 1996 e pela readmissão de trabalhadores "dispensados".

As empresas de construção civil em causa - Anvisal, Sedemar e Rualcede - trabalham para duas empresas estrangeiras, uma norte-americana e outra alemã, que integram o consórcio encarregado das obras na Ponte.

Os trabalhadores foram contratados a prazo com um salário de 90 contos, mas na prática acabam por ganhar mil escudos à hora, sem direito a subsídio de férias ou de Natal, segundo uma fonte sindical. Em Dezembro, estes assalariados receberam um "prémio de 20 contos" como subsídio de Natal e 10 ou 12 trabalhadores acabaram por ser "dispensados" na sequência de processos disciplinares, de acordo com a mesma fonte.

Vigília em Coimbra e Viseu

Os funcionários dos refeitórios da Segurança Social de Coimbra e Viseu iniciaram hoje oito dias uma vigília à porta das instituições reclamando a manutenção dos seus postos de trabalho.

A causa do protesto prende-se com a rescisão unilateral do contrato pela Nutrirest, empresa que detinha a concessão da exploração de ambos os refeitórios. "No final do mês de Dezembro, a Nutrirest, sem qualquer aviso aos Serviços Sociais da Segurança Social nem aos trabalhadores, pôs termo à concessão dos refeitórios", refere uma nota do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Centro.

De acordo com a direcção sindical, os Serviços Sociais do Centro Regional de Segurança Social (CRSS) de Coimbra e Viseu vão assegurar o funcionamento dos refeitórios, "mas não querem assumir a responsabilidade dos seis trabalhadores", posição esta que o Sindicato critica vivamente e considera tanto mais estranha quanto é certo "que os refeitórios vão continuar a servir refeições".

Ramo automóvel em Coimbra

A maioria dos cerca de 50 trabalhadores da empresa do ramo automóvel "Carvalho e Sobrinho" rescindiu os seus contratos, depois de uma greve contra o não pagamento de salários em atraso. Segundo o coordenador da União dos Sindicatos de Coimbra (USC/CGTP-IN), em declarações à Lusa, apenas três a quatro trabalhadores estavam a ponderar se optam pela rescisão ou pela suspensão dos respectivos contratos. "Os trabalhadores tiveram de recorrer a estes mecanismos porque não havia soluções para manterem os seus postos de trabalho", sublinhou António Moreira. Os funcionários da empresa, concessionária da marca "Renault", desencadearam a 16 de Dezembro uma paralisação como forma de protesto contra a falta de pagamento das remunerações de Outubro (50 por cento), de Novembro e do subsídio de Natal. Apesar de se declarar interessada na viabilização da empresa, a administração tem alegado não dispor de verbas para proceder ao pagamento dos salários.

Profissionais de Saúde em luta pelas carreiras

Prossegue até ao próximo dia 17 a campanha de recolha de assinaturas em cartões de Boas Festas, a entregar à ministra Maria de Belém, em protesto pela não integração do adicional de dois por cento no índice 100 das carreiras dos profissionais de Saúde. Promovida pela Federação Nacional dos Médicos, Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, Sindicato dos Técnicos Paramédicos e Federação da Função Pública, esta iniciativa surge na sequência da recusa da ministra em satisfazer a pretensão dos trabalhadores, apesar do ministro-adjunto ter assumido o compromisso da sua integração no acordo para 1996.

Em comunicado subscrito pela sua direcção, o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses contesta entretanto os valores adiantados pela ministra sobre o custo da adopção do referido adicional de dois por cento, esclarecendo que o montante em causa é de dois milhões de contos e não de 3,5 milhões como a responsável da tutela declarou em entrevista a um semanário.

TRABALHADORES

Greve dos pescadores de Matosinhos Vitória da unidade contra a prepotência e o boicote

Uma "vitória da unidade contra a prepotência e o boicote", assim classificou o Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Norte a paralisação cumprida pelos pescadores com um nível de adesão que rondou praticamente os cem por cento. Em causa está, por um lado, o cumprimento da Lei 88/96, que estipula que todos os trabalhadores têm direito ao subsídio de Natal, igual a um mês de retribuição, que será pago até 15 de Dezembro de cada ano, e, por outro lado, o cumprimento do regulamentado em CCT, nomeadamente o descanso semanal e o pagamento do subsídio de trabalho intensivo.

Envolvendo os trabalhadores do arrasto e do cerco, esta luta, no entender do Sindicato, constitui um "aviso forte e inequívoco aos armadores e suas associações" para que cumpram as leis, bem como ao Governo, para que "as faça cumprir", sendo ainda um testemunho de que "os pescadores jamais calarão as suas vozes em defesa dos seus direitos".

Apesar das inúmeras tentativas de boicote à greve, que se prolongou de quarta-feira até domingo passado, depois de os pescadores terem decidido em plenário adoptar esta forma de luta, todas as tentativas de desmobilização ensaiadas pelos armadores saíram goradas, tendo

saído claramente reforçada a unidade dos trabalhadores.

Recorde-se que houve armadores que chegaram a desviar as embarcações para portos de Espanha e para Aveiro, não hesitando alguns em ir buscar um a um os pescadores a suas casas. Para o Sindicato, todos estes propósitos "caíram por terra" e uma "prova evidente da unidade existente" reside no facto de as embarcações que fugiram para Espanha terem sido obrigadas a regressar ao porto de Matosinhos", operando com a tripulação mínima de navegação.

No plenário que antecedeu a greve os pescadores decidiram ainda dar um prazo de três sema-



Apesar das inúmeras tentativas de boicote, os pescadores de Matosinhos cumpriram a quase cem por cento uma greve em defesa dos seus direitos

nas aos armadores para o pagamento do subsídio de Natal e do prémio de trabalho intensivo. Caso estas exigências não sejam satisfeitas, os trabalhadores da pesca de Matosinhos passarão a estar em greve aos fins-de-semana.

Por outro lado, o plenário deliberou conceder um prazo de 60 dias para a resolução dos principais problemas dos pescadores, ameaçando com a realização de novas greves caso a situação não evolua favoravelmente.

Cerâmicas Estaco Preocupação quanto ao futuro da empresa

A União dos Sindicatos de Coimbra está pessimista sobre o futuro da empresa "Cerâmicas Estaco", após reuniões efectuadas no final da semana transacta, em Lisboa, no Ministério da Economia e na Secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais.

"As informações que nos foram dadas não são nada satisfatórias. Ao contrário do que vinha sendo dito, a empresa não chegou a candidatar-se ao 'Plano Mateus', facto que a administração acabou por nos confirmar em contacto telefónico", afirmou António Moreira, coordenador daquela União sindical.

De acordo com declarações por si proferidas à agência Lusa, a empresa não apresentou também, como deveria ter feito até 31 de Dezembro passado, no Ministério das Finanças, o plano do pagamento de impostos, que rondam os 30 mil contos.

"A indicação da Secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais é a de o Ministério Público votar contra a possibilidade de viabilização da empresa, na próxima assembleia de credores, se até lá não for apresentado o plano para pagamento dos impostos, pelo gestor judicial ou pela administração da Estaco", sublinhou o sindicalista.

O coordenador da USC refere que "a empresa tem dito que o esforço que está a ser feito é no sentido da sua viabilização", mas mostra-se "preocupado com o futuro" da Estaco, com sede em Coimbra, quando confrontado com "factos reais".

De acordo com António Moreira, o Instituto de Gestão Financeira do Ministério da Economia "estaria disposto a aceitar o pagamento das dívidas da empresa à Segurança

Social, avaliadas em cerca de 140 mil contos, num prazo de dez anos".

"Nota-se que o poder económico está a tentar derrubar o poder político, que os empresários estão a fazer tudo para não pagarem as dívidas ao Estado", sustentou.

Na última assembleia, os credores manifestaram-se dispostos a aprovar o plano de viabilização da Estaco "desde que assegurado o aval para o investimento de 868 mil contos de modernização da empresa", que tem um passivo de cerca de 4,5 milhões de contos.

António Moreira receia que a próxima assembleia de credores da Cerâmicas Estaco, a laborar com quatro centenas de trabalhadores, seja de novo adiada, para o dia 20, "data-limite do Tribunal de Coimbra para aprovação do plano de viabilização da empresa".

Amanhã, em Viana do Castelo Professores debatem carreira docente

O Sindicato dos Professores do Norte (SPN) promove amanhã, dia 10 de Janeiro, em Viana do Castelo, um plenário para debater as questões negociais da revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD).

Segundo fonte sindical, "no plenário serão debatidas propostas de Avaliação do Desempenho e as intenções do Ministério da Educação quanto a uma revisão burocrática do ECD, a par das importantes matérias da formação, da gestão e da estabilidade dos professores".

O SPN e a FENPROF aproveitarão também a oportunidade para debater com milhares de professores em todo o país uma carta aberta ao Ministro da Educação, com a qual pretendem manifestar o seu desencanto por promessas incumpridas.

O plenário distrital de Viana do Castelo decorrerá no Auditório do Castelo de Santiago da Barra, com início às 10 horas, com a presença de Mário David Soares, coordenador do SPN, e João Baldaia, do secretariado da FENPROF e Comissão Negociadora.

Beja exige regresso de serviços

O regresso dos serviços que saíram de Beja foi unanimemente exigido pela Assembleia Municipal que, no passado dia 30 de Dezembro, aprovou uma moção apresentada conjuntamente pelos grupos da CDU, PS e PSD em que se "exige que o PS e o seu governo sejam coerentes com as posições anteriormente assumidas e façam regressar a Beja os serviços e órgãos de decisão que daqui foram retirados".

A moção, inicialmente apresentada pelo grupo CDU, refere concretamente a transferência para Évora de alguns poderes de decisão da Segurança Social e da Direcção de Saúde, Educação e Ambiente; do Banco Portugal; e, agora, da Direcção da Junta Autónoma das Estradas e da Telecom, para o Algarve.

A Assembleia Municipal de Beja manifestou também "a sua oposição à eventual privatização das novas instalações do Centro de Saúde de Beja e a sua preocupação pela persistência das carências em recursos humanos na área da Saúde, cujas consequências podem gerar situações de gravidade para os utentes do Serviço Nacional de Saúde".

A Assembleia tomou ainda posição relativamente ao Orçamento de Estado para 1997 e às verbas inscritas em PIDDAC, salientando que "só no concelho de Beja houve uma redução de 533 mil contos, tomando assim impossível corrigir as assimetrias regionais do país e contribuir para a solução dos graves problemas sociais e económicos existentes no Alentejo".

Lisboa solidária com Timor-Leste

A Assembleia Metropolitana de Lisboa, reunida em 30 de Dezembro de 1996, aprovou uma moção de saudação ao "povo de Timor-Leste nas pessoas de D. Ximenes Belo e do Dr. Ramos Horta distinguidos com o Prémio Nobel da Paz de 1996".

Na moção sublinha-se que "este facto transfigura, a nível mundial, a importância da luta do povo maubere pela sua autodeterminação e reforça a legitimidade que a opinião pública mundial reconhece neste processo".

A Assembleia felicita ainda "os laureados e solidariza-se com o povo de Timor-Leste na luta pela autodeterminação do seu território".

Maternidade de Loures

A Assembleia de Freguesia de Stº António dos Cavaleiros aprovou, por unanimidade, uma moção apresentada pela CDU, exigindo, uma vez mais, que o governo tome uma decisão urgente sobre a "inadiável construção do Hospital/Maternidade de Loures", e apelando à população para que prossiga a luta pela concretização daquela estrutura de saúde.

No orçamento de Estado para 1997 não é indicada qualquer verba para a construção do Hospital/Maternidade, tendo sido recusadas as propostas apresentadas pelo PCP quanto à inclusão de uma verba para este projecto.

População escolar

O Concelho de Mora, no Alentejo, tem vindo a registar um claro decréscimo da população escolar (de par da redução da população da zona).

A diminuição da população escolar é particularmente sensível no 1º ciclo do Ensino Básico onde, nos últimos três anos, se registou uma quebra de 27,5%.

No ano lectivo 96/97, a população escolar do Concelho, incluindo a Educação Pré-Escolar e Recorrente, é de 760 alunos contra 825 em 1995/96.

Racismo

O representante da África Negra no Forum dos Migrantes da União Europeia para a Lusofonia considerou que Portugal, em 1996, foi marcado por uma "agitação enorme no que toca a actos de violência racista e xenófoba".

Em declarações à Agência Lusa, João Gameiro Alves, eleito para o cargo por indicação do Grupo de Apoio de Portugal naquele organismo, deu como exemplos dessa agitação os casos de perseguições ao povo cigano em diversas zonas do país, a "violência racista por parte de elementos policiais" e as "agressões cobardes a indivíduos de raça negra perpetradas por skinheads".

A agressividade, no tratamento processual, por parte do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) foi outros dos exemplos de "actos racistas e xenófobos", ocorridos no último ano em Portugal. Em relação ao novo período de legalização extraordinário de imigrantes dado pelo Governo em 1997, Gameiro Alves considera que o mesmo não resultou em pleno, quer por falta de divulgação, quer pela inexistência de um espírito de confiança no processo.



A instalação de um observatório no estuário do Tejo é uma das novidades do Plano de Actividades da AML

Cultura e Desenvolvimento

Prioridades da AML

A realização de diversos estudos sobre os novos fenómenos migratórios e as suas implicações socioeconómicas e culturais e a instalação de observatórios permanentes dos estuários do Tejo e do Sado - são algumas das novidades do Plano de Actividades para 1997, aprovado na última reunião da Assembleia Metropolitana de Lisboa.

O ambiente, as questões sociais, o desenvolvimento económico surgem assim como áreas prioritárias na distribuição de verbas orçamentais.

A área cultural também não foi esquecida, prevendo-se a realização de uma semana dedicada à cultura de Cabo Verde, de par da promoção de estudos com vista ao levantamento das quintas e palácios da Área Metropolitana de

Lisboa, e ao desenvolvimento de uma rede de museus municipais.

Na área do ambiente, o Plano de Actividades apresenta duas novas propostas - a instalação de observatórios permanentes nos estuários do Tejo e do Sado e a realização de um estudo sobre a avaliação do impacto da Zona de Protecção Especial do Estuário do Tejo.

A Junta Metropolitana de

Lisboa vai também continuar a acompanhar e a defender a implementação da rede de estações de tratamento de resíduos sólidos, os sistemas regionais de tratamento de resíduos sólidos, o sistema de abastecimento de água à Península de Setúbal e o programa de limpeza e regularização dos leitos de ribeiras.

Na área da habitação, o Plano de Actividades anuncia a realização de estudos sobre o fenómeno migratório e sobre a habitação social. O primeiro irá analisar a origem, evolução e consequências dos novos movimentos migratórios, assim como as incidências da imigração nas diversas vertentes, nomeadamente social, cultural, mercado de trabalho, transportes, equipamentos. O segundo, visa fazer

a qualificação e quantificação do défice habitacional na Área Metropolitana e apresentar propostas para a reabilitação dos bairros sociais construídos desde os anos 30. Este estudo deverá ainda apresentar medidas a implementar para melhorar a integração social e económica das populações dos bairros sociais existentes ou a construir.

Parte decisiva do Plano de Actividades visa o desenvolvimento económico e o abastecimento público e destina-se a realizar novos estudos e a continuar outros - do impacto das grandes superfícies comerciais aos aspectos socioeconómicos das famílias a realojar no âmbito do PER ou sobre habitação e demografia na Área Metropolitana de Lisboa.

Notícias de Timor-Leste

Resistência propõe encontro em Timor-Leste

A resistência timorense defende que o próximo encontro intratimorense deverá ser realizado em Timor-Leste como homenagem ao Bispo Ximenes Belo.

Em comunicado recentemente divulgado em Sidney, e datado de Outubro, a resistência timorense "sugere às instâncias competentes que - dado o facto altamente importante e significativo para o povo de Timor de os dois laureados com o Prémio Nobel da Paz de 1996 serem ambos timorenses - o próximo encontro intratimorense seja realizado em Timor Oriental como homenagem ao Bispo de Dili, incluindo também a presença de representantes da resistência interna, mesmo que para isso se excluam alguns dos membros da frente diplomática".

O comunicado refere-se à necessidade de lançar uma campanha internacional para "informar e esclarecer a ONU para uma resolução do problema", pressionando Jacarta para que respeite as resoluções das Nações Unidas sobre a questão de Timor-Leste.

O texto apela à ONU para que reconheça "o papel e o poder da resistência (...) em todas as frentes, diplomática, clandestina e armada, como o único meio de salvaguardar a sobrevivência do Povo de Timor Oriental" e se condene "para sempre a ambição expansionista do regime do ditador Suharto, a invasão e a anexação do território, a opressão, o massacre, o genocídio e a manipulação político-administrativa".

Tensão em Dili

Em relatório divulgado estes últimos dias na Austrália, e datado de 1 de De-

zembro, a resistência timorense afirma que as autoridades indonésias pretendiam assassinar dez personalidades em Timor-Leste, incluindo o Nobel da Paz D. Ximenes Belo.

O relatório foi enviado de Timor-Leste juntamente com um outro documento sobre casos de violação dos direitos humanos no território, prisões, torturas e violação de mulheres por soldados indonésios.

Segundo estes documentos, a situação em Dili "é de grande tensão", devido a rusgas nocturnas que estão a ser feitas desde Novembro por agentes militares indonésios e timorenses, que "visam essencialmente provocar a juventude".

"Jacarta pretende criar a maior instabilidade possível no sentido de demonstrar ao mundo que a sua presença em Timor-Leste é necessária para apaziguar o clima hostil no território", sublinha o documento.

Professores em situação precária

Um problema com solução

A situação dos docentes de habilitação suficiente vinculados ao Ministério da Educação (ME) - cerca de 300 professores, em situação precária, nalguns casos há mais de 30 anos - poderá ser finalmente resolvida, no quadro de uma anteprojecto de diploma, que se encontra em fase de apreciação.

Ao abrigo deste diploma, os professores vinculados de habilitação suficiente serão nomeados para um quadro de zona pedagógica, desde que aceitem frequentar uma licenciatura para complemento de habilitações, ou integrados na carreira técnico-profissional correspondente.

Este projecto corresponde a uma exigência

dos professores e nomeadamente da Federação Nacional dos Professores (FENPROF) que, em Novembro passado, promoveu uma reunião nacional deste grupo de docentes, a reivindicar a saída urgente de um decreto-lei que os enquadre.

A FENPROF sublinha a urgência da publicação deste decreto-lei, também porque deverá consagrar medidas "com implicações nos concursos de professores que se irão realizar no mês de Janeiro", referindo entretanto omissões no que diz respeito à situação remuneratória deste grupo de professores, "que se encontra completamente bloqueada e sem quaisquer perspectivas de melhoria".



A situação precária dos professores afecta também a qualidade do ensino

Gaia e Covilhã

CDU contesta Orçamento e Plano

Nos últimos dias de Dezembro, em diferentes municípios do país, prosseguiram as discussões em torno do Orçamento e Plano de Actividades. Um instrumento essencial para dar resposta às necessidades das populações, mas que por vezes é apresentado para debate, com atraso, falho quanto à estruturação e definição de objectivos.

É o caso do Plano de Actividades e Orçamento para 1997, apresentado pelo PS em Gaia, "em cima da data-limite prevista", como se salienta em declaração de voto apresentada pelo vereador da CDU na Câmara.

A CDU - que votou contra o plano - sublinha a "inexistência de um Plano Plurianual Estratégico, como instrumento lógico e coerente necessário ao desenvolvimento global e sectorial do Concelho de

Vila Nova de Gaia" e refere aspectos concretos, como o programa para a Educação, que "continua a registar uma diminuição substancial da dotação orçamental comparativamente às dotações previstas nos Planos de 1995 e 1996" ou os respeitantes à Rede de Esgotos, Resíduos Sólidos e Higiene Pública e a Comunicações e Transportes, que "sofrem uma diminuição considerável nas respectivas dotações".

A CDU considera ainda ser legítimo que se questione "como é possível prever, com seriedade, um investimento previsional na ordem dos 60% da despesa, quando a taxa média de execução orçamental vem decrescendo há vários anos, situando-se em 1994 e 1995 nos 36,5%?".

Também na Covilhã, a CDU denuncia a incapacidade da gestão PS em elaborar,

em tempo útil, o Plano e o Orçamento, não tendo sido feita "uma única reunião da Câmara Municipal para este efeito", antes da Assembleia convocada para a sua aprovação.

A CDU lembra que a lei estipula que em Novembro, ou como último recurso em Dezembro, "a Assembleia Municipal discuta para que as Juntas e Assembleias de Freguesia, até final do ano, já em posse dos dados necessários, aprovem os seus Planos e Orçamentos".

No actual mandato o Partido Socialista, na Câmara Municipal, "nunca cumpriu os prazos estabelecidos na lei" sublinha a CDU, que considera que as populações do Concelho estão a ser "demasiado castigadas" por uma política marcada por falta de rigor, incúria e incapacidade.



Os aumentos de preços atingem sobretudo as famílias

A dança dos preços

Realidade e aparências

As percentagens sobre aumentos de preços de serviços, agora divulgadas, encobrem uma realidade bem diversa da aparência. Na verdade, e uma vez mais, as famílias são penalizadas em benefício das empresas.

No dobrar do ano, a comunicação social divulgou alguns dos aumentos de preços a entrar de imediato em vigor em 97. Com uma nota de optimismo por parte do governo, que vai sublinhando a ideia de que os aumentos de preços administrativos serão em média inferiores a dois por cento, o que, nas palavras do Secretário de Estado da Presidência, constitui o aumento médio mais baixo dos últimos anos. O ministro da Economia, Augusto Mateus, referiu concretamente que o preço da electricidade irá reduzir-se em 0,2 por cento, enquanto nas telecomunicações se verifica uma descida de preços de 0,7 por cento.

Palavras e números que, na verdade, encobrem e baralham os dados da realidade concreta.

Assim, se nos preços da electricidade há uma redução global de 0,2 por cento - o facto é que essa redução beneficia os grandes consumidores industriais, que irão pagar menos 3,6 por cento. Quanto aos consumos domésticos - que nos atingem a todos - registam um aumento de 1 por cento.

O caso das telecomunicações é particularmente significativo. A descida global é de 0,7 por cento, mas há que sublinhar um aumento de 8 por cento nas chamadas locais - o peso maior da conta telefónica das famílias. As assinaturas mensais também vão subir. A quebra dos preços tem a

ver com as chamadas interurbanas e internacionais.

Os exemplos de agravamento de facto dos preços dos consumos incontornáveis, sucedem-se. O aumento previsto da água é de 3% - mas esta percentagem tem a ver unicamente com os preços aplicados em Lisboa. A perspectiva é de aumentos mais elevados pelo país. A tarifa de gás da cidade está limitada aos 2 por cento, mas prevê-se que o gás de botija e o propano canalizado (fora da cidade de Lisboa), que podem ser fixados livremente, irão disparar. Também os bilhetes e os passes de comboios devem sofrer aumentos superiores aos dos últimos anos, tal como as portagens. Os medicamentos registaram significativo agravamento.

Os preços dos combustíveis - que inevitavelmente se reflectem depois no preço dos produtos de consumo corrente - ainda não estão de facto definidos. O ministro da Economia admite uma provável subida no preço do gasóleo rodoviário quando, em fins de Janeiro, início de Fevereiro, for revista a taxa do imposto sobre os produtos petrolíferos. Quanto ao preço do fuel, que vai passar a regime livre, ainda nada se sabe sobre as suas possíveis oscilações.

Um quadro que a CGTP-IN denuncia em conferência de imprensa realizada esta semana - acusando o governo de "manipular a informação" e "penalizar os consumidores em favor das empresas".

Grupo Parlamentar do PCP requer debate de urgência

O Grupo Parlamentar do PCP requereu o agendamento de um debate de urgência sobre o aumento de preços de um conjunto de bens essenciais, designadamente da energia eléctrica, dos combustíveis líquidos, dos telefones e das portagens rodoviárias.

Em documento enviado ao Presidente da Assembleia da República, afirma-se que "na divulgação pública desses aumentos, o Governo sustenta que todos eles tiveram agravamentos inferiores ao aumento da inflação por ele próprio prevista para o ano de 1997".

O Grupo Parlamentar do PCP sublinha que "a tática utilizada é conhecida: a da utilização das médias estatísticas. Escamoteando que essa média é a resultante de alguns aumentos de preços largamente superiores à média e de alguns outros inferiores".

Entretanto "sucede que os preços que aumentam mais que a média são fundamentalmente suportados pelas famílias, e os que crescem abaixo dessa média são os suportados pelas empresas".

"Trata-se de uma opção política do Governo. Social e politicamente contestável", conclui o documento.

INTERNACIONAL

Mau tempo na Europa e América

A vaga de frio que está a assolar a Europa já provocou quase três centenas de mortos. As regiões do oeste, sudoeste e centro da França transformaram-se em autênticos «campos de patinagem». As chuvas de granizo e os nevões bloquearam milhares de pessoas nas estradas e nas estações de caminho-de-ferro. Em Espanha, diversas aldeias da Galiza, de Leon e das Astúrias estiveram vários dias isoladas. Registraram-se vítimas em vários países, nomeadamente na Grã-Bretanha, Irlanda, Alemanha, Rússia, Ucrânia e Áustria.

Mas não foi só na Europa que se registou mau tempo. No Brasil, as chuvas torrenciais causaram aluimentos de terras, destruíram casas, postes de energia, instalações sanitárias e pontes e inundaram as principais vias rodoviárias. No Estado de Minas Gerais, o número de vítimas já ultrapassa os 80 mortos e os desalojados rondam os 21 mil. O estado de emergência foi já decretado em 20 das 101 cidades afectadas, incluindo Ouro Preto, cidade Património da Humanidade. Também o Estado do Rio de Janeiro foi fustigado por chuvas intensas, deixando mais de 10 mil pessoas sem abrigo. Nos EUA, 55 condados do oeste do país foram considerados «zonas sinistradas», no domingo. Pelo menos 14 pessoas morreram após onze dias de quedas de neve e de chuva. Os danos provocados pelas cheias e queda de terras devem atingir várias centenas de milhões de dólares.

Acidente ecológico no Japão

As três manchas de crude derramadas pelo petroleiro russo Najodka, devido a uma forte tempestade ocorrida no último sábado, estão já a aproximar-se da costa do Japão, empurradas por fortes ventos. Este acidente ecológico, um dos maiores ocorridos em águas japonesas, provocou o derrame de cerca de 3.700 toneladas de crude de um total de 19 mil que a embarcação transportava.

Reestruturação agrava desemprego na Argélia

A reestruturação das empresas públicas argelinas está a arrastar consigo cerca de 130 mil trabalhadores para o desemprego. Segundo

Guatemala

A paz, finalmente

Trinta e seis anos de guerra civil provocaram 150 mil mortos, 45 mil desaparecidos e um milhão de desalojados. Estes são os números do conflito que opôs até dia 29 de Dezembro o Governo da Guatemala e a Unidade Revolucionária Nacional. Os acordos de paz agora assinados abrem perspectivas para um futuro que se espera seja de paz e democracia.

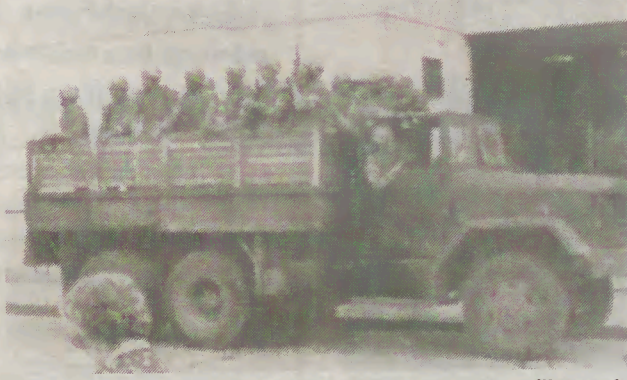
Os acordos de paz assinados em 29 de Dezembro culminam um conturbado processo de negociações que se arrastava há cinco anos e vem pôr termo, espera-se, a uma luta armada que deixa atrás de si cerca de duas centenas de milhar de mortos e desaparecidos.

Segundo os documentos assinados na semana passada, «a discriminação étnica será considerada como um delito», estando previsto ainda «o reconhecimento, o respeito e a protecção das formas de espiritualidade autóctones».

Entre as medidas anunciadas pelos acordos contam-se reformas eleitorais e socioeconómicas e o realojamento das populações que tiveram de abandonar as suas terras. A concreti-

zarem-se, arrastam consigo uma verdadeira mudança no país e na sociedade guatemalteca.

A aplicação dos documentos será feita em quatro anos. Nesse período, os dois mil guerrilheiros serão reintegrados, a Unidade Revolucionária Nacional da Guatemala será transformada em partido polí-



Os esquadrões da morte assassinaram e torturaram milhares de pessoas

História de sangue

Em 1944, a revolução nacionalista e o governo de Juan José Arévalo interromperam o tradicional domínio económico das multinacionais americanas na Guatemala. Foi aprovada uma nova Constituição, que estabelecia que o subsolo e as riquezas naturais eram propriedade da nação, proibindo as concessões e consagrava que a exploração do subsolo só poderia ser feita com base na participação prioritária do Estado e do capital privado nacional.

Paralelamente, iniciou-se uma reforma agrária, entregando a terra aos seus legítimos proprietários e aos camponeses pobres.

Dez anos depois, o coronel Carlos Castillo Armas derruba o presidente democraticamente eleito Jacobo Arbenz, com o apoio dos Estados Unidos. Instaura-se um regime violentíssimo de repressão. O aparecimento dos primeiros esquadrões da morte data dessa época. A nova Constituição ilegaliza o Partido Guatemalteco do Trabalho (comunista) e outras formações de esquerda. O mecanismo eleitoral, que promove pseudo eleições de quatro em quatro anos, é elaborado de forma que nem os grupos burgueses liberais possam participar.

As tensões sociais agudizam-se. Cerca de 80 por cento das terras cultivadas encontram-se nas mãos de apenas um por cento da população. Os militares apropriam-se das terras pertencentes aos camponeses.

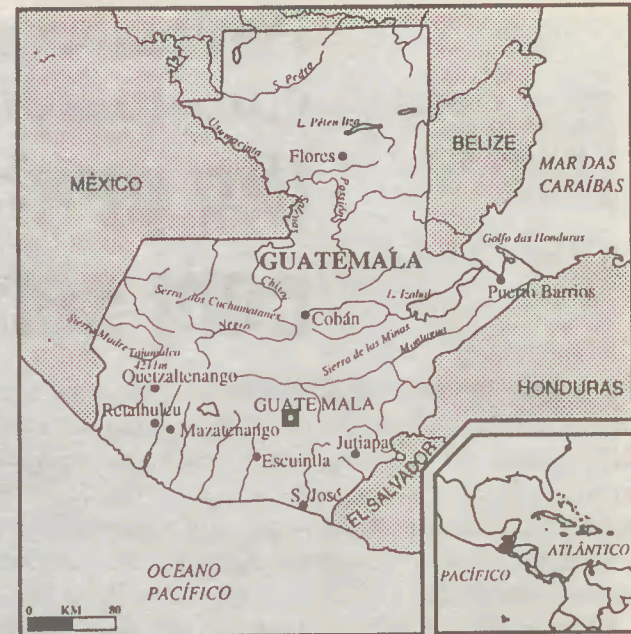
O capital estrangeiro implanta-se no sector dos ser-

vidades, o país será desmilitarizado. O papel do exército deverá limitar-se à defesa da soberania e integridade do território. As primeiras eleições estão previstas para o ano 2000.

Um dos pontos mais polémicos dos acordos prende-se com a amnistia aos militares e guerrilheiros que tenham cometido crimes durante o conflito.

Espera-se que os acordos venham resolver (ou pelo menos atenuar) as profundas injustiças e discriminações que caracterizam a sociedade guatemalteca.

Uma sociedade marcada pela fome, a miséria, o desemprego e uma profunda desi-



gualdade social. Os mais afectados são os indígenas (cerca de 70 por cento da população), deliberadamente mantidos à margem da sociedade oficial. As trinta etnias índias dedicam-se essencialmente à agricultura e à criação de gado e muitos dos seus membros não falam castelhano.

O resto da população, de tradição hispânica, está instalada, regra geral, nas grandes cidades, no leste ou na costa do Pacífico.

No total, 80 por cento dos habitantes vive na miséria. Segundo dados de 1993, na Guatemala existe um médico

por cada 2300 habitantes e uma cama de hospital por cada 812 habitantes. Apenas 34 por cento da população tem acesso a cuidados de saúde.

É entre os índios que se regista um índice maior de pobreza, analfabetismo, mortalidade infantil e má nutrição. Devido ao tipo de actividade económica que exercem tradicionalmente, são os primeiros a sofrerem o desequilíbrio flagrante da repartição das riquezas e das terras.

Os índios vêem-se reduzidos a cultivar parcelas minúsculas nos altos planaltos ou a receber salários baixíssimos.

viços, na economia rural e na indústria mineira. Dezenas de empresas americanas detêm o controlo dos sectores-chave da economia, principalmente dos jazigos de níquel.

Desde essa altura, a Guatemala é governada por sucessivos regimes militares.

O regime é sustentado por um forte aparelho militar e policial e os organismos oficiais de repressão são a sua principal componente. Disso são exemplos o «Comando-6», uma unidade policial com missão de liquidar os principais adversários políticos do regime, e o «Batallón Modelo», que reprime as acções populares mais significativas. Em Janeiro de 1980, esta força ataca a embaixada de Espanha que havia sido pacificamente ocupada por camponeses, como forma de chamarem a atenção da opinião pública internacional para a sua situa-

ção. Resultado: 39 mortos, incluindo diplomatas espanhóis.

«Conselheiros» norte-americanos e israelitas treinam as polícias nas técnicas de combate de rua e de dispersão de manifestações, participam nos interrogatórios e torturas dos presos políticos.

Fios invisíveis ligam estas forças repressivas aos grupos terroristas de extrema-direita: «Escuadrón de la Muerte», «Mano Blanca», «Eiersito Secreto Anticomunista», entre outros.

Quem for suspeito de actividades antigovernamentais ou de apoio à guerrilha é imediatamente liquidado. Multiplicam-se os casos de genocídio das populações das aldeias onde os guerrilheiros encontram refúgio.

Só em 1966 subiu ao poder o primeiro chefe de Estado civil, Júlio César Montenegro.

Contudo, o seu mandato (que terminou quatro anos depois) foi um dos períodos mais sangrentos da história da Guatemala.

O Governo do general Romeo Lucas García (1978-82) consegue neutralizar a oposição legal, com o assassinio de milhares de dirigentes políticos, sindicais, camponeses e estudantes. Não obstante, a insurreição armada fortalece-se gradualmente, aumentando as suas bases de apoio e as suas áreas de influência. Em 1982, as quatro principais organizações revolucionárias unem-se na Unidade Revolucionária Nacional da Guatemala.

Nesse ano, o general Efraim Ríos Montt é imposto como chefe do Governo por uma rebelião militar. Ríos Montt decreta o estado de sítio e a censura à imprensa, cria tribunais secretos de foro especial, incrementa a

formação de patrulhas civis de autodefesa e de «aldeias estratégicas», ordena grandes operações de controlo e registo nas cidades e envia tropas especiais para o campo, onde realizam uma implacável tática de «terra arrasada» e massacres colectivos.

No primeiro ano de governo de Montt são assassinados mais de 15 mil guatemaltecos, 70 mil procuram refúgio nos países vizinhos e 500 mil vão para as montanhas, fugindo do exército.

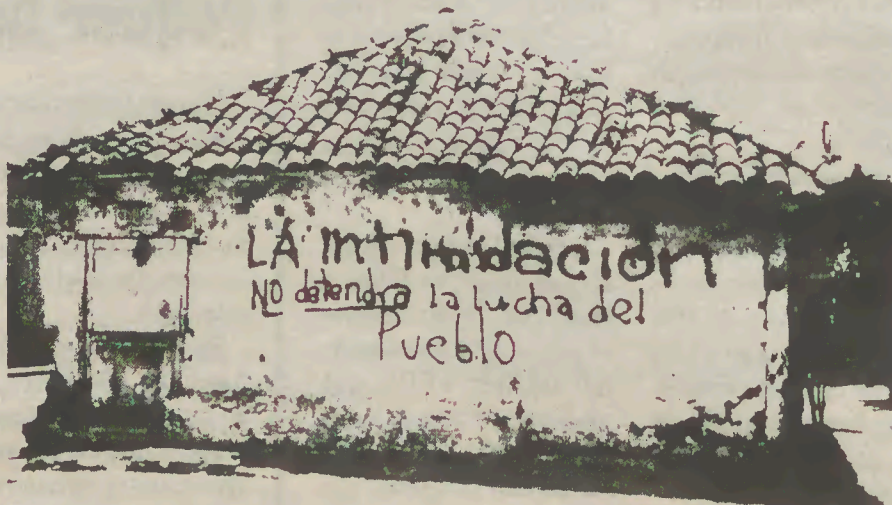
Em Agosto de 83, regista-se mais um novo golpe militar (novamente orquestrado pela CIA), subindo ao poder Oscar Mejía Victores. Dois anos depois, Vinício Cerezo Aevalo (cristão-democrata) é eleito com uma elevada taxa de abstenções.

Em Maio de 1989, oficiais da Força Aérea na reserva desencadeiam uma tentativa de golpe de Estado, travada pelas tropas leais ao presidente. Em 1991, Jorge Serrano é eleito presidente e, um ano depois, Rigoberta Manchu, destacada activista dos movimentos indígenas da América Latina, recebe o prémio Nobel da Paz.

Serrano dissolve o Congresso e suspende as liberdades constitucionais, em 1993, sendo derrubado por Ramiro de León Carpio.

Em 1996, Alvaro Arzu assume o poder, retomando as negociações com a guerrilha, iniciadas há cinco anos.

As conversações passaram por Oslo, Estocolmo e Madrid.



Trinta e seis anos de resistência popular desembocaram em 1996 nos acordos de paz

Sérvia

Ocidentais insistem no reconhecimento das eleições

Prosseguem as manifestações da oposição

Enquanto prosseguem as manifestações de protesto em Belgrado, a Itália, Alemanha e França exortaram as autoridades sérvias a reconhecerem a vitória da oposição nas eleições municipais de 17 de Novembro.

Em comunicado divulgado no passado fim-de-semana, o Ministério dos Negócios Estrangeiros italiano pediu a Belgrado para aceitar «plenamente» as conclusões da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) sobre as eleições municipais.

O chefe da diplomacia alemã, Klaus Kinkel, também instou o presidente sérvio, Slobodan Milosevic, a «reconhecer de imediato e de forma global a vitória da oposição».

Num apelo dirigido ao governo de Belgrado, Kinkel advertiu que o não reconhecimento dos resultados das eleições «impedirá o regresso dos sérvios à comunidade de Estados europeus».

Kinkel disse que a Jugoslávia deve «recuperar o seu lugar na Europa» e que a Alemanha está pronta a ajudar, no quadro de um regime democrático.

Numa carta enviada em resposta à OSCE, o chefe da diplomacia jugoslava, Milam Milutinovic, reconheceu a vitória da oposição em nove circunscrições de Belgrado e três cidades da província.

A França criticou a resposta de Belgrado e pediu às autoridades jugoslavas para «aceitarem plenamente e sem reservas» as conclusões da OSCE.

A OSCE, após uma missão a Belgrado no fim de Dezembro dirigida pelo antigo primeiro-ministro espanhol Felipe Gonzalez, confirmou que a oposição venceu as municipais em 14 das 18 principais cidades da Sérvia.

Entretanto, a oposição sérvia em Nis ameaça recorrer à força depois de 13 de Janeiro, Ano Novo ortodoxo, se o regime não reconhecer a sua vitória nesta cidade, noticiou a agência independente BETA, citada pela Lusa.

«Vamos esperar até 13 de Janeiro, dia em que eles (socialistas no poder) deverão devolver ao povo o que lhe devem. Se eles se defenderem pela força, responderemos da mesma maneira», declarou Toplica Djordjevic, vice-presidente do Partido Democrata local (oposição).

A comissão eleitoral de Nis deu a vitória nas eleições municipais aos socialistas (SPS), apesar da coligação de oposição «Juntos» continuar a afirmar ter ganho a maioria dos lugares na assembleia municipal e dispor de provas. Estas provas, apresentadas à missão da Organização para Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), fizeram com que a OSCE recomendasse que seja reconhecida a vitória da oposição em Nis e mais 13 cidades.



O presidente da câmara de Belgrado, Nebojsa Covic, decidiu entretanto apresentar a sua demissão, num protesto aberto contra a recusa de Milosevic de reconhecer a derrota eleitoral na capital.

Exército não intervém

O chefe do Estado-Maior jugoslavo, o general Momcilo Perisic, afirmou segunda-feira em Belgrado a uma delegação de estudantes contestatários que o exército não intervirá para pôr fim às manifestações contra o regime que prosseguem desde há sete semanas.

«Expressamos a esperança, e o nosso compromisso, de que as manifestações continuem a

decorrer pacificamente e de que aquilo que se passou em 1991 não volte a acontecer. Recebemos a confirmação de que assim será», declarou um porta-voz dos estudantes, Dusan Vasiljevic, após o encontro com o general Perisic.

Em 1991, o exército saiu para as ruas de Belgrado em carros blindados, depois das manifestações de 9 de Março que provocaram dois mortos, um manifestante e um polícia.

«O general Perisic exprimiu a vontade de ver estes problemas rapidamente resolvidos, de uma maneira própria a um país democrático, o que lhe permitirá integrar-se nas organizações internacionais e no mundo a que pertence», declarou Vasiljevic.

Um comunicado do exército, lido na ocasião, refere que o

«general Perisic sublinhou o papel constitucional e as obrigações do exército jugoslavo, particularmente interessado na resolução destes problemas no âmbito das instituições legais do sistema, de uma maneira própria de um país democrático, para realizar uma integração, o mais rapidamente possível, da República Federal da Jugoslávia (RFY - Sérvia e Montenegro) no seio da comunidade internacional».

A coligação «Juntos» anunciou entretanto que os seus três principais dirigentes - Vesna Pesic, Vuk Draskovic e Zoran Djindjic -, foram convidados a assistir à tomada de posse do segundo mandato do presidente norte-americano Bill Clinton. Um convite idêntico foi também feito ao dirigente estudantil Dusan Vasilevic.

fontes sindicais, serão efectuados 65 mil despedimentos durante este ano, especialmente nos sectores industrial, da construção civil e dos serviços. O desemprego atinge já os 2.3 milhões e os sindicatos ameaçam levar a cabo mais jornadas de luta. No ano passado totalizaram-se 500 mil greves.

60 mil vítimas do terrorismo

Nos últimos cinco anos, os atentados terroristas no mundo árabe provocaram cerca de 60 mil vítimas, indicou no fim-de-semana o secretário-geral do Conselho de Ministros do Interior árabes, reunido em Tunis. As vítimas «são na sua maioria simples cidadãos», afirmou em conferência de imprensa, acrescentando que os prejuízos materiais provocados pelas acções terroristas estão avaliados em milhões de dólares. Só na Argélia, os confrontos entre as forças de autoridade e os grupos armados integristas, bem como os atentados perpetrados por estes, causaram mais de 50 mil mortos.

Europeus pessimistas

Segundo uma sondagem divulgada recentemente pelo *Sunday Times*, a maioria dos europeus está preocupada com os riscos de uma crise social em 1997. Cerca de 80 por cento dos alemães pensa que este ano será marcado por mais greves que em 1996. Também os italianos (39 por cento) e os espanhóis (27 por cento) se mostram pessimistas.

Lutas armadas no México

À semelhança do que está a acontecer em toda a América Latina, as desigualdades sociais e o baixo nível de vida da população mexicana, nomeadamente dos camponeses, está a dar origem ao aparecimento de novos grupos armados. Na semana passada, dois grupos anunciaram o seu nascimento: a «Frente Armada para a Libertação dos Povos Marginalizados de Guerrero» e o «Exército Justiciero do Povo Indefeso». O primeiro afirmou-se contra «a política caciquista» dos governos estatal e federal, «impopulares e impostos contra a vontade dos cidadãos» e que ignoram «a delicada situação dos camponeses indígenas no final deste milénio». O segundo grupo apelou à «luta armada do povo indefeso que sofreu o embate do sistema do governo mexicano».

Angola

Mandela na mediação do processo de paz

O dirigente da Unita, Jonas Savimbi, encontrou-se esta semana com o Presidente da África do Sul, Nelson Mandela, a quem solicitou que sirva de mediador na realização do seu próximo encontro com o chefe de Estado angolano, José Eduardo dos Santos.

Segundo fontes da Unita referidas pela a agência Lusa, a deslocação de Savimbi à residência privada do presidente sul-africano, na província do Cabo ocidental, segue-se à visita que o vice-presidente sul-africano, Thabo Mbeki, efectuou em Dezembro a Luanda, em que entregou ao presidente angolano uma mensagem de Mandela.

O encontro, que decorreu nos dias 6 e 7, serviu ainda para Jonas Savimbi expor a Mandela as dificuldades por que, na sua óptica, passa o processo de paz angolano, continuamente marcado por constantes atrasos.

Esses atrasos, com relevância especial para o início da extensão da administração do Estado, podem vir a provocar o adiamento da tomada de posse do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN), marcada para o próximo dia 25.

Entretanto, a Unita responsabilizou segunda-feira a comunidade internacional pelo progressivo abandono a que alegadamente estão votados os seus militares acantonados nas 15 áreas de aquartelamento, questão que considera justificar a contínua deserção dos soldados.

Segundo a Rádio Vorgan - captada pela Lusa em Luanda -, os soldados da Unita debatem-se com falta de comida e de assistência médica, pelo que «os militares aquartelados exigem a sua rápida desmobilização».

O apoio aos campos de acantonamento está a cargo das Nações Unidas, através da unidade de coordenação de assistência humanitária, cujos responsáveis reconhecem não dispor de momento de fundos para prosseguir esse apoio.

A Unita diz compreender que, devido à falta de condições, os seus militares optem por abandonar os campos de acantonamento e procurar comida nas suas zonas de origem.

De acordo com o gabinete do porta-voz do representante especial do secretário-geral da ONU em Angola, o número de desertores da Unita é de 17.305 militares e de 360 polícias, o que explica o facto de o número de militares da Unita acantonados ter vindo progressivamente a diminuir, sendo actualmente apenas de 40.025.

A Luanda chegou entretanto na quarta-feira a secretária de Estado da Cooperação da Grã-Bretanha, Lynda Chalker, para uma visita oficial de três dias, a convite do ministro das Relações Exteriores, Venâncio de Moura. A representante britânica vai debater com as autoridades angolanas as acções bilaterais de cooperação, e a evolução do processo de paz.

Israel

Colonos boicotam acordos

O processo de paz no Médio Oriente enfrenta novas ameaças. No início da semana, colonos judeus da Cisjordânia e Faixa de Gaza anunciaram a sua decisão de estabelecer um programa de manifestações sistemáticas contra os acordos de Oslo e a autonomia palestina.

De acordo com um porta-voz do movimento, Aharon Domb, os colonos vão elaborar esse programa de manifestações nas próximas duas semanas. «Trata-se para nós de protestar, não contra o governo de Benjamin Netanyahu, mas contra os acordos de Oslo», declarou Aharon Domb à radio israelita.

Domb garantiu que «os colonos descerão às ruas cada vez que a esquerda israelita o fizer, e que se concentrarão também junto das embaixadas estrangeiras em Israel para apoiarem o governo contra os ataques de que tem sido alvo por parte da comunidade internacional».

Por seu lado, o movimento pacifista israelita «A Paz Agora», publicou um comunicado afirmando que «a direita encontrará com quem falar se descer às ruas».

Os 140.000 colonos israelitas da Cisjordânia e Faixa de Gaza apoiam Netanyahu, chefe da direita nacionalista, para cuja vitória eleitoral contribuíram em Maio último.

A iniciativa dos colonos não é nova. Já em 1995, a direita, sob orientação de Netanyahu, desencadeou uma violenta campanha de manifestações para tentar impedir a aplicação dos acordos de autonomia, antes do assassinio, por um extremista judeu, do Primeiro-Ministro Yitzhak Rabin, em Novembro desse ano.

A crise na PSP e as grandes opções de segu

Democratizar é urgente

Discute-se hoje no plenário da AR um projecto-lei do PCP sobre grandes opções em matéria de segurança interna. Agendado antes da interrupção dos trabalhos no período natalício, o projecto comunista procura responder a preocupações dos cidadãos que, não sendo apenas de hoje, ganharam nos últimos tempos maior projecção pública.

Colocámos a João Amaral, deputado comunista e membro do Comité Central do Partido, que acompanha de perto estas matérias, algumas questões acerca do actual momento que se vive no País, das alterações recentes na PSP e da segurança dos cidadãos num Estado democrático. Sublinhando a oportunidade do debate suscitado pela iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP, João Amaral coloca o acento na necessidade de proceder urgentemente a uma profunda alteração que dê à política de segurança interna e às forças policiais as características próprias de um Estado democrático de Direito.

«Avante!»: Há motivos para ter hoje uma maior preocupação que antes quanto aos problemas da segurança interna?

João Amaral: Existe há muito um claro fosso entre os cidadãos e os corpos de polícia, que deriva das orientações de política de segurança interna e do enquadramento fortemente militarista que é dado às polícias. A militarização de um corpo policial leva a que ele seja encarado como uma unidade de combate, desligada da população. Ora a polícia não está em estado de guerra contra a sociedade e os cidadãos. A polícia está com os cidadãos a assegurar a tranquilidade, a prevenir o crime e a combatê-lo, mas não está em guerra. Uma força militar prepara-se para combater inimigos, enquanto uma força de segurança vive com os cidadãos para resolver os problemas do dia-a-dia.

A que se deve a crise vivida na Polícia?

O que se passou nestes dias é o resultado da política seguida pelo PSD, que acentuou a militarização, e do facto de, contra as expectativas e promessas, o PS não ter mudado essas orientações.

Isto que se deu agora podia ter-se dado noutra altura. É, de alguma forma, a expressão pública de uma falta de entendimento entre os cidadãos e a polícia e da falta de uma perspectiva correcta para a actuação das forças policiais.

Esta foi, de facto, a crise de um modelo de polícia. Foi posto em questão o modelo, seguido em Portugal, de enquadramento, de estatuto, de organização da principal força de segurança, a PSP, que tem a responsabilidade das zonas urbanas e um maior contacto com a população.

Toda a discussão em torno desta problemática deve ter como finalidade última garantir a segurança pública e a tranquilidade dos cidadãos e a prevenção da criminalidade — é este o primeiro valor a ter em conta. Mas um valor de igual peso é o respeito de um conjunto de regras democráticas.

A mudança de chefia na PSP é uma medida finalmente positiva do ministro Alberto Costa e do Governo nesta área?

O que tem real significado não é a mudança de nomes, é o facto de finalmente deixar de ser um militar a ter o comando superior da PSP. Esta é uma efectiva mudança e uma medida que já deveria ter sido tomada. Este atraso dificultou um conjunto de medidas necessárias para dar a desejada natureza civil à PSP — natureza civil pela qual o PCP há muito se bate.

O PS, na sua campanha, e o Governo, no seu programa, assumiram o compromisso de trabalhar para uma desmilitarização da PSP, mas a política de segurança interna do Governo PS, na prática, tem-se traduzido na continuidade da política do PSD, porque tem sido marcada por hesitações e contradições permanentes.

Por exemplo?

Um exemplo foi a aprovação de um decreto-lei, logo no começo do mandato, dizendo que a PSP pode ser dirigida por um civil, logo seguida da nomeação de um militar para comandante-geral.

Outro: o Governo mandou encerrar alguns processos disciplinares a dirigentes da ASPP (não todos, ainda há processos que não estão encerrados), mas continuam a ser aplicadas punições.

Os dirigentes socialistas falaram contra as superesquadradas e o Governo até reabriu algumas esquadradas, mas no fundo não tocou nas superesquadradas que já estavam constituídas.

O Governo e o PS mantiveram e defendem o estatuto de corpo militar da GNR.

No caso de Santo Tirso, quando a polícia carregou sobre trabalhadores, o Governo acabou por não levar à prática nenhuma das recomendações do Provedor de Justiça (aliás, o general Gabriel Teixeira, agora

substituído, disse então claramente que não as cumpriria).

Quando da posse deste general, os superintendentes faltaram colectivamente à cerimónia (à excepção do oficial agora nomeado para comandante-geral da PSP) e o ministro deixou esta quartelada sem resposta.

E que se pode esperar a partir de agora?

A posição do Governo e do PS só pode ser avaliada pelos actos.

Vamos ver se a nomeação de um não militar para o comando-geral da PSP corresponde ou não a uma real mudança. Nós vamos fazer tudo para isso — e essa é a utilidade deste debate no Parlamento: definir as mudanças que devem ser feitas para criar um clima de segurança, melhores condições para o exercício das funções policiais, maior capacidade e eficácia no combate ao crime e na prevenção, maior aproximação entre a polícia e os cidadãos.

O comandante anterior era um general do exército em comissão de serviço. O facto de agora estar à frente da PSP uma pessoa que não é militar só ganhará significado se for acompanhado de todas as outras medidas para acentuar uma natureza civilista da PSP.

Em que se traduz essa «civilização» da Polícia?

A PSP tem que ser profundamente transformada na sua forma de organização, tem que ser uma polícia de proximidade, tem que ser abandonada a política das superesquadradas. No que toca ao estatuto dos seus membros, é necessário reconhecer a sua plena cidadania e, portanto, o direito de sindicalização.

É isso que o PCP pretende com o seu projecto de lei?

Este projecto de lei tem um âmbito muito vasto. Visa, em primeiro lugar, alterar a Lei de Segurança Interna, atribuindo à AR competência para aprovar uma lei de Grandes Opções da Política de Segurança Interna. Em segundo lugar, apresenta, desde logo e em sequência, um conjunto de propostas do PCP sobre grandes opções em matéria de política de segurança interna.

Quanto a nós, a segurança dos cidadãos deve ser feita por uma polícia de proximidade, ligada aos cidadãos, e não por uma polícia concentrada em grandes superesquadradas e afastada dos cidadãos e com um peso fundamentalmente repressivo. A nossa ideia é justamente, pelo contrário, acentuar o carácter de polícia de prevenção.

A própria população deve participar no equacionar dos problemas de segurança, através dos *conselhos municipais de segurança* — órgãos que constam de uma proposta apresentada pelo PCP, aprovada na generalidade há quase um ano mas que, lamentavelmente, por falta de vontade política do PS, ainda não foi transformada em lei.

«Esta foi, de facto, a crise de um modelo de Polícia.»

As forças de segurança, no espírito que presidiu à apresentação do projecto de lei, devem ser marcadas, na sua acção, pela proximidade dos cidadãos, pelo respeito dos princípios do Estado de Direito, das liberdades e dos direitos fundamentais, e por uma acção cívica permanente de prevenção no combate ao crime.

Faz sentido defender uma polícia com menor acento repressivo no actual contexto?

Evidentemente que esta mudança de política está atrasada e teria sido feita em muito melhores condições logo após as eleições, quando o povo português demonstrou a sua vontade de mudança. Todo este tempo que passou foi

mal gasto e traz novas dificuldades ao processo, mas também o torna mais necessário.

Hoje há, por parte das populações, sentimentos muito grandes de insegurança, de incapacidade das forças de segurança, de afastamento. Corrigir isto é urgentíssimo. É difícil, seguramente, mas é preciso mudar de política, definir claramente orientações e possuindo a força e a vontade para prosseguir essas orientações.

No conceito de polícia mais próxima das populações, defendido pelo PCP, cabe algum tipo de colaboração com estruturas como as chamadas milícias populares que surgiram nalgumas localidades?

Pensamos que é importante a participação das populações na definição da política de segurança. Mas deve ser feita através dos *conselhos municipais de segurança*, estruturas que nós propomos e onde têm assento as autar-

“O uso de armas de fogo contra pessoas só é admissível se se destina a salvaguardar outras vidas.”



quias, as forças policiais, os representantes das escolas, das associações sindicais e empresariais, dos movimentos de juventude, das associações culturais e recreativas... aquilo que se pode chamar as entidades actuantes num determinado município, que em conjunto analisam e dão opiniões acerca da forma de concretizar uma melhor segurança.

No regime democrático português, a política de segurança interna é uma política de natureza pública e da responsabilidade do Governo e das forças policiais. Propomos que seja a AR a definir as grandes orientações, mas é o Governo quem tem a responsabilidade superior da política de segurança interna e são as forças policiais que a executam no terreno, com responsabilidade e respondendo perante os tribunais. Nunca, portanto, as «milícias populares».

E como deve ser regulada a utilização da força pelos agentes policiais?

As forças policiais devem ter uma natureza eminentemente civilista, com regras de conduta concretamente definidas, abrangendo nomeadamente o uso da força e particularmente o uso de armas de fogo, que deve ser fortemente restringido.

O uso de armas de fogo por agentes de autoridade é hoje objecto de uma resolução das próprias Nações Unidas, que tem por título «Princípios básicos sobre a utilização da força e de armas de fogo por funcionários responsáveis pela aplicação da Lei», aprovada pelo 8º Congresso das Nações Unidas para a Prevenção do Crime e Tratamento de Delinquentes. No que toca à utilização das armas de fogo, esta resolução estabelece o princípio de que não deve ser feito uso da arma de fogo contra pessoas; depois, são apontadas as excepções: em caso de legítima defesa ou defesa de terceiros contra perigo iminente de morte ou lesão grave, para prevenir um crime particularmente grave que ameace vidas humanas, para proceder à detenção de pessoa que represente essa ameaça e resista à autoridade.

O uso de armas de fogo contra pessoas só é admissível se se destina a salvaguardar outras vidas. O valor da vida é inestimável. Temos uma tradição de respeito pelo direito à vida que tem sido ensombrada, precisamente, com as debilidades da política de segurança interna.

O debate suscitado na AR pelo projecto de lei do PCP poderá alterar o presente quadro?



ança interna

Entrevista com João Amaral

Texto: Domingos Mealha
Fotos: Jorge Caria

Vem suscitar uma discussão que é muito oportuna. As questões até agora referidas inserem-se numa parte do problema, que é a organização das forças de segurança e o seu estatuto. Mas o nosso projecto põe em cima da mesa todas as rubricas fundamentais do *dossier* segurança interna, nomeadamente aquilo que são as suas grandes orientações. É preciso que, agora, todas estas questões sejam inseridas nos objectivos gerais da política de segurança interna.

Definindo como missão assegurar a tranquilidade e a defesa dos cidadãos, a política de segurança interna não pode ser um factor de insegurança e intranquilidade; tem que, ela própria, obedecer às mesmas regras que propugna e ser ela própria uma política de tranquilidade e segurança, e tem de ser uma política de respeito pelas regras democráticas.

Esta é a altura certa para fazer o debate sobre as grandes orientações a seguir, aquilo que melhor pode assegurar a prevenção e o combate ao crime, a tranquilidade das populações, o correcto relacionamento das forças policiais com os cidadãos e com o Estado democrático. E é altura de apurar responsabilidades, de ver que políticas e que governos conduziram à actual situação de insegurança, que é real.

Que outros aspectos do problema, para além da organização das forças de segurança, são suscitados pelo Partido?

Não se podem esquecer duas considerações centrais. A primeira, é que não há efectiva política de segurança interna se não houver uma política de bem-estar e de qualidade de vida, se não houver emprego e melhoria das condições de vida das pessoas; não é que estes factores resolvam, por si, o problema do crime, mas o problema do crime não se pode resolver sem solucionar simultaneamente aqueles problemas e sem estimular na sociedade valores de solidariedade, compreensão e humanismo.

Em segundo lugar, há que proceder a uma reforma da Justiça que a torne célere. O grande problema na relação entre as forças de segurança e os tribunais resulta da morosidade dos processos, devida a códigos mal feitos, ausência de meios... As responsabilidades são vastas. Mas este problema tem que ser resolvido. Tem que mediar muito menos tempo entre a prática do crime e o julgamento e eventual punição.

O que distingue as posições dos demais partidos sobre a matéria? Há uma proximidade nos princípios defendidos pelo PCP e pelo PS, nomeadamente?

Há claras diferenças de modelo e objectivos da política de segurança interna. Nós colocamos a tónica na prevenção do crime, na proximidade dos cidadãos, no respeito pelos direitos, no cunho civilista das forças de segurança.

O PP, no extremo oposto, quer polícia militarizada e assume-se como o partido da repressão. O CDS/PP é o partido cuja filosofia de segurança interna se resume a «repressão, repressão, repressão».

Quanto ao PS, é bom recordar que, nos debates que houve em 1984 sobre a Lei de Segurança Interna, muitos membros do Partido Socialista defenderam uma legislação fortemente repressiva e antidemocrática — no que tiveram forte oposição, incluindo de outros socialistas.

As ideias políticas, no caso do Governo do PS, avaliam-se por aquilo que ele fizer, como já disse: se passar finalmente à prática estes princípios, teremos que reconhecer que o PS procedeu a essa mudança, como prometeu; se o não fizer, não cumpre o prometido.

Quanto ao PSD, há que ter presente que uma das políticas que mais fortemente o conduziu à derrota nas últimas legislativas foi precisamente a política de segurança interna. A escalada de insegurança, os choques entre a polícia e os cidadãos marcaram fortemente a carga de autoritarismo antidemocrático do PSD. E esta continua a ser a ideia de segurança interna do PSD.

É assim que interpreta as críticas do PSD relativamente aos acontecimentos mais recentes?

Têm muita graça as críticas que o PSD hoje faz, porque na realidade são autocríticas.

Quem deu a voz pelo PSD foi o antigo secretário de Estado do Governo de Cavaco Silva, que aplicou com o ministro Dias Loureiro a política das superesquadras, a política das restrições orçamentais, a política da polícia repressiva, que atingiu os seus máximos nos casos da Marinha Grande, da Ponte 25 de Abril e na repressão contra as manifestações dos estudantes. Esta era a política de segurança interna do PSD: uma polícia afastada dos cidadãos, pronta para a repressão, concentrada em superesquadras. Foi esta política que, apesar das promessas, o PS não mudou no essencial.

Mas houve alterações?

Há aspectos em que houve mudança. Por exemplo, a nomeação de um inspector-geral foi, seguramente, um factor de alteração em relação à política anterior, tal como o foram algumas declarações do ministro, que pareciam indicar um estilo diferente.

Só que, passando das palavras aos actos, não se verificou qualquer mudança: a PSP mantinha-se militarizada, as superesquadras mantiveram-se, o estilo repressivo manteve-se (como se viu no caso de Santo Tirso, em que a polícia, por sua iniciativa, agride logo os trabalhadores)... Aquilo que era uma promessa não se estava a cumprir. Até há escassos dias, em matéria de segurança interna, tem sido prosseguida a política do PSD. A primeira novidade é a mudança de comandante-geral. Agora, vamos ver se serão concretizadas as alterações.

“O grande problema na relação entre as forças de segurança e os tribunais resulta da morosidade dos processos.”



A sindicalização é um direito fundamental

«Avante!»: O reconhecimento do direito de associação sindical na PSP pode ser visto como um factor de instabilidade, depois dos protestos que se seguiram à prisão de um guarda decretada pelo tribunal de Évora?

João Amaral: Essas movimentações resultam muito mais da natureza militarizada que hoje tem a PSP do que de uma sua natureza cívica, são manifestações do chamado «espírito de

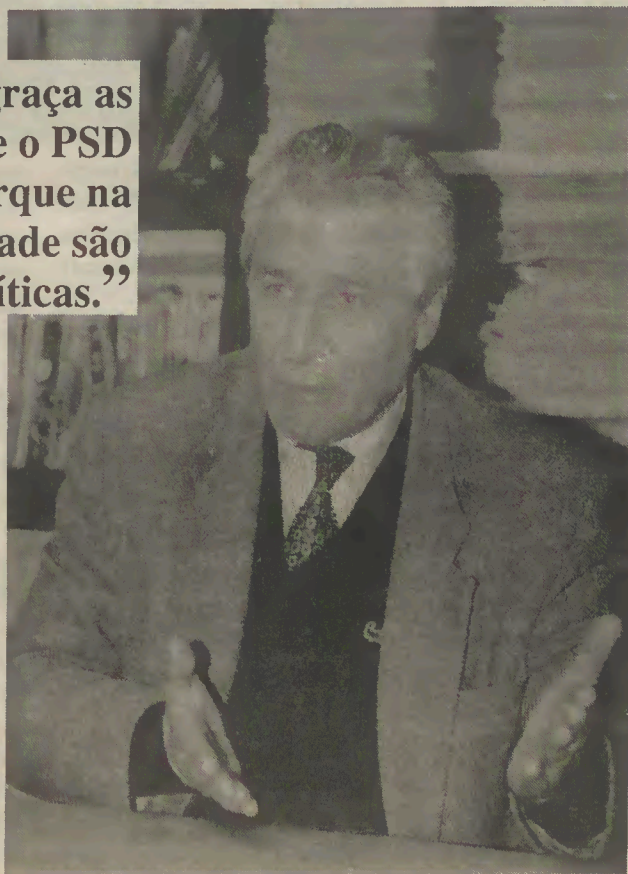
corpo», que é típico de uma organização militarizada. Do que estamos a falar, quando se fala do direito de constituição de sindicatos, é do exercício consciente dos direitos fundamentais, é do exercício de um direito fundamental como é o direito à sindicalização.

Quem diz que os agentes policiais em Portugal, com um sindicato, não cumpriram a sua missão de segurança, passaram um triste atestado de irresponsabilidade. A nossa convicção é que os agentes da polícia, enquadrados numa polícia de cariz civilista, são cidadãos responsáveis e completamente aptos, como todos os outros, a exercer plenamente os seus direitos.

É um completo disparate dizer-se que os polícias, com um sindicato, poderiam fazer uso do direito à greve e não cumpririam a sua missão de segurança. Em primeiro lugar, não é forçoso, nesta fase, que o direito de greve seja reconhecido, pode haver associação sindical com direito de negociação e haver uma limitação no que toca ao exercício do direito de greve. Se se admitir o direito de greve, ele terá, naturalmente, limites e nunca poderia ser exercido em prejuízo da função essencial de segurança, não poderia pôr em causa o policiamento ou o combate ao crime, teriam que ser assegurados serviços essenciais.

Há sindicatos de polícias em todos os países da União Europeia, à excepção da Grécia. Nalguns países há direito de greve, que é exercido relativamente a pagamento e passagem de multas e outras actividades que não têm a ver directamente com a segurança dos cidadãos. Há associações sindicais também na Polícia Judiciária portuguesa, com todos os direitos.

Do ponto de vista do PCP é essencial o direito de constituição do sindicato. Não fazemos questão, nesta fase, de que seja reconhecido o direito à greve. Mas, sublinho, se fosse reconhecido, não cairia o Carmo e a Trindade, não iria deixar de ser garantida a segurança dos cidadãos.



“Têm muita graça as críticas que o PSD hoje faz, porque na realidade são autocríticas.”

EM FOCO

Partido Comunista
da Federação RussaReforçar posições
para vencer a crisePalavras
e Cromos

■ Urbano Tavares Rodrigues

Longe e Perto
a Fraternidade

Nos dias inesquecíveis que passei em Toulouse, na altura da grande feira do livro e da edição, já o Outono se esfolhava nos seus últimos cobres e ferrugens, tanto contactei com intelectuais franceses como com emigrantes portugueses de vários estratos sociais; e desses encontros conservo um calor de palavras iluminadas.

Christophe Gonzalez, professor da Universidade de Toulouse e amigo sempre devotado, homem de esquerda apaixonado pela Idade Média e pela sua arte prodigiosa, levou-me uma tarde até à cidade de Albi, onde o museu de Toulouse-Lautrec, com a alegria profana dos óleos e das cáusticas caricaturas do genial conde de pernas curtas, contrasta flagrantemente com a altíssima catedral de Santa Cecília, fortificada, de tijolo ocre-rosa, com belíssimos contraste e arcarias. No interior, onde o povo vivia parte dos seus dias, dominado por uma fé absoluta, descobre-se o terrível e grotesco julgamento final, que só tem paralelo nas pinturas de Bosch.

Os emigrantes vieram muitos deles ouvir-nos, ao Mário Cláudio, a mim, aos professores universitários que nos acompanhavam e que ali falaram da literatura portuguesa de hoje. Compravam livros, traduzidos ou no original, pediam autógrafos, falavam connosco. E essas conversas não as esqueci, nem as que travei noutras reuniões com compatriotas, a que tive oportunidade de assistir.

Soube, com satisfação, que há já na região de Toulouse um *maire* (Presidente da Câmara) português, o que se tornou possível desde que os emigrantes têm a possibilidade de votarem, e de serem eleitos nas autárquicas (cantonais).

Se a terceira geração, como tive ocasião de constatar, se interessa pela Pátria de origem e busca sem complexos as suas raízes culturais, a segunda, que não há muitos anos sentia por vezes com uma diferença opressiva (ou um pecado) a marca de ser estrangeiro, parece agora mais adaptada, uma vez superados os traumas e contradições que carregava. Sobre tudo tornou-se mais reivindicativa. O trabalhador português, que muitas vezes merecia, porque dócil e isolado do movimento operário, uma simpatia condescendente dos patrões, que nem sempre o respeitavam, é agora bem mais consciente dos seus direitos e da sua inserção social.

O filme de José Fonseca e Costa *Cinco Dias Cinco Noites* foi objecto de um debate muito animado, em que a presença de bastantes jovens, participativos, franceses e filhos de portugueses, me surpreendeu e alegrou.

Também Fernando Pessoa esteve presente, na palavra de Robert Bréchon, autor de uma recente biografia do poeta, e foi muito discutido, desde a questão dos heterónimos à sua sexualidade e às suas posições políticas. De tudo isto ficarão memórias no espírito dos portugueses mais velhos e mais saudosos que ali conheci, dos adolescentes de olhos muito abertos e dos comoventes trabalhadores que me falaram de algumas das suas poucas leituras (*A Selva, Os Bichos, de Torga, o Até Amanhã Camaradas*). Uns apertos de mão colossais, que carregavam nostalgias, esperanças e essa sempre persistente fraternidade que ajuda a viver.

Iuri Burlutzki, membro do Comité Central do Partido Comunista da Federação Russa e deputado do PCFR na Duma Estatal, assistiu aos trabalhos do XV Congresso do PCP. Num breve depoimento, falou ao «Avante!» acerca da situação política na Rússia e dos esforços dos comunistas e outros democratas para alterar o rumo e tirar o país da séria crise em que se encontra.

A Rússia, como é do vosso conhecimento, encontra-se numa profunda crise económica. Mantêm-se as quebras na produção. A economia está praticamente paralisada. No fundo, está em curso um processo de desindustrialização do país, que se transforma num mero fornecedor de matérias-primas dos monopólios ocidentais.

Boris Ieltsin e o governo de Tchernomyrdin comportam-se no poder como os agentes dos colonizadores, levando a cabo uma política que está completamente subordinada aos interesses dos EUA e demais potências ocidentais e que segue um programa dirigido pelo Fundo Monetário Internacional.

Economia em queda

Perdemos até agora cerca de 50 por cento do Produto Interno Bruto, valor que é universalmente considerado como catastrófico. Esta quebra está a provocar a destruição da estrutura económica do Estado.

A agricultura está na falência, com as colheitas a caírem para indicadores que representam apenas metade do que era habitual. O número de cabeças de gado e aves de criação diminuiu para menos de metade. Os produtores individuais vivem grandes dificuldades, não têm meios para adquirir adubos minerais, renovar a maquinaria nem introduzir novas tecnologias. A produção própria diminuiu e continuam a aumentar as importações, apesar de os produtos importados serem muitas vezes de qualidade inferior aos nossos. Mais de metade dos alimentos que consumimos hoje são importados.

O exemplo de Stavropol

A crise tem expressão muito concreta nos problemas que se vivem na região de Stavropol [Iuri Burlutzki é primeiro-secretário da organização regional do PCFR], como um pouco por toda a Rússia. Nós produzíamos as chamadas «espécies fortes» de trigo; hoje quase todo o cereal é de baixa qualidade e a produção baixou 40 por cento. Tínhamos mais de 7 milhões de cabeças de gado ovino e fornecíamos 40 por cento da lã consumida na Federação Russa, orgulhámo-nos de um em cada quatro fatos nacionais ser feito com a nossa lã. Hoje restam 2 milhões de ovinos, e este número continua a descer. A lã nacional não tem escoamento, e até o fardamento para o exército e a polícia é feito de tecido importado. As importações de algodão aumentaram também porque foram quebradas as relações comerciais com a Ásia central e a indústria de confecções está praticamente parada.

Tínhamos na região mais de 28 milhões de aves de criação, fornecíamos frango de qualidade à Suíça, à Dinamarca e outros países da Europa, tínhamos lojas de marca em Moscovo e nas principais cidades. Hoje restam cerca de 6 milhões de aves e dispêndemos 500 milhões de dólares por ano para importar frango da América, de pior qualidade.

Por aqui se conclui que a política económica destes últimos anos está a conduzir o país à catástrofe. Isto começa a população a sentir no seu próprio nível de vida. Se, pelos índices da ONU, estávamos em 7º lugar a nível mundial relativamente à qualidade de vida e em 2º lugar no que respeitava ao valor nutritivo da alimentação, hoje fomos relegados para além do 40º lugar.

Protestos e alternativa

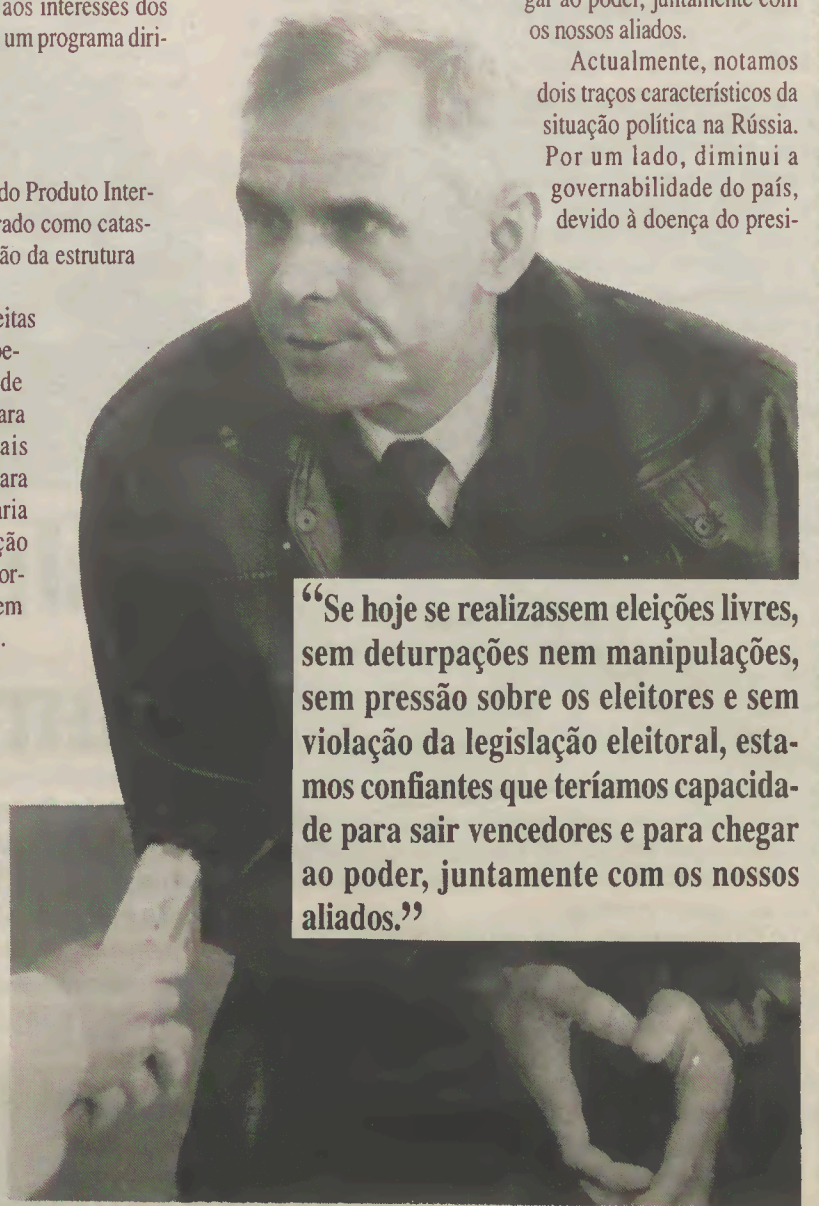
Neste contexto, surgem manifestações de protesto e descontentamento entre a população, frequentemente com carácter espontâneo. O Partido Comunista realiza um trabalho de esclare-

cimento sobre as causas dos problemas, define e apresenta propostas, nomeadamente no seu Programa, para a saída desta crise, para o restabelecimento do potencial económico do país, para a reconquista dos direitos e regalias sociais.

Este trabalho persistente leva a que o PCFR goze de cada vez maior apoio popular: se há dois anos votaram em nós 7 por cento dos eleitores, há um ano obtivemos já 20 por cento dos votos e, nas presidenciais do verão passado, o nosso líder, Guenadi Ziuganov, recebeu os votos de 40 por cento dos eleitores. Nas eleições para os governadores regionais e distritais, em curso desde Outubro, os comunistas e os nossos aliados no Movimento Patriótico Popular vencem em metade das circunscrições. Na nossa região, em Stavropol, foi um comunista que venceu as eleições no dia 27 de Novembro.

Se hoje se realizassem eleições livres, sem deturpações nem manipulações, sem pressão sobre os eleitores e sem violação da legislação eleitoral, estamos confiantes que teríamos capacidade para sair vencedores e para chegar ao poder, juntamente com os nossos aliados.

Actualmente, notamos dois traços característicos da situação política na Rússia. Por um lado, diminuiu a governabilidade do país, devido à doença do presi-



“Se hoje se realizassem eleições livres, sem deturpações nem manipulações, sem pressão sobre os eleitores e sem violação da legislação eleitoral, estamos confiantes que teríamos capacidade para sair vencedores e para chegar ao poder, juntamente com os nossos aliados.”

dente Ieltsin e à luta entre os vários grupos que o rodeiam; por outro lado, nota-se uma tendência para a união das forças socialistas e patrióticas, dos comunistas com os demais patriotas russos, que levou à criação da União Popular Patriótica da Rússia, de que fazem parte cerca de 200 diferentes partidos, organizações sociais, associações, uniões e movimentos. São organizações patrióticas de esquerda, socialistas, comunistas. Quanto à extrema-direita e aos liberais-democratas de Jirinovski, embora critiquem o regime nas suas declarações públicas para o exterior, as suas votações no parlamento são, em 70 por cento dos casos, favoráveis ao poder.

O grupo comunista é actualmente o mais numeroso no parlamento russo, com 183 deputados num total de 450. São nossos aliados o Partido Agrário e o Movimento Poder Popular, de que é dirigente o antigo primeiro-ministro da URSS, Nikolai Rijkov. Juntos, temos a maioria no Parlamento e podemos fazer aprovar decisões na Câmara Baixa. Mas na Câmara Alta, o Conselho da Federação, onde os deputados são os governadores regionais e presidentes das assembleias legislativas, é Ieltsin quem manda e aqui é levantada uma barreira às decisões que nós aprovamos. Nas eleições para governadores colocamos como objectivo central alterar a correlação de forças também na Câmara Alta.



■ Manoel de Lencastre

Para onde vai a Inglaterra?

No dealbar do Novo Ano, a Grã-Bretanha política encontra-se mergulhada naquilo a que gostaríamos de chamar a crise de todas as crises. Mas, preferimos refrear os nossos entusiasmos e aguardar resultados concretos. O governo do funcionário Major, entretanto, acha-se em minoria nos Comuns após a deserção de mais um dos seus deputados, Sir John Gorst. Outros deputados conservadores, Hugh Dykes e Terry Dicks, ameaçam seguir o exemplo de Sir John e dar lugar a um aprofundamento da crise.

O fundo da questão reside na moeda única europeia – um problema de vasta importância que está a transformar a geografia política deste país e a pôr em causa o real valor de lealdades que se tinham, ainda ontem, como intocáveis.

O governo «Tory» está comprometido com os burocratas da União Europeia. Estes dispõem de aliados de considerável peso no interior do próprio gabinete britânico, o chanceler do Tesouro, Kenneth Clarke e o vice-primeiro-ministro Michael Heseltine. O partido conservador acha-se profunda, irremediavelmente dividido e, há dias, nada menos de 147 candidatos a deputados nas eleições que se avizinham declararam que se comprometerão com os eleitores a não votar, no caso de serem eleitos, as leis que instituirão a chamada moeda única da Europa das transnacionais.

A situação dos trabalhistas não é mais clara – Tony Blair, o «leader», e Gordon Brown, o chanceler-sombra, com alguns dos seus colegas do gabinete-sombra, acham-se, igualmente, comprometidos com a comissão de Bruxelas. Mas as bases do partido e muitos dos seus deputados têm demonstrado, exaustivamente, que não são favoráveis ao estabelecimento do «Ecu» e preferem que a Grã-Bretanha mantenha a sua independência. O que existe de estranho em os povos quererem ser independentes? A Grã-Bretanha atravessou séculos de lutas, na História, para defender o direito de poder dispor do seu próprio destino. Mas, o inimigo de hoje, o feroz capitalismo cujo mercado é todo o espaço terrestre, todos os homens e todas as mulheres do mundo, é um inimigo novo, apesar de velho – um inimigo infiltrado que atinge o espírito e a alma de muitos.

A política de Sir John, deputado pela circunscrição de Hendon North, é simples. Preferindo esquecer, de momento, a essencial questão da moeda europeia, pôs em evidência as promessas jamais cumpridas pelo governo Major de salvar o Edgware General Hospital de encerramento. Explicou que a sua obrigação principal era para com aqueles que, com o seu voto, o haviam levado à Câmara dos Comuns para representá-los, e não para com o governo. E declarou: «Não me é possível colocar a sobrevivência do governo acima da sobrevivência de pessoas cujas vidas podem estar em risco.»

O deputado Hugh Dykes, entretanto, ameaça o governo porque na sua circunscrição de Harrow North, uma unidade hospitalar com serviços permanentes de emergência para vítimas de acidentes, a perspectiva de encerramento não retrocede, apesar de infundáveis promessas governamentais. Toda a gente sabe que o governo deseja encerrar todos os hospitais do país para que a Saúde pública venha a cair, totalmente, sob o controlo dos hospitais privados. Hugh Dykes, entretanto, não é um eurocéptico. Pelo contrário, é amigo de Kenneth Clarke e favorece a adesão da Grã-Bretanha à moeda única europeia. Mais, ainda: pretende que o país resvale, gradualmente, para uma Europa federal.

Estas contraditórias situações explicam, claramente, o inferno em que vive o funcionário Major e o seu governo. Os conservadores, agora, dependem dos votos dos deputados fanáticos e reaccionários dos partidos protestantes da Irlanda do Norte. Estão cativos, portanto, de um aliado falso e malicioso. A pers-

pectiva de eleições gerais na Primavera não pode ser posta de parte. Mas antecipa-se, em meios geralmente bem informados, que o Partido Conservador está em perigo de desintegrar-se e dar lugar à formação de vários outros. A dolorosa questão da Europa está a dividir os «tories» de maneira quase terminal.

Independência

Nestas condições, torna-se pertinente perguntar: para onde caminha a Grã-Bretanha?

Três aviadores americanos que viajaram, recentemente, através do país que estimam por ser a Pátria dos seus avós, perguntaram: «O que estais a fazer dos belos campos e das belas terras agrícolas que possuis? O que está a acontecer à bela Inglaterra dos nossos sonhos, quando só vemos estradas que se abrem no ventre do país mas as plantações e as florestas, tão tradicionais e produtivas, morrem ou são destruídas por forças da economia de mercado, por interesses estranhos aos do povo britânico? O que é preciso em Inglaterra é uma guerra de independência!» Isso é, precisamente, aquilo que todo o povo das Ilhas britânicas deseja, no seu íntimo. Mas não sabe como fazer essa guerra de independência, não sabe onde e quando começá-la, não tem ideia dos seus objectivos essenciais. Na verdade, se William Shakespeare visse na nossa época, não perderia tempo em notar, com a ironia e a grandeza características, que a Inglaterra, os homens e as mulheres destas Ilhas estão desorientados, perdidos, na nova sociedade com cartões de crédito e mil canais de televisão.

Razão tinha o jornal comunista francês «L'Humanité», ao referir, recentemente, o escândalo das ofertas feitas por firmas inglesas do ramo da construção civil às suas congéneres francesas, mais ou menos nos seguintes termos: «Pessoal. Oferecemos para empregos de 50 horas semanais, incluindo «overtime» e trabalho aos domingos. Salários: uma libra por hora (Esc.: 250) ficando os trabalhadores sob a vigência das leis laborais britânicas e não sob a das leis francesas que apenas aceitam 39 horas de trabalho por semana. Condições dos contratos, a combinar.»

Solidariedade de classe renasce

Durante a greve dos camionistas franceses, a Grã-Bretanha e o mundo puderam observar as atitudes de impaciência e quase revolta de muitos camionistas britânicos que se pretendiam alheios a tudo aquilo e, com arrogância, exigiam que os grevistas franceses lhes facultassem passagem através da França ou para

regresso aos portos ingleses. Muitos destes camionistas são trabalhadores independentes que aceitam sem muitas reservas as condições impostas pelos patrões. E quem não recorda, quem pode esquecer o papel de fura-greves desempenhado pelos camionistas durante a histórica greve dos mineiros britânicos? Foram eles quem, sob a protecção de exércitos policiais, entrou nas instalações mineiras para recolher e transportar o carvão requerido pelas centrais eléctricas. Mas a vida encarrega-se de fornecer exemplos imorredoiros de quanto vale a solidariedade de classe e o espírito de luta dos explorados quando se unem para fazer frente aos exploradores. Quem viu a arrogância dos camionistas ingleses, também viu que ao desembarcarem em Dover, em Folkestone e noutros portos britânicos exibiam um ar de vitória, inesperado. Porquê? O exemplo dos camaradas franceses, a sua persistência, tocou fundo no instinto de classe, há muito esquecido, dos camionistas ingleses. Por isso, erguiam o braço e mostravam o punho cerrado. Tinham compreendido. E toda a Grã-Bretanha compreendeu. De alguma maneira, sentiram que a vitória dos camaradas do outro lado do Canal da Mancha, era deles também.

Carta de um «docker»

«No passado dia 25 de Novembro, o «Morning Star» publicou uma análise crítica bastante generosa ao meu livro «O preço de um charuto» no qual examinei os acontecimentos relacionados com a greve dos estivadores de 1889. Como não desejo contribuir para encher os cofres das empresas distribuidoras, pretendo que os lucros realizados com a venda do meu livro sejam transferidos para os fundos de apoio à luta dos estivadores de Liverpool. O preço do livro é de 10 libras (Esc.: 2600). Quem desejar receber um exemplar deve enviar dois cheques – um, pelo valor de 5,55 libras (Esc.: 1450) que é o custo do livro propriamente dito, e outros de £4,40 (Esc.: 1150) passado em nome de «Merseyside Dockers Family Hardship Fund» que representa o valor que os distribuidores capitalistas (W. H. Smith, Dillons, etc.) embolsariam. Os cheques devem ser enviados para Anchor Books, Anchor House, 54, Whiteadder Way, London, E14 9UR.»

Sem comentários.

Literatura

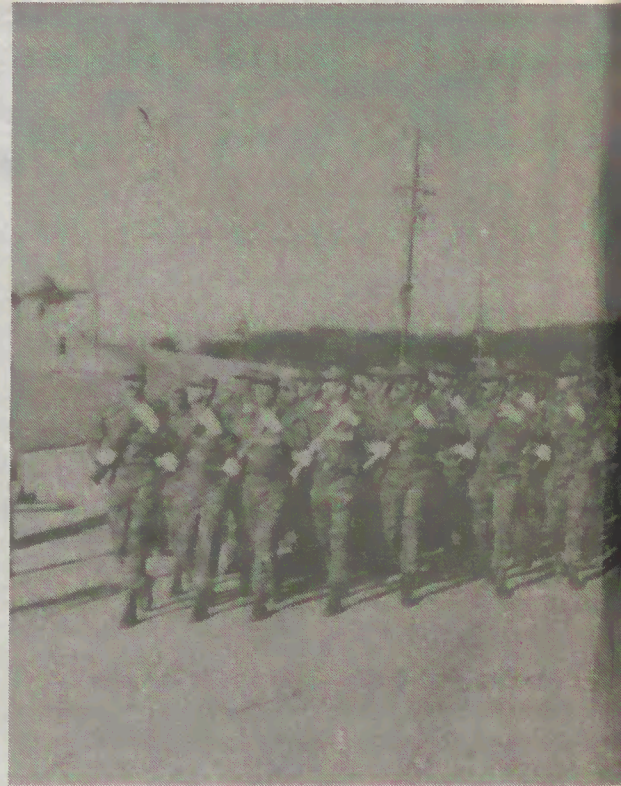
A literatura inglesa de ficção, nos tempos que correm, está em crise. Todavia, a atribuição do «Booker Prize», no valor de £20 000 (5200 contos) ao escritor Graham Swift pela sua obra «Last Orders» (Últimos Pedidos) fez renascer o debate à volta dos escritores deste país, do romance, da posição dos críticos, dos editores, dos agentes literários. A este respeito, a escritora australiana, Carmen Callil, escreveu: «Há 40 anos, ainda existiam uma ou duas personalidades literárias neste país que achavam natural considerar-se que a Inglaterra era o centro de todo o universo. Mas isso deixou de ser verdade. Os romancistas ingleses, agora, escrevem à margem dos principais centros da literatura de língua inglesa que estão na Irlanda, na América, no Canadá e na Índia.»

Para onde vai a Inglaterra?

EM FOCO



Os veteranos da Sierra Maestra na parada de Havana



Desfile das brigadas internacionalistas que combateram em África

A alegria de ser soldado num povo armado

Foi a mais bela parada militar a que assisti numa longa vida de caminheiro pelas estradas do mundo. Cuba comemorava o 40º aniversário do desembarque do «Granma» e o binómio indivisível Povo-Forças Armadas fez do acontecimento um espectáculo-festa inédito.

Cheguei cedo à Praça da Revolução. A tribuna principiava a encher-se. Encontrei ali velhos amigos de muitas nacionalidades, homens e mulheres nascidos nos quatro cantos do mundo e que têm de comum a vivência de revoluções e contra-revoluções, a imunização contra todos os filtros do capitalismo e a fidelidade aos ideais do comunismo. Havana, como cidadela do socialismo, é hoje o lugar da Terra mais propício a tais reencontros.

À esquerda, a encimar um dos edifícios da Praça, pintada a vermelho, uma frase que já entrou na história de Cuba: «Aquí no se rinde nadie!»

Em frente, a efígie do Che incrustada noutra prédio; por baixo, em letras de aço, uma palavra de ordem do guerrilheiro heróico: *hasta la victoria siempre!* À direita, no último andar de um alto edifício, um enorme *Venceremos*, repetido em faixa na frente da tribuna dominada pelo busto de José Martí.

O desfile foi simples e comovente. Em Cuba, o espírito revolucionário é incompatível com a pompa. Os tanques pesados, os lança-mísseis, os helicópteros de combate, as armas ligeiras produzidas na Ilha figuravam numa exposição aberta ao público num amplo terreiro, diante da tribuna. O povo sabe que as Forças Armadas Revolucionárias estão bem equipadas. Tem consciência do gigantesco poderio militar dos EUA.

Mas aprendeu também à custa de muito sofrimento que o imperialismo norte-americano somente respeita os povos dispostos a ir até ao fim na defesa da sua liberdade e soberania. Por isso sentia-se feliz ao contemplar as novas armas produzidas nas fábricas cubanas com as últimas inovações da técnica, apesar das dificuldades criadas pelo bloqueio.

O que conferiu uma atmosfera peculiar à jornada evocativa de uma data histórica foi o simbolismo do desfile e o rolar permanente da vaga de emoção.

Nas forças em parada, militares e civis, passado e presente apareciam fundidos numa simbiose quase impossível de conceber fora de Cuba.

A abrir o desfile uma página de história: a memória da insurreição de trinta anos contra o império espanhol, personificada na belíssima estampa da cavalaria mambisa avançando a trote. Sobre as selas, de branco, com a cartucheira a tiracolo, o chapéu de aba enrolada, o machete pendurado da cintura – os jovens de hoje transportavam para o presente a tropa crioula que, sob o comando de revolucionários da ténpera de Antonio Maceo, Agramonte e Calixto Garcia, realizou prodígios nas guerras contra o colonialismo.

A entrada do Granma, em réplica, na Praça, navegando lentamente para o futuro, envolvido pela nuvem de lenços azuis agitados por milhares de pioneiros deu continuidade a uma lição de história. Na sua Praça, o povo recordava que o amor da

Paz e da liberdade pode levar à dádiva da vida. O *Patria o muerte* não necessitava ali de explicação.

A ponte entre o passado e o presente, na continuidade harmoniosa das gerações, adquiria movimento, luz e cor, nos versos de poemas revolucionários. E na música.

A passagem dos veteranos do Exército Rebelde, os sobreviventes da Sierra Maestra, de verde-oliva, levantou o público das tribunas. A seguir, outros capítulos vivos de história, ligados a feitos que trazem à memória os dos heróis da Ilíada. Apa-

receram, com o passo firme, os combatentes de Escambray e aqueles que em Giron derrotaram e aprisionaram os mercenários invasores, vindos do mar, transportados, treinados, armados e financiados pelo imperialismo norte-americano.

Logo atrás – outro quadro irrepetível – a geração das brigadas internacionalistas, os cubanos e cubanas que atravessaram o Atlântico para se baterem em África pela liberdade e a independência de outros povos, onde quer que um movimento ou um governo progressista apelou para a solidariedade. Gente que lutou em Angola, na Etiópia, na Namíbia, em Moçambique, no Zaire...

A seguir, unidades regulares do Exército, algumas de mulheres, os cadetes das escolas militares, milícias de trabalhadores e estudantes, 40 000 cidadãos dos Comitês de Defesa da Revolução, do Município Plaza de la Revolución, e dezenas e dezenas de milhares de pessoas, o povo anónimo em massas compactas.

Ombro a ombro, na mesma parada as gerações que construíram história, que levaram a Revolução à vitória, e as que a defendem hoje, assumindo os ideais e o projecto de sociedade das anteriores.

O discurso do general que comandou as tropas em parada foi breve, incisivo. Expressou uma realidade que diferencia as Forças Armadas Revolucionárias de Cuba das estruturas militares de qualquer país do Ocidente capitalista. As primeiras são uma emanção do povo que delas se considera parte: os exércitos tradicionais funcionam como instrumento do poder político e económico de interesses e de classes sociais que temem o povo. Em Cuba, as FAR constituem uma dualidade: a vanguarda profissional e um exército popular de milicianos. As armas estão nas mãos de povo. As mulheres milicianas, por si



As comemorações do 40º aniversário do desembarque do «Granma» mostram como está viva a memória no povo cubano



O «Granma» – a sua réplica – também participou no desfile

Cuba cresceu em 96 no ritmo dos «tigres asiáticos»

A economia cubana cresceu em 96 no ritmo dos chamados «tigres asiáticos».

Os números revelados pelo ministro da Economia e do Planeamento no último período de sessões da Assembleia Nacional do Poder Popular ultrapassaram as previsões mais optimistas.

O crescimento global excedeu 7,8%, mais 2,3% do que o estabelecido no Projecto. O défice do Orçamento, inferior à previsão, representou 2,4% do PIB (3,6% em 95).

A Comissão Económica para a América Latina - CEPAL -, organismo da ONU, já chamou a atenção para o facto de Cuba ter crescido duas vezes e meia mais do que o conjunto da Região, não obstante as suas condições serem muito mais desfavoráveis.

Gigantes como o Brasil e o México contam com o apoio empenhado de instituições financeiras internacionais e financiamentos da grande banca europeia, japonesa e norte-americana. Apesar disso, os resultados que apresentam são decepcionantes.

O paralelo Brasil-Cuba é especialmente embaraçoso para a Casa Branca e para os analistas de Wall Street porque os dois países simbolizam modelos políticos e económicos antagónicos. Enquanto o presidente Fernando Henrique, acarinhado em Washington como o mais fiel executor do neoliberalismo e teórico da estratégia da globalização para o Terceiro Mundo, Fidel Castro e o socialismo cubano são apresentados nos EUA como imagens de um projecto fracassado.

Ora, os factos e os números demonstram o contrário: o Brasil afunda-se numa crise gravíssima; Cuba, bloqueada, vítima de uma prolongada e brutal agressão económica, privada de créditos normais, consegue obter a mais alta taxa de crescimento do Continente.

O socialismo cubano humilha o capitalismo neoliberal.

Não é de estranhar que a imprensa de alguns países do hemisfério comece a utilizar a expressão «milagre cubano» para explicar os êxitos alcançados na Ilha.

Os debates na Assembleia Nacional do Poder Popular vieram, entretanto, confirmar que os dirigentes do Estado e do Partido são, em Cuba, infensos a tentações ufanistas. Conscientes das enormes dificuldades que o país tem pela frente, já advertiram que o ritmo do crescimento da economia terá de diminuir em 97 para 4% ou, no máximo, 5%.

É indispensável evitar desequilíbrios. O défice fiscal previsto será, de acordo com o Plano, reduzido em 19% e os investimentos aumentarão 9%.

Governo e Assembleia debateram em profundidade a complexa situação criada pelo agravamento do défice da balança de pagamentos. Não esquecem que os custos do petróleo e da maioria dos produtos importados cresceram muito nos últimos meses. A Ilha compra, aliás, quase tudo acima dos preços médios do mercado internacional, em consequência, directa ou indirecta, do cerco económico que a atinge.

Sem o endividamento verificado (alguns empréstimos a curto prazo foram obtidos com juros superiores a 20%) a economia cubana não teria podido adquirir equipamentos e produtos que lhe permitiram crescer e estabelecer alguns recordes em múltiplos sectores: turismo, níquel, açúcar, tabaco, arroz, petróleo, electricidade, hortaliças, tubérculos.

Foram muito interessantes os debates travados na Assembleia sobre temas ligados ao exercício de algumas profissões por conta própria.

É positivo para a sociedade o balanço da actividade do sector priva-

do e da sua contribuição para a melhoria do abastecimento e da qualidade de vida. A Assembleia, entretanto, pôs ênfase na necessidade de um aumento dos impostos que incidem sobre os rendimentos pessoais dos trabalhadores nessas condições. Sabe-se que o excesso de liquidez ainda existente resulta sobretudo da concentração de moeda nacional nas mãos de um sector minoritário da população, precisamente o dos trabalhadores por conta própria. Daí uma dupla exigência: maior carga tributária e resposta adequada das empresas públicas que competem com os trabalhadores privados. É o que está a acontecer na área dos restaurantes, onde o aparecimento de novos e excelentes estabelecimentos do Estado provocou já uma redução no número de «paladares», palavra que aqui designa as casas particulares (todas familiares, sem empregados) do ramo gastronómico.

O povo cubano tomou conhecimento com alegria, no período festivo, das vitórias alcançadas em 1996. A convicção generalizada é a de que o país está a colher os frutos dos pesados sacrifícios do período especial.

Os cubanos sentem orgulho por saberem que as esferas da saúde, da educação e da segurança social melhoraram nestes anos difíceis a nível dos seus serviços. Mereceram uma atenção ampliada do Estado apesar dos apertos orçamentais. Hoje há mais médicos, mais investigadores científicos, mais e melhores hospitais, escolas e creches.

As campanhas de desinformação sobre Cuba não conseguem apagar a realidade. O único país socialista do Ocidente é também o único onde o povo tem participação democrática activa no debate sobre o presente e a construção do futuro.

■ M.U.R.



■ Miguel Urbano Rodrigues



só, são 200 000. Os franco-atiradores armados com fuzis SVD, cubanos, espalhados por todas as Províncias, excedem a centena de milhar.

O desfile comemorativo do 40º aniversário do desembarque dos 82 do «Granma» transmitia, sem códigos, a mensagem: em Cuba foi o próprio movimento da história, com o cerco imperial e a permanente ameaça de invasão, que forçou o país a criar um exército de novo tipo, militar-civil, preparado para travar, se for necessário, a guerra de todo o povo. O amor intenso da paz é indissociável da existência de um poder de dissuasão cuja força nasce da disponibilidade para a luta de milhões de homens e mulheres. **Somos um só soldado**, costumam dizer os cubanos.

A parada-festa de Havana, de homenagem aos heróis tutelares, apareceu-me como demonstração límpida desse conceito estratégico. Olhando o perigo de frente, a nação, como colectivo, suprimiu a fronteira entre o soldado com uniforme e o soldado sem ele, integrado na vida civil. Juntos formam as Forças Armadas Revolucionárias.

Do desfile subia o orgulho de ser soldado. Todos ali eram soldados naquele dia.

Na tribuna, aquela parada provocava emoções diferentes - percebia-se - entre os militares convidados que representavam as Forças Armadas de muitos países.

Próximo de mim, sentavam-se oficiais vietnamitas e russos. Procuravam manter-se impassíveis. Mas não conseguiam.

Nos comentários trocados entre os vietnamitas transparecia alegria e tranquilidade. Admito que evocavam a gesta do seu povo, o serviço prestado à Humanidade quando resistiram primeiro ao colonialismo francês e depois à agressão norte-americana, à invasão, à guerra de genocídio. Não obstante terem explodido sobre o seu território mais bombas do que sobre a Alemanha em toda a segunda guerra mundial, o povo do Vietnam, com uma tenacidade inimaginável, acabou por derrotar o império mais poderoso da Terra; forçou os norte-americanos, vencidos, a retirarem.

Os oficiais russos não falavam entre si. Notei alguma crispção nos seus rostos. Tristeza? Saudade do passado? Vergonha do presente?

A imagem da dignidade, da coragem, da coerência cubanas



Evocação histórica da cavalaria mambisa, que combateu o colonialismo no século XIX

tornava inevitável, em cada um, uma meditação sobre a sua própria história. O exército que salvou a Humanidade do nazismo, que deu uma contribuição decisiva para a destruição da monstruosa máquina de guerra alemã e, de vitória em vitória, levou a bandeira vermelha da Revolução de 17 ao alto das ruínas do Reichstag perdeu a memória da história e o orgulho. Aparece hoje como corpo sem brio nem vontade, manipulado por uma

grotesca caricatura de democracia ocidental devastada pelo capitalismo selvagem.

Cuba, pequeno e pobre país, oferece ao mundo uma imagem oposta a essa. Soube resistir a todas as agressões e ameaças. Defendeu e defende o socialismo, não capitula perante o mais longo e amoral bloqueio da História e, ao resistir, desmoraliza o império americano em face da Humanidade.

Em Cuba existe uma consciência lúcida da fraqueza relativa das suas forças. Mas a Ilha revolucionária nunca se renderá. Em defesa da sua liberdade de opção, o povo cubano está decidido a lutar até à fronteira do impossível.

O imperialismo americano, no zénite do poderio, acredita na perpetuidade da sua hegemonia planetária. Mas, dialecticamente, a passagem da bipolaridade à unipolaridade tornou-o mais vulnerável, na medida em que a ambição cresceu, empurrando-o para a irracionalidade.

O colosso tem pés de barro. Não é invencível, como a gesta do Vietnam nos recorda.

A globalização passará e com ela a sacralização do mercado. Os ideais pelos quais o povo de Cuba se bate, esses são indestrutíveis, por expressarem aspirações, princípios e valores inerentes à essência da condição humana.

A pequena Cuba, num mundo à beira do caos, emerge, num oceano de cepticismo e medo, como raiz e promessa de um novo humanismo.

No desfile de Havana, em Dezembro, voltei a sentir com força e esperança a mensagem que sobe da resistência épica do povo de Martí e Fidel.

PONTOS CARDEAIS

Periferias

Decididamente e apesar das artes e silêncios doseados de Guterres, o Governo que chefia e o partido que dirige não vão bem de saúde. E já começaram a ser alvo de ataques do interior e da periferia socialistas. Na realidade não se pode afirmar que o que esteja em causa seja a política seguida, que cada crítico PS defende, dando cobertura ao andamento das coisas e ao pretexto da moeda única. O que vem a lume como crítica são pessoas e estilos. Manuel Alegre parece ter dado o pontapé de saída, levantando a voz rebelde contra a sua marginalização como "histórico". António Campos, de Bruxelas, saiu a terreiro expondo o escândalo do ministro da Agricultura e do concurso que, por magias, favoreceu um familiar seu. Agora foi a vez de Carlos Candal, outro histórico que já causou

pruridos na direcção de Guterres quando engrossou a voz para dizer inconveniências durante a campanha eleitoral que, apesar de tudo, levou Guterres às cadeiras do Governo. Na altura, Guterres deu a entender que Candal não era o seu candidato por Aveiro. Chegou o momento de Candal declarar ao "Diabo" que o executivo de Guterres não é o seu Governo...

Apalpações

Brandindo o charuto, Carlos Candal afirma-se solidário com António Campos, mas não se fica por aí. Prognostica a saída do ministro da Agricultura. E adianta que Alberto Costa também devia sair. "O ministro", considera, "vai ser apalpado até ao fim." E, já agora, prevê uma remodelação do Governo. Governo a que

acha graça, como diz: "O Governo e Guterres estão cheios de graça, apesar do totonegocio, do cinenegocio e de coisas que tais..."

A guerrilha

Mas, para Candal, este burburinho não é uma guerra. Apesar do coro de personalidades que, assim ou assado, torcem o nariz a Guterres do alto da sua "historicidade" (o caso de Mário Soares cumprimentando o artigo de Alegre no "Expresso" pela clarividência e coragem política que terá revelado; o caso de Almeida Santos fazendo votos para que a argumentação de António Campos contra o ministro da Agricultura não seja

verdade porque, se o eurodeputado tiver razão "haverá uma grave crise governamental"), tudo isto não chega para Candal admitir que anda por ali mãozinha soarista. "Esta guerra chama-se democracia partidária", afirma Candal. Que acharão Guterres e os ministros visados?

Embaraço

Mas Guterres, a avaliar pelos silêncios, manobras e, finalmente um arremedo de declarações em tom zangado, parece ainda não ter achado uma tática sólida para lidar com estes problemas. Ocupado a traçar políticas para satisfazer critérios empresariais e interesses dos monopólios



transnacionais, não lhe sobra tempo para desenredar o novelo. Convoca primeiro uma reunião da Comissão Permanente do PS para logo a desconvocar, a fim de "travar as guerras entre apoiantes e críticos de António Campos", como diz o "DN" na manhã de terça-feira. À tarde do mesmo dia, "A Capital" dá a notícia de que uma reunião da

Comissão Política Nacional já tem data. É hoje: "António Guterres está farto da oposição que alguns dirigentes socialistas têm feito a membros do seu Governo (...) e vai dizer basta às contestações internas que tantos problemas têm criado ao Executivo", diz o vespertino. De facto, não se parece nada com uma guerra...

PONTOS NATURAIS

NA HORA



Mário Castrius

Discurso do Poder

A época que atravessamos é muito atreita às ideias de igualdade e bondade. Aparece logo quem diga que todos têm direito a casa a pão, a consideração social. Calma! Afinal os bons corações também se cansam.

Depois, é só um dia e um dia passa depressa.

Novo Ano

Mandamo-nos uns aos outros cartões a desejar bom ano. O eterno desejo de paz e de felicidade.

Cada cartão é um acto subversivo em correio azul.

Greve

Na véspera de Natal quando Jesus se preparava para nascer setenta trabalhadores receberam notas de despedimento. Como sinal de protesto este poema não usa métrica nem rima nem fecha com chave de ouro.

Acabo de saber que Jesus fez greve de nascimento.

Moderação

Diz o Cípico ricaço dez anéis em cada mão:
- O progresso, neste passo, exige moderação.
Ganhar pouco e pouco ter é que enriquece a valer.

- Enriquece? - Num sufoco lhe pergunta ao lado alguém - Enriquece ganhar pouco? Só falta dizer a quem.

Foi-se o Cípico sem ter uma resposta pra dar. Mas eu não queria ofender era só por perguntar.

Actualidade

Por mais que as aparências transpareçam ninguém se resigna. Não passa por aí a solução. O tempo já cresceu demasiado para voltar atrás.

Um dia, o rio vai galgar as margens. Vai, é questão de tempo. Quem o pode conter?

Camionistas em França já deram o sinal.

Em verdade vos digo.

AGENDA



JCP/S. João da Madeira

A ACTUALIDADE DO MARXISMO estará sexta-feira à noite em debate no Monumento Arquitectónico da Praça, em S. João da Madeira, por iniciativa do núcleo local da JCP e com a participação de **Guilhermino Monteiro**, professor de História do Ensino Secundário. A partir das 21h30.

JCP/Distrito de Setúbal

Em SINES (na sede concelhia da JCP) está patente ao público até ao fim de Janeiro uma exposição documental promovida pela JCP/Sines e integrada na campanha "Por uma Educação Pública gratuita e de qualidade".

Em GRÂNDOLA realiza-se no próximo sábado às 15h, no CT do PCP, um plenário concelhio da JCP.

Zona Oriental de Lisboa II Assembleia da Organização de Freguesia do Beato

Sábado, 11, às 15 h
na Associação de Moradores do Alto dos Toucinheiros
(R. Alves Paiva Fragoso)

Algueirão / Mem Martins

ALMOÇO-CONVÍVIO

Domingo, às 13h, no CT do Algueirão
(Inscrições: tel. 921 44 98)

Vila Franca prepara autárquicas

No próximo sábado, terão lugar no concelho de Vila Franca de Xira as seguintes reuniões de freguesia para discussão das Eleições Autárquicas 97: em **Alverca** (às 15h, na Biblioteca Municipal) e em **Vialonga** (na Casa do Povo, também às 15h) realizam **Encontros da CDU**; quanto à freguesia de **Vila Franca de Xira**, será um **plenário de militantes do PCP** (às 15h30, no Centro de Trabalho) a ocupar-se do mesmo tema.

Plenário em Santo Condestável

Para fazer balanço do ano de 1996 e discutir o plano de trabalho da organização para o ano em curso - com destaque para a Assembleia da Organização da Freguesia de Santo Condestável, já marcada para 15 de Março, e as Eleições Autárquicas a realizar em Dezembro -, realiza-se hoje, quinta-feira, às 21h, no Centro de Trabalho Pedro Soares, um plenário de militantes da freguesia.

Debate em Porto Salvo

A **Segurança Social** - a que existe e a que se reivindica - é tema da sessão/debate que na próxima quarta-feira, dia 15, a partir das 15h30, se realiza no Centro de Trabalho do PCP em Porto Salvo. Estará presente **Arminda Pratas**.

Plenário da DOR Évora

A Direcção da Organização Regional de Évora reúne-se em plenário no próximo sábado com o objectivo de preparar a IV Assembleia da organização. Entre os participantes estará o camarada **José Soeiro**.



Já à venda

Neste número

ESPECIAL CONGRESSO

- 4 Um Partido mais forte
Novo rumo para Portugal
- 5 Um Partido mais forte
na passagem para o séc. XXI
- 8 Um PCP mais combativo
e confiante
- 11 O caminho é o da luta
- 17 Questões da Organização
Um Partido mais forte
- 20 Sobre as Teses
- 23 Alterações aos Estatutos
- 24 Depoimentos
- 30 Delegações estrangeiras

JUVENTUDE

- 32 Campanha da JCP
- 35 Dizer a verdade
passar a palavra
- 37 Só há um caminho:
intensificar a luta



TELEVISÃO

Quinta, 9

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Infantil
11.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Em Jogo
14.00 Malha de Intrigas
14.30 Seleção RTP
15.25 Emoções Fortes
16.00 Ilusões
17.00 Notícias
17.15 Canal Aberto
18.10 O Campeão
19.00 País País
20.00 Telejornal
20.45 Vidas de Sal
22.10 Tudo às Escuras
22.50 Polícias
24.00 24 Horas
00.30 RTP/Financial Times
00.45 Olho Vivo

RTP 2

16.00 Informação Gestual
16.50 Euronews
17.15 Infantil
19.30 Notícias 2
19.35 O Agente Secreto
20.30 Absolutamente Fabulosas
21.00 Acontece

Sexta, 10

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Infantil
11.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Em Jogo
14.00 Malha de Intrigas
14.35 Olho Clínico
15.15 Seleção RTP
16.00 Polícias
17.00 Notícias
17.15 Canal Aberto
18.10 O Campeão
19.00 País País
20.00 Telejornal
20.45 Vidas de Sal
21.25 Futebol: Estrela Amadora-Sporting
23.45 24 Horas
00.15 RTP/Financial Times
00.30 Lei à Margem da Lei
(de Jack Vacek, EUA/1988, com Joseph Jennings, Michael Robbin, Trice Schubert. «Thriller»)

RTP 2

16.00 Informação Gestual
16.40 Euronews
17.15 Infantil
19.30 Notícias 2

Sábado, 11

RTP 1

08.00 Sempre a Abrir
11.20 Cybermaster
12.00 Cuidados com o Cão
13.00 Jornal da Tarde
13.25 Top +
14.35 Beverly Hills 90210
15.30 Jornal Jovem
16.15 Magazine
16.45 Bebê a Bordo
(de Francis A. Schaeffer, EUA/1991, com Judge Reinhold, Carol Kane, Geza Kovacs. Telefilme/Comédia)

RTP 2

09.00 Universidade Aberta
12.00 Vida por Vida
12.10 Paixão pela Natureza
12.40 A Caça
13.05 Spray
13.35 Mesa à Portuguesa
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2
18.00 Sinais do Tempo
19.05 Onda Curta: «Encontro de Lisboa»

Domingo, 12

RTP 1

08.00 Sempre a Abrir
11.50 Sem Limites
12.25 Repórteres da Terra
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Made in Portugal
14.35 Alta Voltagem
15.10 86-60-86
15.45 100% Natural
16.40 Emoções Fortes
17.15 Avós e Netos
18.10 Caixa Mágica
18.45 Casa Cheia
19.20 Jet 7
20.00 Telejornal
20.50 Os Principais
22.15 A Mulher do Sr. Ministro
22.50 Domingo Desportivo
01.10 24 Horas

RTP 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 70 x 7
10.30 Missa
11.25 Ciência e Tecnologia
12.15 Máquinas
12.45 Os 100 Melhores Vídeos
13.15 Desporto 2
17.45 Duas Causas
(de Henrique Campos, Port./1952, com Alves da Cunha, Artur Semedo, Mariana Vilar, Manuel Santos)

Segunda, 13

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Infantil
11.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Em Jogo
14.00 Malha de Intrigas
14.35 Seleção RTP
16.05 Os Principais
17.00 Notícias
17.15 Canal Aberto
18.15 O Campeão
19.15 País País
20.00 Telejornal
20.45 Vidas de Sal
22.20 Alien - O Reencontro Final
(de James Cameron, EUA/1986, com Sigourney Weaver, Carrie Henn, Michael Biehn, Paul Reiser, Lance Henriksen, Bill Paxton. Ver Destaque)

RTP 2

16.00 Informação Gestual
16.45 Infantil
19.05 Nas Nossas Mãos
19.40 O Agente Secreto
20.30 Murphy Brown
21.00 Acontece
21.30 RTP/Financial Times
22.00 Jornal 2

Terça, 14

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Infantil
11.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Em Jogo
14.00 Malha de Intrigas
14.45 RTP Anos 40
16.00 Seleção RTP
16.35 Jet 7
17.00 Notícias
17.15 Canal Aberto
18.15 O Campeão
19.00 País País
20.00 Telejornal
20.45 Vidas de Sal
21.45 Nós, os Ricos
22.30 De Par em Par
23.10 Maria Elisa
00.50 24 Horas
01.20 RTP/Financial Times

RTP 2

16.00 Informação Gestual
17.00 Infantil
19.00 Rotações
19.35 O Agente Secreto
20.30 Cybill
21.00 Acontece
21.30 RTP/Financial Times
22.00 Jornal 2
22.50 O Ferrovário
(de Pietro Germi, It./1956, com

Quarta, 15

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Infantil
11.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Em Jogo
14.00 Malha de Intrigas
14.45 Seleção RTP
15.45 Espaço Juvenil
17.00 Notícias
17.15 Canal Aberto
18.10 O Campeão
19.00 País País
19.40 Totobola
20.00 Telejornal
20.45 Lições do Tonecas
21.25 Vidas de Sal
22.35 Ilusões
23.35 Crime Violento
00.40 24 Horas
00.55 RTP/Financial Times

RTP 2

16.00 Informação Gestual
16.40 Euronews
17.15 Infantil
19.35 O Agente Secreto
20.30 Os Simpsons
21.00 Acontece
21.30 RTP/Financial Times
22.00 Jornal 2
22.50 Bubu em Montparnasse
(de Mauro Bolognini, It./1971, com



A TVI baralha mais uma vez as séries que tem em carteira e, a encerrar a noite, substitui os pequenos filmes que Hitchcock não desdenharia patrocinar por episódios diários de «A Balada de Hill Street»



19.35 O Agente Secreto
20.30 A Bela Farda Azul
21.00 Acontece
21.30 RTP/Financial Times
21.40 Remate
22.00 Jornal 2
22.50 Balas sobre a Broadway
(de Woody Allen, EUA/1994, com John Cusack, Chazz Palminteri, Dianne Wiest, Jennifer Tilly, Rob Reiner, Tracy Ullmann. Ver Destaque)

SIC

10.10 Buêrére
11.50 As Receitas do Dia
12.15 Vira Lata
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Donos do Jogo
14.40 Verdes Anos
15.30 Buêrére
18.00 De Corpo e Alma
18.50 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.55 O Rei do Gado
21.45 Malucos do Riso
22.15 Agora ou Nunca
23.20 Os Donos da Bola
01.30 Último Jornal
01.45 Dakar / Dakar
01.45 Playboy

TVI

12.00 Animação
13.30 TVI Jornal
14.00 Laços de Amor
14.50 Quase Modelo, Quase Detective
15.45 Adultos à Força
16.30 Animação
18.20 Rua Jump, 21
19.00 7 Ponto 15
19.30 TVI Jornal
20.15 Xica da Silva
21.10 Uma Família às Direitas
21.35 Desejo e Traição
(de Charles Correl, EUA/1991, com Jack Scalia, Kathryn Harrold, Will Patton, Joe Santos. Drama)

(de Claude Boissol, 1990, com Laure Killing, Jean-Claude Dauphin. Romance)
19.35 Dinheiro Não Dorme
20.05 Foyer - «O Século do Cinema»
21.00 Semana ao Sábado
22.00 O Lugar da História
22.50 A Grande Ilusão
(de Jean Renoir, Fr./1937, com Jean Gabin, Eric Von Stroheim, Pierre Fresnay, Marcel Dalio, Jacques Becker. Ver Destaque)

SIC

08.30 Buêrére
12.00 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Tostões e Milhões
14.10 Passo a Passo
14.50 Malhação
16.00 Raven
17.00 O Bando da Mão
(de Paul Michael Glaser, EUA/1986, com Stephan Lang, Michael Carmine, Lauren Holly. Policial)

TVI

09.30 Animação
11.30 Novos Ventos
12.00 Notícias
12.40 O Mundo Natural de Mitsuki Iwago
13.40 Contra-Ataque
15.00 Darling Lili
(de Blake Edwards, EUA/1970, com Julie Andrews, Rock Hudson, Jeremy Kemp, Lance Percival, Michael Winney. Ver Destaque)



Para compensar, a SIC repõe, mas só à quinta, os seus «Contos de Arrepiar»

Carvalho, Elvira Velez, Assis Pacheco. Ver Destaque)
19.40 Bom Bordo
20.10 Artes e Letras - «Barbara Cartland»
21.10 Diário Rural de Uma Senhora
22.15 Horizontes da Memória
22.40 Teatro: «Lendas da Floresta Viense»
00.45 Vidas do Século: «Hitler» (últ. episódio)
01.45 Rumo ao Sul

SIC

08.30 Buêrére
12.00 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Internacional SIC
14.10 Assuntos de Família
14.40 Malhação
15.30 Balada de Nova Iorque
16.20 Os Imortais
17.10 Dois Amigos, Dois Destinos
(de David Saperstein, EUA/1988, com Martin Sheen, Christian Slater, Sharon Stone. Drama)

TVI

09.30 Animação
11.00 Angelus
11.10 Missa
12.30 O 8º Dia
13.00 Notícias
13.30 Portugal Português
14.30 A Odisseia Submarina
15.30 Desafios
16.00 A Campeã
(de Paul Lynch, Can./1986, com Olivia D'Ábo, Rita Tushingham, Keanu Reeves, Jessica Steen. Desporto / Drama)

A RTP2 repete a partir de domingo uma série que muitos lamentaram não ter gravado ano passado de fio-a-pavio: «O Século do Cinema», ou o melhor do cinema de cada país segundo alguns dos notáveis do cinema deste fim de século. O primeiro é Martin Scorsese e o seu tema (durante três programas) é o cinema americano.

Pietro Germi, Luisa Della Noce, Sylvia Koscina, Saro Urzi, Renato Speziale. Ver Destaque)
00.55 Falatório

Ottavia Piccolo, Massimo Ranieri. Drama)
00.30 Os Abba em Concerto

SIC

10.10 Buêrére
11.50 As Receitas do Dia
12.15 Vira Lata
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Donos do Jogo
14.40 Conversas Secretas
15.50 Buêrére
18.00 De Corpo e Alma
18.50 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.55 O Rei do Gado
21.55 Ai os Homens!
23.15 Esta Semana
00.25 Último Jornal
00.45 Dakar / Dakar
01.00 Escrita em Dia

TVI

12.00 Animação
13.30 TVI Jornal
14.00 Laços de Amor
14.50 Quase Modelo, Quase Detective
15.45 Caída do Céu
16.45 Animação
18.00 Booker
19.00 7 Ponto 15
19.30 TVI Jornal
20.30 Xica da Silva
21.15 Pontos nos ii
22.00 Encontro Casual
(de Larry Elitan, EUA/1992, com Kelly McGillis, Treat Williams, Steve Railsback, Grace Zabriskie. Drama)

SIC

10.10 Buêrére
11.50 As Receitas do Dia
12.15 Vira Lata
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.10 Os Donos do Jogo
14.40 Escrita em Dia
15.40 Buêrére
18.00 De Corpo e Alma
18.50 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.55 O Rei do Gado
22.00 Surprise Show
23.30 A Noite da Má Língua
00.45 Último Jornal
00.55 Dakar / Dakar
01.15 Toda a Verdade!

TVI

10.00 Animação
11.00 Missa
13.30 TVI Jornal
14.00 Laços de Amor
14.50 Quase Modelo, Quase Detective
15.45 Caída do Céu
16.45 Animação
18.00 Booker
19.00 7 Ponto 15
19.30 TVI Jornal
20.15 Xica da Silva
21.10 Frasier
21.45 Direita, Volver
(de Penny Marshall, EUA/199, com Danny De Vito, Gregory Hines, James Remar, Cliff Robertson. Comédia Dramática)

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

Alice (Quinta, 22.50, RTP2)

Casada há dezasseis anos com um conhecido homem de negócios, Alice está farta das frivolidades que ocupam o seu dia-a-dia. E eis que começa a imaginar o que seriam as suas relações amorosas com um homem divorciado, que conhece, certamente bem mais interessantes do que a vida artificial a que o casamento a levou. Estamos, claro, perante um filme de **Woody Allen** - ainda por cima, um dos que mais êxito colheu nos últimos anos junto do público - com sequências verdadeiramente divertidas e servidas pela participação de um naipe de intérpretes de excepção,



Sigourney Weaver, a intérprete principal de «Aliens - O Recontro Final», o segundo filme da série, desta vez realizado por James Cameron

Dianne Wiest e John Cusack, numa sequência de «Balas Sobre a Broadway», realizado por Woody Allen

como **Joe Mantegna, Mia Farrow, William Hurt, Judy Davis, Cybill Shepherd** ou **Alec Baldwin**.

Balas Sobre a Broadway (Sexta, 22.50, RTP2)

A acção passa-se em Nova Iorque, em plenos anos 20. Um escritor teatral procura dinheiro para levar à cena uma peça que escreveu mas o seu produtor só consegue arranjar-lo junto de um *gangster* que coloca uma condição para o empréstimo: que a sua namorada (**Diane Wiest**) participe no elenco. Aceites as condições, o resultado é o que poderia esperar-se: a namorada do *gangster* é uma péssima actriz. Mas eis que, surpreendentemente, o guarda-costas (**Chazz Palminteri**) que a acompanha para todo o lado acaba por demonstrar, através de uma série de sugestões, que



Robert de Niro, numa cena de «Na Lista Negra», um filme de Irwin Winkler

o verdadeiro problema reside na qualidade da peça, contribuindo para a sua melhoria com uma série de oportunas sugestões! Como se vê, estamos mais uma vez perante um argumento fabuloso (de forma alguma isento de feroz crítica aos meios teatrais) admiravelmente posto em cena por **Woody Allen** e com uma reconstituição de época (sonora e visual) irrepreensível. A não perder!

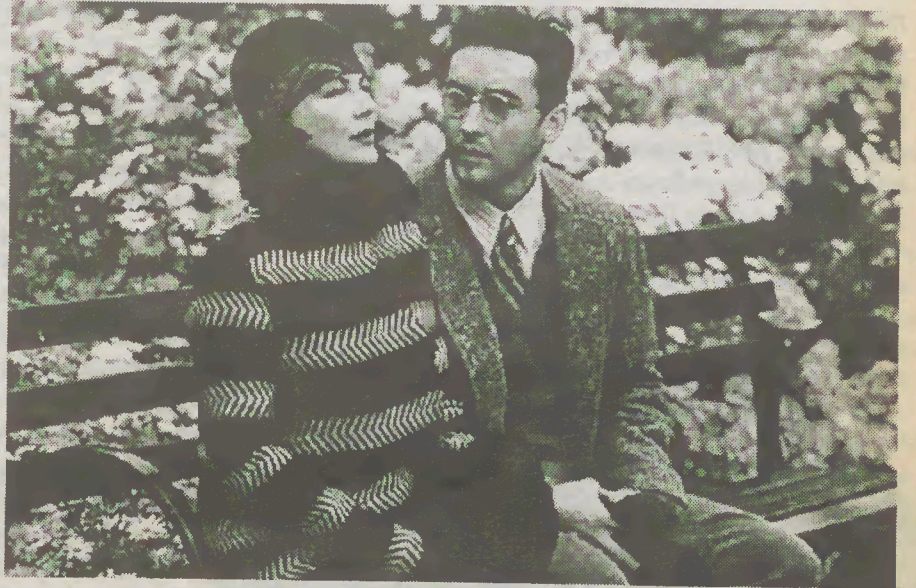
Darling Lili (Sábado, 15.00, TVI)

À primeira vista, **Lili Smith** é uma cantora de *music-hall* adorada pelo público de Londres. Mas, no fundo, ela não passa de uma espia alemã (**Lili Schmidt**) à qual, durante a Grande Guerra 14/18, é cometida a tarefa de seduzir, numa deslocação a Paris, um major britânico, comandante de uma esquadrilha aérea, com o objectivo de recolher elementos sobre a estratégia da RAF. Ao dirigir este aparente *musical*, o realizador **Blake Edwards** consegue com assinaláveis engenho e arte misturar num filme inclassificável numerosos elementos pertencentes a vários géneros - a «comédia

sentimental», o «filme de guerra», o «filme de espionagem» e até mesmo o «burlesco» - colhendo e subvertendo ao mesmo tempo, com verdadeiro sentido inovador, os elementos próprios de cada um deles, o que torna o resultado final bastante interessante.

O Piano (Sábado, 23.20, TVI)

Filmado de forma admirável uma história de intenso dramatismo onde se cruzam os sentimentos da paixão, da solidão, da introspecção e da repressão, a realizadora neo-zelandesa **Jane Campion** surpreendeu tudo



Eric Von Stroheim e Jean Gabin, dois dos principais intérpretes da obra-prima de Jean Renoir «A Grande Ilusão»

e todos neste sexto filme da sua carreira, arrebatando o Oscar do Melhor Argumento para o Cinema em 1993. E, no campo da interpretação, tanto **Holly Hunter** como **Harvey Keitel** e **Sam Neill** estão à altura das exigências dos seus respectivos papeis.

A Grande Ilusão

(Sábado, 22.50, RTP2)

Sem dúvida um dos grandes filmes da semana, **A Grande Ilusão** é uma reflexão pessoal de **Jean Renoir** sobre a guerra e a sua influência nos homens, independentemente (do ponto de vista do realizador) da classe ou da nacionalidade a que pertencem os que ombreiam ou se confrontam no campo de batalha. E isso é patente na composição das próprias personagens que **Renoir** escolhe para heróis da história fulcral que ele situa durante a I Grande Guerra: um aristocrata, um operário e um banqueiro judeu, franceses, que preparam a fuga de um campo de prisioneiros na Alemanha, e, depois, se vêem confrontados com os seus opositores alemães durante a sua transferência para uma fortaleza do inimigo ou, mesmo, com os seus iguais do campo oposto, quando dois deles, sobreviventes, são ajudados na fuga para a Suíça. Uma obra-prima em que, para além do génio cinematográfico e da postura pacifista e humanista do realizador, brilham um punhado de intérpretes de luxo: **Jean Gabin, Eric von Stroheim** ou **Pierre Fresnay**. Indispensável.

Duas Causas

(Domingo, 17.45, RTP2)

Uma rapariga órfã que vivia à guarida de uma família rica é seduzida por um jovem advogado. Este, mais tarde, defende em tribunal uma outra rapariga que passara pelo mesmo problema. Mas, quanto ao problema que o envolve a si, mostra-se incapaz de dar um único passo, até que o seu próprio pai descobre o escândalo e leva o filho a um rebate de consciência. Um filme de **Henrique Campos** que constitui uma oportunidade para ver representar um mestre que fez escola: **Alves da Cunha**.

Robert e Robert (Domingo, 00.05, TVI)

Dois solteirões solitários, ambos de apelido **Robert** - um deles um desenvolto motorista de táxi e o outro um tímido polícia de trânsito - travam conhecimento numa agência matrimonial, ambos marcados por desilusões sentimentais que acabam por aproximá-los. E, assim, um pode sonhar que se torna uma vedeta de *music-hall* e o outro que é o seu empresário... até que o sonho se torna realidade. Comédia simpática e de fácil adesão, os seus principais trunfos são o desempenho dos dois actores prin-

cipais (**Charles Denner** e **Jacques Villeret**) que interpretam na perfeição o carácter diverso das suas personagens e, ainda, a quase ingenuidade da realização de **Claude Lelouch**, que acaba por transformar este filme numa das suas obras mais aproveitáveis.

Na Lista Negra (Domingo, 23.10, SIC)

Durante a «caça às bruxas» - um dos períodos mais negros da história recente dos EUA - os grandes estúdios negam trabalho a um realizador de cinema porque este se recusa a denunciar, como sendo comunista, os

seus amigos e companheiros de profissão. Sem atingir o estatuto das grandes obras cinematográficas, **Na Lista Negra** não deixa de ser um filme que demonstra um grande empenhamento artístico e cívico e tem em **Robert De Niro**, intérprete principal, um dos seus maiores trunfos. **Irwin Winkler**, um produtor de sucesso, faz aqui a sua primeira experiência como realizador.

Aliens, O Recontro Final

(Segunda, 21.35, RTP 1)

A única sobrevivente - **Ellen Ripley** (**Sigourney Weaver**) - da primeira expedição da nave **Nostromo**, rodeada da maior das incredulidades quanto à trágica descoberta que fizera nessa trágica viagem, faz parte de uma nova expedição ao planeta alegadamente invadido pelos **Aliens**. Menos sofisticado do que o primeiro filme de **Ridley Scott** e carregando mais as tintas na parafernália militar e destrutiva e nos elaboradíssimos «efeitos especiais», é evidente que esta nova sequência dirigida por **James Cameron** continua a ser um espectáculo extremamente atractivo, embora menos conseguido do ponto de vista estritamente cinematográfico.

Escândalo de Amor (Segunda, 22.50, RTP2)

Um industrial milanês (**Enrico**) decide investigar o passado da sua jovem mulher (**Paola**) e chega à conclusão de que ela havia tido uma aventura com outro homem (**Guido**) pouco tempo antes de casar e estaria até implicada na morte da namorada deste, considerada pelos dois amantes como um empecilho ao seu amor. É então que **Paola** e **Guido**, se encontram de novo e resolvem provocar a morte do marido, coisa que vem a acontecer, mas não se sabe se se tratou de um suicídio ou de um acidente. O facto é que esta morte paradoxalmente contribui para a separação dos dois amantes. Independentemente de analisar com a acutilância e inteligência habituais o ambiente social que normalmente rodeia os seus filmes, esta obra de **Michelangelo Antonioni** não pode deixar de ser incluída no grupo das menos conseguidas.

O Ferroviário (Terça, 22.50, RTP2)

Numa história extremamente sensível, em que um ferroviário é atingido por uma ocorrência trágica que acaba por interferir com a sua própria família, **Pietro Germi** representa o principal papel e confirma, através da sua cuidada realização, que se trata de um cineasta menosprezado.

■ Correia
da Fonseca

A moda está na moda

O reino supostamente sumptuoso da moda invadiu o limitado mundo da TV portuguesa nestes dias de mudança de ano. O caso ocorreu sobretudo, mas não apenas, na SIC, onde segundo os audímetros lançam ferro cerca de 50% dos telespectadores portugueses.

Mesmo sem consultar notas e programações, lembro uma rajada de emissões acerca da moda em Lisboa 96, a transmissão de uma gala hollywoodesca para proclamação dos melhores nessa área de negócios (sob o signo da já mítica frase «... and the winner is...» que há muito transbordou da Academia de Artes Cinematográficas para os seus arredores) e duas extensas biografias de duas «super top models», essas novas sacerdotisas do Deus Sucesso. É sabido que a Moda vinha desde há muito a ter lugar insistente nas programações das TV's, mas a densidade do bombardeamento havido nestes dias permite que se fale em ofensiva, se não em lavagem-de-cérebros.

Publicidade, grau dois

Parece especialmente curiosa a colocação de boa parte dessas emissões no chamado horário nobre, sempre reservado não para os momentos de maior qualidade mas sim para os que mobilizem grandes audiências. De facto, é duvidoso que os desfiles de moda atraiam o interesse das compactas multidões que, segundo consta, não perdem um episódio de «O rei do gado» ou de «Os malucos do riso». A curiosidade feminina por algumas fatiotas extravagantes, ainda que frequentemente de discutível beleza, motivará decerto algumas telespectadoras. Menos provável me parece que haja muitos telespectadores atraídos pelo encanto feminino das jovens modelos hiperlongilíneas, mesmo que generosidades dos estilistas rasguem amplas perspectivas sobre as epidermes que estreitamente cingem as estruturas ósseas das pequenas. É que naquelas criaturinhas delicadamente desenhadas há qualquer coisa de inumano, de preso-por-arames, de assexuado, que pode porventura fascinar costureiras que talvez também não sejam inteiramente normais (o que não é crime, nem sequer vergonha) e parecem sonhar com cabides quando olham para uma mulher, mas dificilmente encantam gente mais comum.

De qualquer modo, uma coisa é certa: a Moda está aí, intensamente e em «prime time». Porque move interesses que pagam por bom preço a publicidade que estes programas consubstanciam? Decerto que sim. Ainda assim, porém, a explicação parece curta, e essa insuficiência levamos naturalmente a uma reflexão mais detida. À eventual suspeita de que, para lá da Moda, da quase sacralização que rodeia os trajos bizarros, da mitologia que envolve os magos criadores e as sacerdotizas que praticam os rituais, o objecto publicitado é outro, não explicitamente nomeado mas presente em segundo grau, em transparência, com suficiente eficácia.

A difícil liturgia

O exercício do poder sobre vastas massas populacionais apela para a uti-

lização de espectacularidades e deslumbramentos de dimensão, forma e métodos, variáveis segundo as circunstâncias. Sempre as grandes cerimónias religiosas tenderam a sugerir pelo seu carácter majestático os esplendores dos próprios deuses. Sempre os soberanos quiseram que a exibição de fascínios visuais servisse a legitimação dos seus poderes de legitimidade quase sempre duvidosa. Mais recentemente, o carácter das grandes cerimónias públicas do nazifascismo visava o mesmo efeito de submissão pelo deslumbramento (não em Portugal, que é país pobre, de gente com reputação de bisonha, e acima de tudo porque Salazar era «O Botas» de Santa Comba, avaro e sem o mínimo enquadramento cultural e estético que o sensibilizassem para as artes do espectáculo público, condicionamento que foi lastimoso para homens como Leitão de Barros, por exemplo). O domínio capitalista na actual fase neoliberal, fundamentalista ou dissimulada tem a percepção da mesma necessidade, mas experimenta dificuldades.

A questão é que o capitalismo neoliberal e «pós-moderno» é laico de todo, o que só muito dificilmente o torna compatível com qualquer espécie de liturgia ou função aproximada. Pragmático (palavra que traduz com alguma pedanteria o seu carácter afinal terra-a-terra), culturalmente analfabeto, esteticamente primário (o que abre caminho a mistificações que o aventureirismo que está no cerne do sistema encoraja), só sabe fascinar pela gula do lucro, dos consumos, do dólar, iscos poderosos mas de limitado raio-de-acção. Ao capitalismo actual faz falta uma mitologia, um panteão imaginário, que substituam os dos seus tempos heróicos de que ainda se vai servindo mas que já não seduzem ninguém. Nestas condições, resta-lhe recorrer a mitos de via reduzida e existência breve, de consumir e deitar fora, o que de resto acontece com tudo o que produz. O Reino Maravilhoso das Top Models serve-lho, ou melhor, vai-lhe servindo. É, como se sabe, confinante com o Império Sagrado dos VIP e Beautiful People, também abundantemente presente nas TV's portuguesas.

O objectivo em vista é que o povoléu, agora mais comumente designado por «universo de telespectadores», olhe os semideuses e as semideusas que desfilam pelas passerelles, pelas salas VIP dos aeroportos, pelas festas de arromba dadas pelos casais ilustres da neonobreza emergente dos conselhos de administração, e sinta, sob o efeito da êxtase possível, um grande respeito pelo sistema que engendra aquela floração. Neste sentido, palco e passerelles são um pouco como altares, e as top models, as Schiffer e as Naomi Campbell, para voltarmos a elas, são as sacerdotizas, não direi que as vestais, desse cruzamento entre culto e publicidade. Porque ali não há propriamente um deus, excepto naturalmente em sentido figurado e por aproximada equivalência, mas sim uma espécie de produto publicitado para o qual é preciso assegurar uma permanente e sustentada conquista do mercado consumidor: a sociedade capitalista.

Um aviso na madrugada

Entretanto, num dos últimos dias de Dezembro, a TV2 transmitiu, de surpresa (era outro o programa inicialmente anunciado), na rubrica «Sinais do Tempo», um denso requisiório acerca dos efeitos literalmente devastadores do brutal assalto do capitalismo aos quatro cantos do planeta. O documentário, intitulado «O apocalipse segundo a Greenpeace», não identificava expressamente o criminoso, porventura para desse modo se furta a frontais intervenções censórias e também, sem dúvida, porque a Greenpeace não tem uma sólida e frontal posição anticapitalista, mas todos os abundantes sinais que nos fornecia correspondiam ao suspeito.

Com razão ou sem ela, mas seguramente com muitos e sólidos factos a comprovarem o bom fundamento da advertência, «O apocalipse segundo a Greenpeace» apontava para a inviabilidade da sobrevivência humana no caso de prosseguir como agora o saque do planeta pelo modo de produção e exploração capitalista. Era claro: trata-se de um verdadeiro caso de vida ou de morte para a espécie humana, isto é, para todos e cada um dos telespectadores ou dos seus netos. Dificilmente se pode imaginar um tema com interesse mais geral, isto é, com maior adequação a um canal generalista e a um horário com vasta audiência. Mas não: o documentário foi transmitido lá para a madrugada.

Decerto porque era sacrílego. Porque não estava na moda.



ESCAPARATE

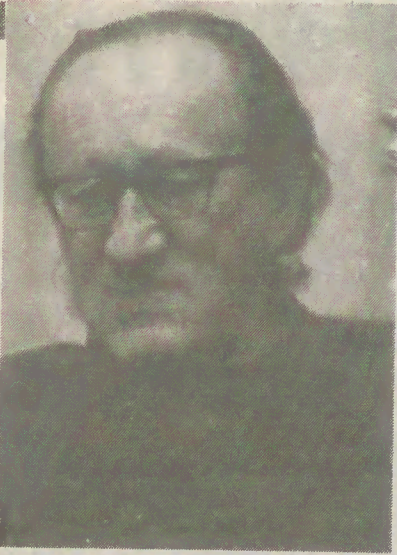
TEATRO

Germania 3

Do conjunto de manifestações culturais que, em homenagem a um dos mais destacados autores contemporâneos - Heiner Müller - este mês se realizam em várias instalações culturais da capital (e de que já aqui falamos no último número), ressalta a representação, a partir de hoje até dia 12, no Grande Auditório do Centro Cultural de Belém (numa co-produção com o Teatro Nacional D. Maria II) da última peça escrita por aquele autor e que, no momento da sua morte, estava em cena no célebre Berliner Ensemble. Com o subtítulo *Os Espectros do*

Morto-Homem, «Germania 3», numa tradução de Eduarda Dionísio e Maria Adélia Silva

Melo, tem encenação de Jean Jourdeuil - um encenador muito ligado ao teatro de Müller - coreografia de Mark Lammert, movimento de João Fiadeiro, música de Vítor Rua, figurinos de Silvia Hasenclever e iluminação de Hervé Audibert, com interpretação de Ângela Pinto, Cláudia Gama, Helena Flor, Isabel Muñoz Cardoso, Lucinda Loureiro, Mónica Calle, Teresa Prima, António Simão, Daniel Martinho, David de Almeida, Duarte B. Ruas, João Galante, José Airosa, José Raposo, Manuel Wiborg e Paulo Claro. Os espectáculos realizar-se-ão às 21.30.



Heiner Müller

VIDEOS

Um circo muito especial

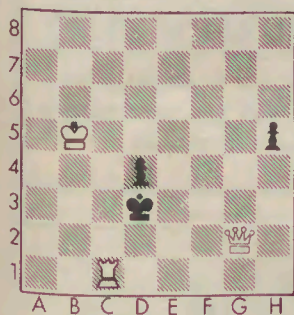
Se o leitor é apreciador do humor desarmante da célebre trupe de cómicos britânicos que dá pelo nome dos Monty Python, então a sua escolha está facilitada: é que saíram recentemente, em edição vídeo, dois volumes de «O Circo Voador», uma série verdadeiramente indispensável e em que todos os elementos se exibem com toda a sua destemperada loucura.



XADREZ

DXCIII - 9 DE JANEIRO DE 1997
PROPOSIÇÃO Nº 1997X02
Por: JOHN BROWN OF BRIDPORT
III. London News, 29.IV.1854

Pr.: [3]: Ps. d4, h5 - Rd3
Br.: [3]: Tçl - Dg2 - Rb5



Mate em 3 lances

SOLUÇÕES DO Nº DXCIII

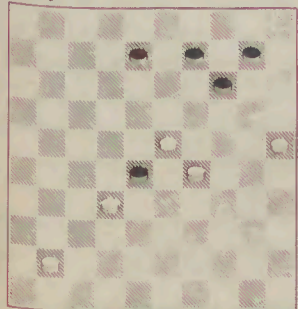
Nº 1997X02 [J. B. of B.]: 1. Th1!, Rç3; 2. Th2, Rb3/d3; 3. Db2 #. 1. ..., Rç3; 2. Th4, Rd3/d3; 3. Th3/Tç4 #

A. de M. M.

DAMAS

DXCIII - 9 DE JANEIRO DE 1997
PROPOSIÇÃO Nº 1997D02
Por: PAUL DEGUÉE - Bélgica
À L'Ombre de Mon Clocher, 1970

Pr.: [5]: 8-9-10-14-28
Br.: [5]: 23-25-29-32-41

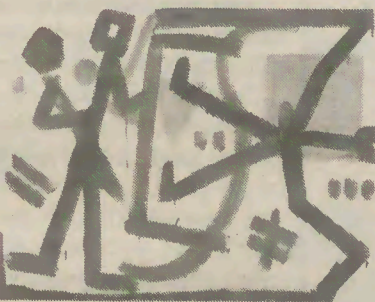


Branças jogam e ganham

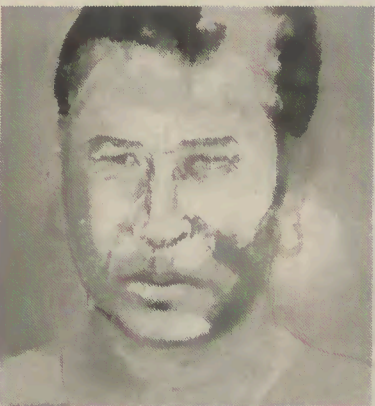
SOLUÇÕES DO Nº DXCIII

Nº 1997D029 [P. D.]: 1. 25-20!, (28x46-D); 2. 20-15, (45x19); 3. 15x2-D+

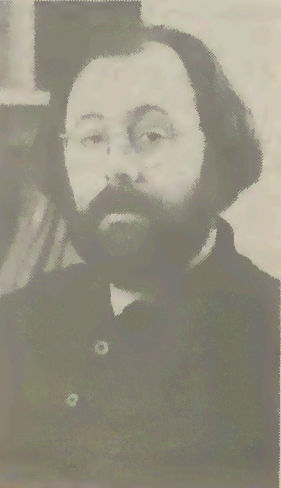
A. de M. M.



Pintura de Penck



Pintura de Graça Morais



João Duarte

século». A segunda (na Galeria 2) intitula-se «Memória da Terra, Retrato de Mulher», e é uma exposição retrospectiva da pintora portuguesa Graça Morais em relação à qual o seu comissário Fernando Pernes salienta o «encontro de uma identidade portuguesa, pungente e silente, num «retrato» onde a condição feminina traz na carne o cântico secular e profundo de terras distantes e esquecidas».

Também inaugurada anteontem pelo MAC - Movimento Arte Contemporânea (R. do Sol ao Rato, 9C, em Lisboa), decorrerá até 1 de Fevereiro (de segunda a sábado, das 12 às 20 horas) uma outra exposição, esta de medalha contemporânea, da autoria do escultor João Duarte, professor de Escultura e Medalhística da Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa e um dos artistas nacionais mais prestigiados neste domínio com exposições realizadas em vários países europeus e também nos EUA e no Japão. Esta exposição constituirá uma ocasião para o lançamento de um livro sobre a obra do autor.

CLASSICA

Música Sinfónica e de Câmara

No âmbito da Temporada de Música e Dança (1996/1997) da Fundação Calouste Gulbenkian, realizar-se-ão dois concertos que merecem destaque: já hoje à noite, pelas 21.30, o pianista Ju Hee Suh será o solista escolhido para interpretar o Concerto nº. 3, em Ré menor, op. 30 de Sergei Rachmaninov. No mesmo programa serão ainda executadas pela Orquestra Gulbenkian, sob a direcção do maestro Muhai Tang, as «Variações Sobre um Tema Original, op 36 (Variações Enigma)» de Edward Elgar.

Na próxima segunda-feira, também no Grande Auditório, mas pelas 19 horas, será a vez de actuar em Lisboa o grande pianista português Sequeira Costa, actualmente radicado nos EUA onde lecciona. Os compositores escolhidos para este seu recital pelo pianista serão Franz Schubert e Johannes Brahms. Do primeiro ouviremos a Sonata em Si bemol Maior, D. 960; e do segundo, três obras a saber: Duas Rapsódias op. 79, Dois Intermezzi Op. 117 nº. 1 e Op. 118 nº. 2 e, ainda, as célebres Variações e Fuga sobre um Tema de Paganini, Op. 35.



Sergei Rachmaninoff (1873 / 1943)

GINEMA

Três filmes em estreia recente

Para quem continua a achar que vale mais a pena sair de casa para ver cinema no «local próprio», a sala escura, ano cinematográfico de 97 parece começar sob o signo da contradição entre o espalhafato com que algumas películas são lançadas a público, em campanhas de promoção altamente elaboradas, e o seu verdadeiro valor - pelo menos a avaliar por três



filmes recentemente estreitados e que, por motivos diversos e em tons opostos, estão a ser objecto de particular atenção por parte da crítica.



Em primeiro lugar, sublinha-se a excelência e modernidade com que o cineasta Abel Ferrara aborda o clássico tema do filme de gangsters, numa obra - «O Funeral» - que se debruça de modo impiedoso e violento sobre as rivalidades entre várias famílias da Máfia e onde brilham como intérpretes Chris Penn, Christopher Walken e Anabella Sciorra. Depois, explorado segundo pontos de vista diversos, vem o classicismo de Jane Campion e de James Ivory, ambos reflectindo um certo academismo na encenação dos filmes a que deram corpo: apesar de tudo, parece que melhor a primeira com «Retrato de Uma Senhora» com boas interpretações de John Malkovich, Barbara Hershey e, em particular, Nicole Kidman, porque verdadeira desilusão se diz ter constituído «Sobreviver a Picasso» (mesmo apesar de Anthony Hopkins ou, sobretudo, também por causa dele), muito longe em termos dramaturgicos de outros filmes bem melhores de Ivory.



LIVROS

LUÍS CAJÃO
A ESTUFA



A Estufa

De Luís Cajão recebemos recentemente a segunda edição do seu romance «A Estufa», lançado pela editorial Escritor. O livro veio a público pela primeira vez em 1964 e esgotou-se rapidamente, provavelmente antes de a censura do fascismo então vigente ter dado por ele. Isto porque o romance de Cajão mostra o que era S. Tomé naqueles tempos. O próprio governador do arquipélago dominado pelo colonialismo português terá tomado medidas para que ali não fosse divulgado. Caso curioso é o que conta o autor do romance, no prefácio, recordando que à obra fora atribuído o Prémio Fernão Mendes Pinto, da então Agência Central do Ultramar. Logo «aparece, desabrido, censor e abusivo, o então Secretário de Estado da Educação Nacional», que conseguiu perturbar o júri, a ponto de tal prémio não haver sido outorgado...

Luís Cajão torna a publicar o livro trinta e dois anos volvidos sobre a sua vivência de vinte meses numa roça cujo nome já deixa adivinhar muita coisa - a Roça Paciência...

DOMINGOS CARVALHO
Antologia Poética



Antologia Poética

Com a data de 1997 - o primeiro livro a recensar este ano -, Domingos Carvalho lançou uma Antologia Poética, em volume publicado pelas Edições Margem, da responsabilidade de Manuel Geraldo. Versos marcados pela realidade alentejana - o autor nasceu em Alvalade-Sado em 1919 -, a poesia de Domingos Carvalho «não tem artificios», como diz no prefácio Esmeralda Serrano. «É directa e simples, e é nesta aparente simplicidade que está toda a sua força e beleza.» O autor, cuja vida cívica teve a marca da oposição ao fascismo - pelo que foi detido algumas vezes pela Pide - sofreu também a perseguição da censura, que lhe amputou ou proibiu algumas obras.

DISCOS

Uma grande voz do Jazz

«I'm Yours, You're Mine» - Betty Carter (com, entre outros, Curtis Lundy, Gregory Hutchinson e Nark Shim). Verve 314 533 182 - 2. Grav.: Jan. 96. Mais uma vez, com a regularidade que nos impôs nos últimos anos, aqui está mais um disco gravado por uma das grandes senhoras do Jazz cantado - Betty Carter. Embora na memória dos amadores de Jazz porventura ainda esteja o concerto relativamente frustrante que recentemente a cantora deu no Centro Cultural de Belém - sobretudo, por causa de flagrantes desentendimentos com os seus acompanhantes - aqui, neste álbum gravado em inícios de 96, Betty tem à sua volta alguns dos excelentes músicos que trouxe ao concerto (esse sim, memorável) que realizou no Festival de Jazz de Guimarães em 95.



ÚLTIMAS

ATALHE DE FOICE

O que faz falta

(...) «Os nossos comunistas - os primeiros, os genuínos - fazem-nos falta. Eram precisos para que, na sua radicalidade certamente utópica, nos ajudassem a vigiar os nossos excessos, as nossas prepotências, os nossos egoísmos e as nossas injustiças. Mas agora, que são muito mais do que foram, já não se ouvem. (...) Mas fazem-nos falta. Não para governar, seguramente; mas para continuarem a tentar convencer-nos de que podíamos, talvez, não ter razão, que foi sempre o grande serviço que eles nos prestaram.»

Não. Não se trata de nenhum excerto de qualquer peça de ficção. Este naco de prosa foi retirado de uma crónica de Rita Ferro, publicada numa dessas revistas que aos domingos engordam a magreza franciscana dos jornais.

Para quem não saiba quem é RF, lacuna imperdoável mas certamente possível, podemos dizer que se trata de uma figura tipo muito tia da linha de Cascais, dada às letras, com crónicas e histórias publicadas em livro, muito badalada nos últimos anos do sucesso cavaquista, e cujo contributo - com explicações intermináveis sobre a importância das letras, não sei se estão a ver - ajudou a liquidar um programa-concurso da nossa querida televisão, morto de enfarte de boas intenções.

Ora acontece que a crónica de RF me comoveu profundamente. Tanta saudade, tanta nostalgia, tanta ternura pelos comunistas de outras eras é de fazer chorar as pedrinhas da calçada. A prosa fez-me lembrar, aliás, que RF tem uma alma gémea, nem mais nem menos do que Mário Soares, outro apreciador dos comunistas-puros-utópicos-arrumadinhos num gueto, perdão, numa casa de família muito unida, que MS defendeu no tempo da ditadura e estaria disposto a defender de novo se fosse caso disso, como uma vez afirmou numa das suas sempre mediáticas entrevistas. Não custa nada imaginar RF e MS, se o tempo voltasse para trás ainda que parecendo andar para a frente, a constituírem uma associação humanitária de apoio a presos políticos, de ajuda às famílias dos comunistas, de auxílio a ex-presos desempregados, ou qualquer coisa do género, angariando fundos em sessões de autógrafos, galas no Casino Estoril e chás de caridade. Parece-me que estou a vê-los alinhavando discursos e delineando estratégias de defesa dos pobres coitados - que entretanto teriam voltado a perder a liberdade, a sofrer torturas, a arriscar e, por que não?, a perder a vida em nome de ideais que ficam sempre bem em qualquer lapela intelectual -, entre um pastel de Belém e uma taça de champanhe. Porque os comunistas, na óptica da RF, servem justamente para isso. São assim uma espécie de semáforos das consciências civilizadas, democráticas e bem instaladas na vida, destinados a mostrar o vermelho aos abusos - ai que lá explorei mais do que a conta! - e a alimentarem com os seus sacrifícios os sonhos românticos dos privilegiados da sociedade. Que graça têm os comunistas quando se percebe que são humanos, que têm qualidade e defeitos, que comem e bebem e amam e sofrem e riem e choram, que as suas lágrimas são de água e cloreto de sódio como as de toda a gente, que nas veias lhes corre o sangue de qualquer mortal?

Um mundo sem exploradores nem explorados? Ah!, como seria belo. Mas sempre houve ricos e pobres, e assim mesmo é que deve ser, não é, Rita Ferro? Que graça tinha sermos todos iguais? Por isso mesmo é que os comunistas de que RF tem saudades não lhe fazem falta para governar. Resta saber se as RFs deste mundo fazem falta para alguma coisa.

■ AF

Em causa as 40 horas

Processos disciplinares e cartas de censura foram instaurados a 228 trabalhadores da Melka (empresa de confecções actualmente com unidades no Cacém e em Palmela) que, desde 2 de Dezembro, insistiram na redução de duas horas de trabalho semanal sem prejuízo das pausas para lanche consagradas na convenção colectiva de trabalho como tempo efectivo.

A Melka, que em meados de 1996 despediu mais de 300 trabalhadores, encerrando a fábrica de

Melka reprime 228 trabalhadores

Évora, e deslocalizou produções para vários países terceiros, iniciou assim o ano de 1997 com uma vaga de repressão, fazendo letra morta da lei que determina a redução para 40 horas da duração da semana de trabalho.

Os trabalhadores, na sua maioria mulheres, recusaram-se a abdicar das suas pausas de 10 minutos, considerando-as indispensáveis para suportar os intensos ritmos de trabalho a que estão obrigados. Contudo, desde o início de Dezembro, a admi-

nistração contabilizou como período faltoso 4 horas e 55 minutos, decidindo agora levantar procedimentos disciplinares com intenção de despedimento.

O Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul denuncia a situação e acusa a «administração sueca desta fábrica pertença de ingleses» de praticar uma «política desumanizante nas relações de trabalho, despedindo e reprimindo, pensando que estão na República das Bananas».

Repudiando firmemente estas atitudes, o Sindicato avisa que irá protestar junto de várias instituições e exige desde já o arquivamento dos referidos processos disciplinares.

Entretanto, foram já marcados plenários para a próxima segunda-feira, dia 13, no Cacém, pelas 8 horas, e em Palmela, pelas 14 horas, para discutir as medidas a adoptar para «por fim à repressão», que contarão com a participação do coordenador da CGTP-IN, Carvalho da Silva.

Grevistas na Ponte conseguem acordo

Os trabalhadores das obras da Ponte 25 de Abril, que estiveram em greve segunda e terça-feira, obtiveram junto do representante do consórcio e das empresas de

trabalho temporário um acordo que responde às principais exigências dos grevistas.

Além do aumento de 5 por cento, já acordado em em Novem-

bro passado, os trabalhadores conseguiram a actualização dos salários em mais 100 escudos por hora, com efeitos a partir de Janeiro corrente; a readmissão dos trabalhadores despedidos, à excepção do delegado sindical, cujo processo o representante do consórcio se comprometeu a analisar; o fornecimento de uma refeição completa aos que prestam serviço

no cimo das torres, e que até aqui apenas recebiam duas sandes; e a manutenção do prémio de risco, devido à altura em que as obras são realizadas.

Por resolver ficou a questão das férias, o pagamento do respectivo subsídio bem como o de Natal, os quais, segundo defendem os Sindicatos dos Metalúrgicos de Lisboa e Sul, continuam em dívida.

Barreiro Corticeiros com salários em atraso

Cerca de 350 trabalhadores das empresas pertencentes ao grupo Esence - Sociedade Nacional Corticeira, têm em atraso os subsídios de férias e de Natal, remunerações retroactivas e ainda o salário do passado mês de Dezembro.

Para além da empresa Esence, situada no Barreiro, o Grupo tem ainda a Infal, a Soberana Corticeira e a Tagus situadas no Montijo. A Infal encontra-se paralisada por ordem do Minis-

tério do Ambiente, até que a administração proceda às reparações necessárias nas máquinas para diminuir os níveis de poluição.

Os trabalhadores estão preocupados com a situação e futuro das empresas e manifestam-se dispostos a recorrer à luta para que a administração pague os montantes em dívida, responsabilizando ainda o Governo pelo agravamento nos sectores produtivos em especial no corticeiro.



Não, não é esta a fotografia...

Não é esta a fotografia oficial que o Primeiro-Ministro fez enviar a todas as Câmaras e Juntas de Freguesia do País «para os efeitos julgados convenientes». «Com os melhores cumprimentos», Luís Patrão, chefe de gabinete de António Guterres, fez acompanhar a foto de um ofício, em gesto que os autarcas eleitos não recordam ter acontecido antes. Só nos tempos de Salazar, como lembra o «Diário de Notícias» de anteontem, contando o caso. Não se sabe entretanto se as escolas do País vão ou não - como se usava antigamente - receber atenção idêntica do inquilino de S. Bento.

JCP exige nova escola

A JCP do Barreiro considera urgente a construção de um novo edifício de substituição da Escola Mendonça Furtado e afirma que a atribuição, por parte do Governo, de uma verba para o efeito de cinco mil contos «não é forma séria de resolver o problema».

A organização sublinha que, apesar do projecto ser de responsabilidade exclusiva do poder central, a Câmara Municipal do Barreiro já disponibilizou 90 mil contos para a obra.

Os jovens comunistas insistem ainda na instalação do Ensino Superior no Barreiro, referindo que já existe uma proposta da autarquia que aponta no PDM os terrenos da Quimiparque. Por último, exigem que o Governo proporcione a todas as escolas do concelho com as mesmas condições que está a criar na Alfredo da Silva, manifestando preocupação com o facto de este estabelecimento estar a ser instrumentalizado pelo PS para fins políticos.

Mellos cobiçam Quimigal

O Governo prepara-se para privatizar ao longo deste ano mais uma conjunto de empresas do Sector Empresarial do Estado, alerta um comunicado dos ORT's da Quimigal Adubos, adiantando que para além desta empresa estão igualmente «na calha» a Anilina de Portugal e a Fisipe.

A Quimigal Adubos é hoje «um negócio chorudo», afirmam os ORT's, recordando que só em 1996 a empresa terá dado lucros na ordem dos 4 milhões de contos.

É com os olhos postos nestes resultados extremamente positivos, «obtidos com o grande empenho e esforço dos trabalhadores» que José de Mello e Eduardo Catroga da Sapec surgem à cabeça da lista de interessados na privatização.

Os ORT's lembram que a família Mello abandonou o País

imediatamente após o 25 de Abril, deixando a empresa em rotura financeira, com equipamentos fabris velhos e ultrapassados. Agora contudo não disfarça a sua cobiça pelos investimentos efectuados pelo Estado e pela riqueza criada pelos trabalhadores.

Acusando o Governo de «estar obrigado a pagar a factura pelos apoios e favores prestados pelos senhores do dinheiro», os ORT's afirmam que as privatizações apenas servem os interesses do grande capital, desvirtuando a economia e pondo em causa direitos fundamentais dos trabalhadores.

